

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GUSTAVO CRISTIANO SAMPAIO

**CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS: UM ESTUDO DE CASO
NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE VINHOS DE ALTITUDE
CATARINENSE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PATO BRANCO - PR

2016

GUSTAVO CRISTIANO SAMPAIO

**CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS: UM ESTUDO DE CASO
NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE VINHOS DE ALTITUDE
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica do Paraná, para o exame de defesa, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Junior Marini.
Coorientador: Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos

PATO BRANCO - PR

2016

S192c Sampaio, Gustavo Cristiano.
Capital social e ações conjuntas: um estudo de caso no arranjo
produtivo local de vinhos de altitude catarinense / Gustavo Cristiano
Sampaio. -- 2016.
137 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Junior Marini
Coorientador: Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,
PR, 2016.

Bibliografia: f. 109 – 114.

1. Capital social. 2. Comunidade - Desenvolvimento. 3. Redes sociais -
Análise. I. Marini, Marcos Junior, orient. II. Santos, Gilson Ditzel, coorient.
III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por Suélem
Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 93

Título da Dissertação

**CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS: UM ESTUDO DE CASO NO ARRANJO
PRODUTIVO LOCAL DE VINHOS DE ALTITUDE CATARINENSE**

Autor

Gustavo Cristiano Sampaio

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia trinta de março de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Marcos Junior Marini - UTFPR
Orientador

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva - UTFPR
Examinador

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos – UTFPR
Examinador

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior -
UNIOESTE - Examinador

Visto da Coordenação

Prof^a Dr^a Marlize Rubin Oliveira
Coordenadora do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

Aos meus pais pelo dom da vida e pela exímia educação.
À minha esposa Francieli, pela compreensão e apoio dispensado.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito esperado e aguardado. É a conquista de um grande sonho e de uma etapa importante na minha vida acadêmica, mas que sem apoio não se tornariam possíveis. Por isso, busco expressar nestas linhas o meu sincero agradecimento àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, com a realização deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e pela força espiritual nos momentos mais difíceis, em que o cansaço físico e mental pareciam insuperáveis.

À minha família, especialmente meus pais que me possibilitaram uma educação irreparável e pelo incentivo em continuar sempre buscando o conhecimento, por todo amor e compreensão na ausência.

À minha esposa, pelo apoio incondicional a mim disposto, pela compreensão na minha ausência, pelas palavras carinhosas e encorajadoras nos dias em que desanimei. Agradeço também aos meus sogros pelo incentivo e pelo apoio dispensados.

Ao meu orientador professor Dr. Marcos Junior Marini, por todos os conhecimentos repassados, pelo encorajamento, incentivo e confiança em mim depositada, pelo zelo nas orientações e no acompanhamento desta pesquisa.

Ao meu coorientador professor Dr. Gilson Ditzel Santos, pelos ensinamentos, empenho na correção dos trabalhos e pela colaboração em toda a minha formação acadêmica.

À Universidade Federal de Santa Catarina, na figura do Professor Leocir José Welter, Professor Julian Borba e o servidor Paulo Roberto Kammer, pelo apoio e compreensão das ausências justificadas para realização deste trabalho.

Aos vitivinicultores e agentes de apoio, em especial ao Sr. Saul Bianco, que fizeram parte deste estudo, reservando momentos de seu tempo para a realização das entrevistas.

A todos os docentes do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) pela busca pela qualidade, pela dedicação nos ensinamentos e pela preocupação em formar profissionais críticos nas mais diversas áreas de atuação.

Aos colegas da turma 2014 do PPGDR com os quais pude trocar experiências, momentos de alegrias e de angústia, mas que foram importantes nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Aos membros da banca, agradeço pelas contribuições e considerações muito importantes para a melhoria deste trabalho.

“Um objetivo sem um plano é apenas um desejo.”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

SAMPAIO, Gustavo Cristiano. Capital social e ações conjuntas: um estudo de caso no arranjo produtivo local de vinhos de altitude catarinense. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as relações entre o capital social dos agentes e as ações conjuntas desenvolvidas no Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude catarinense. A população é compreendida de 43 (quarenta e três) agentes, sendo 01 (um) agente da governança, 26 (vinte e seis) agentes de apoio e 16 (dezesesseis) vitivinicultores. Esta pesquisa classifica-se como descritiva de caráter exploratório, utilizando-se de dados em abordagem quali e quantitativa. Na fase exploratória utilizou-se o método de análise documental e entrevistas semiestruturadas. O instrumento de coleta utilizado para obtenção das informações acerca do capital social e ações conjuntas foi questionários estruturados. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de pesquisa de campo usando da entrevista estruturada com os agentes selecionados, no período de 16 a 26 de novembro de 2015. Os resultados da pesquisa apontam para um bom nível de capital social, traduzindo-se em ações conjuntas na rede de agentes. Dentre as variáveis do capital social, a confiança apresenta uma média ótima na rede de agentes do APL, seguidamente por bons níveis em relação ao engajamento e comprometimento, troca de informações, normas e sanções, horizontalidade e autoridade e capacitação. Isso tem gerado um bom nível de envolvimento e efetividade de ações conjuntas, a se destacar a organização de eventos, participação conjunta em feiras e eventos, campanha de marketing, desenvolvimento de produtos e processos e capacitação de recursos humanos. Há um pequeno grupo de agentes que apresenta um capital social forte e um ambiente propício para o aumento desse capital em toda a rede. Porém, a avaliação de reciprocidade e densidade apresenta um terço das possibilidades desta rede, ocasionado principalmente pela distância geográfica de muitos agentes que compõem o APL. A principal limitação do estudo centrou-se na dificuldade em mapear toda a rede de agentes antes da aplicação dos questionários e na identificação dos responsáveis em cada um dos agentes de apoio em prestar as informações adequadamente. Recomenda-se aplicar estes questionários em outros APL's, bem como aplicação neste futuramente para uma avaliação temporal deste estudo.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, capital social, ações conjuntas, análise de redes sociais, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

SAMPAIO, Gustavo Cristiano. Social capital and joint actions: a case study in the altitude wines cluster of Santa Catarina. 2016. 137 f. Dissertation (Master in Regional Development) - Program of Postgraduate Studies in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco.

The general goal of this study was to analyze the relations between the agents' social capital and joint actions developed by the Cluster of wine produced at the high altitudes of Santa Catarina. This group is made up of 43 agents: one governing agent, 26 support agents and 16 winemakers. This descriptive and exploratory study uses data from qualitative and quantitative approaches. During the exploratory phase, a documental analysis was carried out, as well as semi-structured interviews. The data collection tool used to gather information concerning the social capital and joint actions was the semi-structured questionnaire, and this data gathering was conducted through field research using a structured interview with the selected agents from November 16 to November 26, 2015. The results of this study show a good social capital, which reflects on the joint actions done by the agents. Among the variables of social capital, trust shows a great level among the Cluster agents, followed by good levels concerning commitment and involvement, information share, rules and sanctions, horizontality and authority and improvement. As a result, it has created a nice level of involvement and effectiveness of joint actions, highlighting events organization, joint participation at fairs and events, marketing campaigns, development of products and processes, and human resources improvement. There is a small group of agents who show a strong social capital and a proper environment to expand this capital throughout the network. However, the evaluation concerning reciprocity and density represents only one third of the possibilities of this group, and it happens especially because of the geographical distance between the agents who are part of the Cluster. The main limitation of this study was the trouble trying to map the whole agent group before applying the questionnaires and identifying the responsible people in each of the support agents to inform everything correctly. It is suggested that these questionnaires be carried out with other Clusters as well as in the future in order to have a temporal assessment of this study.

Key-words: Cluster, social capital, joint actions, social networking analysis, regional development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TRABALHOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS.	39
QUADRO 2 - RELAÇÃO DE AGENTES CORRESPONDENTE A POPULAÇÃO DA PESQUISA.	52
QUADRO 3 - ELEMENTOS DO CAPITAL SOCIAL CONSIDERADOS NA ANÁLISE DESTE TRABALHO.	54
QUADRO 4 - AÇÕES CONJUNTAS E RESULTADOS E GANHOS COMPETITIVOS IDENTIFICADAS PARA ANÁLISE DESTE TRABALHO.	55

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROPOSTA DE CONFIGURAÇÃO DE MATRIZ PARA APL.....	48
FIGURA 2 - PROPOSTA DO DIANTE DO DE ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS EM APL.	49
FIGURA 3- RESUMO DA METODOLOGIA UTILIZADA PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DESTES TRABALHO.	58
FIGURA 4 - CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA ATIVIDADE VINÍCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	61
FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO APL DE VINHOS DE ALTITUDE CATARINENSE.....	65
FIGURA 6- SOCIOGRAMA DE ANÁLISE DA DENSIDADE DA REDE DE AGENTES DO APL.....	85
FIGURA 7 - SOCIOGRAMA DE ANÁLISE DA CENTRALIDADE ASSIMÉTRICA DA REDE DE AGENTES DO APL.	87
FIGURA 8 - SOCIOGRAMA COM APRESENTAÇÃO HIERÁRQUICA DA CENTRALIDADE ASSIMÉTRICA DA REDE DE AGENTES DO APL.....	88
FIGURA 9 - SOCIOGRAMA DE ANÁLISE DE RECIPROCIDADE DA REDE DE AGENTES DO APL.	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERCENTUAL DE DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS POR EIXO DE ANÁLISE.	23
TABELA 2 - ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO NORMALIZADO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE POSSUEM ATIVIDADE VINÍCOLA.....	60
TABELA 3 - TEMPO DE PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES NO APL.	67
TABELA 4- AVALIAÇÃO DO GRAU DE CONFIANÇA DOS AGENTES DO APL.....	69
TABELA 5- AVALIAÇÃO DO GRAU DE ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO DOS AGENTES DO APL.	73
TABELA 6 - PERIODICIDADE DE TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS AGENTES DO APL.	76
TABELA 7- MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES PELOS AGENTES DO APL.....	79
TABELA 8 - AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E COBRANÇA EM RELAÇÃO ÀS NORMAS E DIRETRIZES DO APL.	80
TABELA 9 - AVALIAÇÃO DA PROBABILIDADE DE COBRANÇA DA PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES DO APL.	80
TABELA 10 – ANÁLISE DA MANEIRA DE TOMADA E PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DO APL.	82
TABELA 11 - ANÁLISE DA CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO E SUCESSO DE REIVINDICAÇÕES DOS AGENTES DO APL.....	83
TABELA 12 - ANÁLISE DO GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS AGENTES NAS AÇÕES CONJUNTAS DO APL.	91
TABELA 13 - ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES CONJUNTAS DESENVOLVIDAS NO APL.....	94
TABELA 14 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E GANHOS COMPETITIVOS GERADOS AOS VITIVINICULTORES PELAS AÇÕES CONJUNTAS REALIZADAS NO APL.	96
TABELA 15 - ANÁLISE DO REFLEXO DO INTERESSE COMUM E TRANSFORMAÇÃO DAS DEMANDAS DOS AGENTES EM AÇÕES CONJUNTAS REALIZADAS NO APL.	98
TABELA 16 - RESUMO DA ANÁLISE DAS AÇÕES CONJUNTAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS DE EXISTÊNCIA DO APL.....	106

LISTA DE SIGLAS

ABRASEL-SC	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Santa Catarina
ACAIVITIS	Associação Catarinense dos Produtores dos Vinhos Finos de Altitude
ADR	Agência de Desenvolvimento Regional
APL	Arranjo Produtivo Local
ARS	Análise de Redes Sociais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAV	Centro de Ciências Agroveterinárias
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPERVITIS	Cooperativa dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FEPESSE	Fundação de Pesquisas Socioeconômicas
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
GTP-APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
HHm	Índice de Hirschman-Herfindahl
ICN	Índice de concentração Normalizado
ICTV	Instituto Catarinense de Tecnologia em Vitivinicultura
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PR	Índice de Participação Relativa
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
QI-MS	Questionário Integrado para Medir o Capital Social
QL	Quociente Locacional
QL	Quocientes de Localização
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDESIST	Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SANTUR	Santa Catarina Turismo S/A
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SINDIVINHO	Sindicato das Indústrias do Vinho de Santa Catarina
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UCG	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília – DF
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Delimitação do Problema	17
1.2. Justificativa	19
1.3. Objetivos.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1. Desenvolvimento Regional.....	24
2.2. Arranjos Produtivos Locais	28
2.2.1. Capital social	31
2.2.1.1. Análise de Redes Sociais (ARS)	35
2.2.2. Ações conjuntas	36
2.2.3. Análise Bibliométrica: capital social e ações conjuntas em APL	38
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	50
3.1. Classificação e população da pesquisa.....	50
3.2. Variáveis consideradas na análise.....	53
3.3. Método de análise de dados	57
4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	59
4.1. A Atividade Vinícola no Estado de Santa Catarina	59
4.1.1. A ACAVITIS e o APL de Vinhos de Altitude Catarinense	62
4.2. Mensuração dos elementos do Capital Social do APL de Vinhos de Altitude.....	68
4.2.1. Confiança	69
4.2.2. Engajamento e Comprometimento	72
4.2.3. Troca de informações.....	75
4.2.4. Normas e Sanções.....	79
4.2.5. Autoridade ou capacidade (<i>Empowerment</i>)	81
4.2.6. Densidade	84
4.2.7. Horizontalidade (Centralidade da rede)	86
4.2.8. Reciprocidade (Obrigações e expectativas)	89
4.3. Análise das Ações Conjuntas do APL de Vinhos de Altitude.....	91
4.4. Relação entre Capital Social e Ações Conjuntas	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA VITIVINICULTORES.....	116
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA GOVERNANÇA	123
APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO PARA AGENTES DE APOIO.....	130
APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	137
APÊNDICE V – CRONOGRAMA DE ENTREVISTAS	138

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, novos mecanismos vêm sendo estudados e aprimorados a fim de que os espaços regionais possam se desenvolver de forma sistêmica e em todas as dimensões, ou seja, desenvolvimento que possa contemplar as questões econômicas, sociais, ambientais, culturais e educacionais.

Recentemente essa discussão inicia então a valorização do território regional como meio de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Fez surgir à necessidade de interação entre atores locais e seus governantes na promoção do desenvolvimento regional e local (ALBUQUERQUE, 1998; BOISIER, 2001; CUERVO GONZÁLEZ, 1999).

Paralelamente e aliado às grandes transformações econômicas e à globalização, vivencia-se a Era da Revolução da Informação, fruto das novas descobertas e transformações em relação às tecnologias da informação, a qual está modificando profundamente economias, mercados e estruturas setoriais; os produtos e serviços e seu fluxo; a segmentação, os valores e o comportamento dos consumidores; o mercado de trabalho. Há uma tendência, neste sentido, de que o progresso tecnológico apresente-se por meio de formas produtivas mais flexíveis (ALBUQUERQUE, 1998).

Dessa forma, a partir da década de 80, as grandes mudanças institucionais nas estruturas produtivas, na concorrência internacional, os avanços tecnológicos e a valorização de micro e pequenas empresas contribuíram para o surgimento dos Arranjos Produtivos Locais (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; MARINI; SILVA, 2012). Essa nova concepção de aglomeração industrial surgiu a partir do sucesso comercial das empresas instaladas no Vale do Silício nos Estados Unidos, aglomeração de alta tecnologia, e os distritos industriais italianos, chamando mais atenção ainda em decorrência da elevada renda per capita nesses espaços (SANTOS, *et al*, 2004). Os avanços de tais aglomerados no Brasil ocorreram a partir de meados de 1990, por conta dos modelos elencados acima e trabalhos que apresentaram êxito no exterior.

Os Arranjos Produtivos Locais tem sido uma das alternativas adequadas a esse novo conceito denominado como desenvolvimento regional, pois está intimamente associado ao progresso material, pessoal e ilimitado, mas, sobretudo, é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários (MARTINS, 2002; SUZIGAN, 2006; CASSAROTTO FILHO; AMATO NETO, 2007; COSTA, 2010; MARINI,

et al., 2012). Apesar das Ciências Econômicas considerarem que o reflexo do desenvolvimento social tenha sido o desenvolvimento econômico, as experiências têm demonstrado que somente o desenvolvimento social poderá obter o desenvolvimento econômico, sendo necessários recursos econômico-financeiros, bem como naturais, culturais, humanos e sociais (D'ARAUJO, 2003).

O APL apresenta os principais componentes internos (políticas públicas, governança local, capital social, ações conjuntas, externalidades incidentes, eficiência coletiva e vantagem competitiva), a qual se inter-relacionam para o objetivo comum, representado pela busca da eficiência coletiva ou a vantagem competitiva (MARINI, *et al.*, 2012). Partindo desse modelo, o presente trabalho analisou o capital social e as ações conjuntas desenvolvidas pelos agentes do Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude catarinense.

Neste vértice, o capital social é uma construção coletiva, fruto da confiança, reciprocidade, normas e sistemas, de agentes de um território, a qual contribui para a eficiência coletiva, transformando em ações conjuntas (GRANO VETTER, 1985; COLEMAN, 1988; 1990; PUTNAM, 1993; 1996; 2002; 2005; ABRAMOVAY, 2000; AMATO NETO, 2000; CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; ALBAGLI; MACIEL, 2002; COSTA; COSTA, 2005; AMATO NETO; FUCI AMATO, 2009; TEIXEIRA, 2010; MARINI, *et al.* 2012). Complementarmente, uma vertente do pensamento social contemporâneo denomina a base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam, (1993; 1996), de capital social, que diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (ABRAMOVAY, 2000).

O capital social torna-se um fator importante em relação ao desenvolvimento local, regional ou endógeno. Marini, *et al.* (2012, p. 8), destaca que “o capital social pode desempenhar um importante papel na construção de um entorno inovador para as empresas, permitindo o aprendizado interativo e contribuindo assim para a competitividade global”. Para Putnam (2006), para a formação desses capitais é necessário criar um ambiente propício à participação social, onde interesses individuais de competitividade são obtidos através de colaboração.

Partindo do princípio da eficiência coletiva, Schmitz (1997) enfatiza as vantagens das ações conjuntas realizadas pelas aglomerações produtivas. Nesse sentido, não basta que as empresas estejam somente próximas umas das outras, mas que por meio deste agrupamento surjam efetivamente ações para o desenvolvimento do segmento. Neste sentido, essa

aproximação poderá gerar benefícios futuros, entre eles. Schmitz (1997) ainda relata que as ações conjuntas podem ser de dois tipos, um deles em que as empresa que colaboram entre si e grupo de empresas unindo forças em associações empresariais, consórcios de produtos e afins. Sob essa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de contribuir para as discussões do capital social e ações conjuntas em um Arranjo Produtivo Local (APL), especificamente na produção de Vinhos de Altitude Catarinense.

1.1. Delimitação do Problema

Frente às grandes mudanças institucionais nas estruturas produtivas, na concorrência internacional e os avanços tecnológicos, os Arranjos Produtivos Locais tornam-se um modelo propício para instalação de ambientes inovadores e propulsores do desenvolvimento regional (MARTINS, 2002; SUZIGAN, 2006; CASSAROTTO FILHO; AMATO NETO, 2007; COSTA, 2010; MARINI, *et al.*, 2012). Por isso, os estudos relacionados a esta temática têm se intensificado nas últimas décadas no Brasil. Pela diversidade do conceito e das distorções que ainda se fazem a esse respeito, este trabalho procura aprofundar dois componentes básicos de um APL: capital social e ações conjuntas.

O objeto de estudo escolhido para este estudo foi o APL de vinhos de altitude catarinense que surgiu por meio de pesquisadores da EPAGRI, na qual constataram boa adaptação de espécie *vitis viníferas* ao clima das regiões pesquisadas. Desde então, esta atividade têm sido acompanhadas por instituições de pesquisa e universidades, agentes públicos e instituições sociais. O fortalecimento desta atividade na serra e região meio-oeste catarinense ocorreu principalmente por meio da fundação da ACAVITIS (Associação Catarinense dos Produtores dos Vinhos Finos de Altitude) no dia 06 de novembro de 2005.

A abrangência da atividade vinícola de altitude permeia os municípios das regiões de São Joaquim (compreendidas pelas cidades de São Joaquim, Urupema, Urubici, Bom Retiro, Painel e Campo Belo do Sul), Campos Novos (compreendendo as cidades de Campos Novos e Monte Carlo) e Caçador (compreendendo as cidades de Caçador, Água Doce, Salto Veloso, Treze Tílias, Videira e Tangará). Juntos cultivavam 279 ha com uvas do tipo *vitis viníferas* (espécie de videira cultivada para produção de vinho na Europa) em altitude entre 900 a 1.400

metros (ACAVITIS, 2015). Hoje, o APL conta com a participação 17 vinícolas, abrangendo as cidades de São Joaquim, Urubici, Urupema, Campo Belo do Sul, Monte Carlo, Videira, Treze Tílias, Caçador e Água Doce, conforme mapa apresentado na Figura 5. Portanto, a população deste trabalho foi de 43 (quarenta e três) agentes, sendo 01 (um) agente da governança, 26 (vinte e seis) agentes de apoio e 16 (dezesesseis) agentes econômicos. Este último grupo, na análise e discussão dos resultados, foi denominado simplesmente como vitivinicultores.

A integração e a organização entre diversas empresas vinícolas e demais agentes de apoio, principalmente a criação de uma associação fortaleceu ainda mais a atividade nas regiões produtora de vinhos de altitude, um dos motivos que faz caracterizá-lo como um APL. Nesse sentido, a atividade tem sido considerada por várias entidades de vitivinicultura de altitude como um Arranjo Produtivo Local, conforme aponta Campos (2009) no relatório de pesquisa “Os arranjos produtivos locais no estado de Santa Catarina: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio” formulado conjuntamente com a REDESIST, BNDES, FEPESE e UFSC. O relatório evidencia a inclusão do APL dos Vinhos de Altitude nas ações de políticas para APL’s realizado pelo SEBRAE. Destaca ainda que a entidade supracitada realizou o principal mapeamento de APL’s no Estado.

Em outra bibliografia, intitulada Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil elaborado também por meio de cooperação técnica incluindo também REDESIST, BNDES, FEPESE, UFSC, bem como UFPR, UNISINOS, UNICAMP, UFU, UFF, UFES, UCDB, UCG, Campos, et al (2010) em seu anexo I, na página 105, relaciona este APL, com atividade produtiva principal (CNAE 11.12-7), como sendo um dos apoiados por política públicas no Estado de Santa Catarina.

A Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina reconhecem este APL, listando-o entre aqueles APL’s prioritários no estado de Santa Catarina, a partir da ata de reunião extraordinária desta entidade realizada no dia 24 de fevereiro de 2011 a qual foi submetida ao GTP-APL (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais), coordenado pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), informação esta que pode ser confirmada no portal eletrônico desta entidade.

Como pressuposto desta pesquisa, ressalta-se que o APL de vinhos de altitude catarinense demonstra a existência de capital social e ações conjuntas, por meio de interações

de alguns agentes apontados na literatura. Considerando a existência da ACAVITIS, constatou no mínimo cinco instituições públicas ou privadas contribuindo para o sucesso de ações coletivas: a Embrapa Uva e Vinho, o SEBRAE/SC, a EPAGRI e a COOPERVITIS. Outros agentes foram identificados no trabalho, como prefeituras e empresas produtoras da região, reforçando assim a cooperação local, características próprias de um Arranjo Produtivo Local. Também se constatou o início de um trabalho para criação do Instituto Catarinense de Tecnologia em Vitivinicultura (ICTV), juntamente com o Governo do Estado de Santa Catarina (PEREIRA, 2013). Para exemplificar ainda mais acerca do capital social e ações conjuntas realizadas por este APL, foi desenvolvido entre o ano de 2008 a 2010 a criação da Marca Coletiva ACAVITIS, numa ação conjunta envolvendo SEBRA-SC, EPAGRI e EMBRAPA Uva e Vinho (PROTAS, 2012). ACAVITIS, SEBRAE e Governo do Estado, realizaram também entre os dias 11 a 13 de abril de 2014 a 1ª Vindima de Altitude de Santa Catarina, a qual reuniu 18 vinícolas dos municípios de São Joaquim, Urupema, Videira, Treze Tílias e Água Doce, apresentando palestras sobre o e no turismo nas regiões produtoras, degustações, visitas, almoços, piqueniques e *sunset* nas empresas (LOSSO; PEREIRA, 2014).

Diante do exposto, este estudo procurou responder: Qual a relação existente entre capital social e ações conjuntas desenvolvidas pelos agentes participantes do APL de Vinhos de Altitude Catarinense?

1.2. Justificativa

A partir da década de 80, as discussões e estudos a respeito dos APLs se intensificaram no Brasil. Porém, os desdobramentos dessa temática no país como política pública ainda podem ser considerados genéricos e superficiais, no qual não atingem os objetivos pretendidos em razão do descuido em relação aos problemas e circunstâncias a serem enfrentados. Isto acontece pelo fato de desconhecer as especificidades deste objeto e de transpor a teoria, ações e políticas para diferentes contextos. A demarcação de ações de políticas públicas que colaborem do desenvolvimento de arranjos produtivos no Brasil ainda é uma área insipiente, apesar do empenho nos últimos anos. Em função do forte desdobramento para o desenvolvimento regional e enfrentamento do subdesenvolvimento, este assunto assume uma importância significativa e merece investimentos e atenção. (COSTA, 2010)

Segundo Marini, *et al* (2012), um APL apresenta características bem peculiares, dentre elas o capital social, proveniente da relação entre seus agentes, tais como empresas, instituições de ensino, instituições de fomento, agentes públicos, organizações que colaboram para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma atividade específica. Entendemos que este Capital, constituído de reciprocidade, engajamento e confiança, pode culminar no fortalecimento e crescimento destes arranjos. Um dos principais desafios de uma definição operacional de capital social é, portanto, possibilitar, em estudos de casos concretos, não só detectar sua presença ou ausência, mas também determinar se essa variável de fato levou ou não ao fortalecimento da sociedade civil ou ao aumento da cooperação, da interação e da produtividade econômica. Trata-se, portanto de “definir o capital social, separando analiticamente suas origens de suas características centrais, e estas de seus efeitos.” (DURSTON, 2000). Dessa forma, o presente trabalho encontra-se justificável academicamente e cientificamente na medida em que utiliza metodologia para mensuração do capital social e ações conjuntas em Arranjos Produtivos Locais.

O APL de vinhos de altitude tem sido uma atividade em ascensão na região serrana e do meio-oeste catarinense, colaborando para o desenvolvimento e fortalecimento da região nos aspectos econômicos e sociais. Por se tratar de um recente Arranjo, este estudo colaborará para analisar a relação do capital social existente e as ações conjuntas, possibilitando trazer algumas análises que sirvam de subsídios para a Gestão do APL traçar linhas de condutas para a melhoria deste.

Adicionalmente, esta pesquisa se enquadra na Linha de Pesquisa: REGIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, especificamente caracterizado como um estudo sobre organizações públicas e privadas e as estratégias para o desenvolvimento regional sustentável.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Analisar as relações entre o capital social dos agentes e as ações conjuntas desenvolvidas no Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude catarinense.

1.3.2. Objetivos específicos

- Caracterizar o APL selecionado para a pesquisa, incluindo o mapeamento da rede de agentes participantes deste arranjo produtivo;
- Mensurar elementos do capital social presente na rede de agentes do APL;
- Avaliar as ações conjuntas desenvolvidas pelos agentes do APL;
- Descrever as relações entre as variáveis do binômio capital social e ações conjuntas no contexto desta pesquisa.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta as questões introdutórias, a justificativa, bem como os objetivos desta pesquisa. O capítulo dois apresenta todo o aporte teórico, o qual inclui os aspectos do desenvolvimento regional, arranjos produtivos locais, capital social e ações conjuntas. O capítulo três aborda os procedimentos metodológicos, subdivididos em classificação da pesquisa e população; variáveis consideradas na análise e métodos utilizados para análise dos dados. No quarto capítulo são apresentados os resultados exauridos ao final deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz os apontamentos teóricos e a discussão relativa à temática que deu suporte a este trabalho. Para isso, foi realizado um estudo bibliométrico envolvendo o binômio capital social e ações conjuntas. Este estudo, baseado no método bibliográfico, buscou interpretar os dados por meio de uma análise documental, a partir de fontes secundárias coletadas em repositórios e bases de dados acadêmicas disponibilizadas em ambiente eletrônico disponível na web.

Utilizou-se como recorte metodológico, o referencial teórico em estudos desenvolvidos na área de Arranjos Produtivo Locais, obtendo como objeto de investigação, especificamente as teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos nas principais bases de dados brasileiras, correspondentes ao período de 2009 a 2014.

As bases de dados utilizadas para o procedimento da coleta de dados desta pesquisa foram: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (Catálogo Nacional); Domínio Público (Ministério da Educação do Brasil); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP); Base de dados Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Sistema de Publicação de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília – DF (UnB); Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Biblioteca Digital da UNICAMP (SP); Biblioteca Digital da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ainda com relação ao procedimento de coleta de dados, o mesmo foi realizado a partir dos mecanismos de busca avançada disponibilizados nestes repositórios digitais, com a busca sendo orientada principalmente por palavra-chave.

Contudo, considerando a diversidade das terminologias para o conceito de Arranjos Produtivos Locais, foi necessário utilizar várias buscas envolvendo cada um dos seguintes termos no plural e singular: APL, *cluster*, Sistemas Produtivos Locais, Sistemas Locais de Produção, Aglomerações Industriais, Aglomerados Industriais, Distritos Industriais, Tecnopólos e Pólos Tecnológicos.

Foi necessário realizar leitura, ainda que de modo rápido do título e dos resumos disponibilizados para cada item retornado pelo mecanismo de busca, objetivando analisar a

correta relação do item (tese e dissertação encontrada), e em seguida, separá-las em eixos de análise conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de dissertações encontradas por eixo de análise.

EIXO CENTRAL DE ANÁLISE	OCORRÊNCIA (%)
01. Ações conjuntas, externalidades, eficiência coletiva, cooperação e vantagem competitiva obtidas com arranjos produtivos locais.	14,38%
02. Estudo do capital social e de redes sociais e rede de cooperação em arranjos produtivos locais.	3,92%
03. Conhecimento, aprendizagem e inovação em arranjos produtivos locais.	9,80%
04. Estudos de análise teórica: contribuição do APL para o desenvolvimento local ou regional.	5,88%
05. Estudos específicos setoriais (análise de uma atividade econômica desenvolvida em um Arranjo Produtivo Local).	22,88%
06. Gestão da informação e sistemas de informação em arranjos produtivos locais.	5,23%
07. Gestão e desempenho de empresas integrantes de arranjos produtivos locais.	7,19%
08. Governança Local em Arranjo Produtivo Local.	6,54%
09. Internacionalização de empresas inseridas em arranjos produtivos locais.	2,61%
10. Tipologias e Metodologias de identificação, formação e avaliação de arranjos produtivos locais.	4,58%
11. Políticas Públicas e políticas de crédito para arranjos produtivos locais.	8,50%
12. Relações de trabalho e formação técnica em arranjos produtivos locais.	1,96%
13. Sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental em arranjos produtivos locais.	6,54%

Fonte: elaborada pelo autor (2015).

No segundo momento, esta pesquisa centrou-se nos trabalhos que tem maior relação com o objeto de estudo, considerando os eixos “01. Ações conjuntas, externalidades, eficiência coletiva, cooperação e vantagem competitiva obtidas com arranjos produtivos locais”, na qual apresentou 14,38% dos trabalhos existentes e o “02. Estudo do capital social e de redes sociais e rede de cooperação em arranjos produtivos locais”, correspondente a 3,92% do total.

Com base na leitura dos trabalhos obtidos nesse levantamento bibliométrico, bem como algumas bibliografias estudadas nas disciplinas do programa de pós-graduação em desenvolvimento regional foi possível construir o arcabouço teórico que passará a ser apresentado na sequência do capítulo. É importante destacar que essa análise bibliométrica será apresentada na **seção 2.2.3.**, que discute a relação entre o binômio capital social e ações conjuntas em arranjos produtivos locais.

2.1. Desenvolvimento Regional

Hilhorst (1981) descreve que a região é um determinado espaço, onde os seres humanos desenvolvem determinadas atividades, que são de natureza público-administrativa, econômico, político, recreativo e social. A relação resultante dessas atividades terá uma dimensão espacial, na qual exigirão transporte e comunicação entre as várias distâncias que separam suas localizações. Nessa perspectiva, quanto mais elevado tenha sido o grau de desenvolvimento, quanto mais profundamente tenha sido alcançada a especialização, mais complicada será a cadeia de relações resultante (HILHORST, 1981).

Os avanços tecnológicos, a globalização e a reestruturação do sistema produtivo tem sido alguns dos fatores apontados na literatura que têm impulsionado mudanças de concepções a respeito do processo desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1998). De uma maneira geral pode-se constatar que o espaço para o desenvolvimento regional resulta do confronto de dois vetores: o primeiro é a escala para projetos de desenvolvimento. Deve haver um mínimo de escala, dependente principalmente de população e renda. O segundo o da cooperação. Deve haver um tamanho máximo, dependente de vocação econômica, cultura, história, língua (CASAROTTO FILHO; AMATO NETO, 2007).

Neste sentido, há um processo de transformação ocorrendo em relação às teorias de desenvolvimento regional nos últimos anos, principalmente em razão do declínio de regiões industriais tradicionais e à emergência de novos paradigmas industriais. Ao mesmo tempo em que ocorre um processo de extroversão por parte das empresas e dos países, há um movimento de valorização dos territórios, este deixando de ter um papel passivo diante da organização industrial. Apesar das teorias e modelos tradicionais que dominaram a Ciência Econômica Regional, trazer em seu cerne as questões de concentração e aglomeração

encontra limites para explicar o processo de localização e de endogeneização regional. (AMARAL FILHO, 2001). Assim como já dizia Hilhorst (1981):

A vantagem de identificação de cidades de segunda ordem com os pontos de focalização regional é que elas nos permitem a delimitação de sistemas espaciais socioeconômicos que por um lado, sendo menores do que o país possibilitam, conseqüentemente, ação de desenvolvimento mais específica e, por outro lado são suficientemente grandes para se tornarem politicamente significativas (HILHORST, 1981, p. 24).

Dessa forma, os investimentos em infraestrutura, além de redução dos custos de transação, de produção e de transporte; acesso a mercados é importante para uma região ou economia. Para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento da região, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de “enclaves” ou a aglomeração de indústrias desprovidas de coerência interna nas suas interconexões (AMARAL FILHO, 2001).

O modelo alternativo de desenvolvimento pode ser definido como um modelo endógeno construído “de baixo para cima”, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, em vez de como um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, isto é, que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Essa última modalidade, a qual ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes, a qual procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo - produto nacional (AMARAL FILHO, 2001).

Na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (Comitê, 1995) concebe o desenvolvimento regional como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Neste caso, observa-se uma clara preocupação com a geração de emprego e renda, que tem sido a tônica na Europa, aparecendo de forma contundente também aqui no Brasil (MARTINS, 2002).

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como

resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001).

À medida que os processos de descentralização, atualmente em curso nos países sul-americanos, são capazes de intensificar a transferência de competências, recursos e poder às instâncias regionais, será determinante induzir uma pressão capaz de impulsionar os governos territoriais para assumir as novas funções do desenvolvimento produtivo e superar a tradicional lógica assistencial que os orienta (ALBUQUERQUE, 1998).

Para Rozas (1998), desenvolvimento regional é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Contudo, a superação das piores manifestações da pobreza na atualidade requer igualmente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de posturas.

Está claro que o desenvolvimento regional não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar outra “cultura de desenvolvimento”, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica). Neste sentido, o enfrentamento e a superação das distintas formas ou manifestações assumidas pela pobreza requerem uma visão mais integrada e humanitária do próprio desenvolvimento. Requer uma visão mais dinâmica da própria pobreza, a ser entendida como fato historicamente determinado e como realidade sustentada por um conjunto de relações socioeconômicas e políticas.

Objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento regional não se encontra em seus objetivos, mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação (MARTINS, 2002).

A estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional, como sugerido por evolucionistas e institucionalistas, é realizada por meio de um processo, já definido por Boisier (2001), de “organização social regional” ou, como o define Schmitz (1997), de “ação coletiva”. Esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional. Com base em valores tácitos ou subjacentes, os atores locais podem antecipar ou precipitar um “acidente histórico” positivo; podem evitar um “acidente histórico” negativo; assim como podem coordenar um processo em curso. É certo que a importância da história (condições iniciais) e das externalidades dinâmicas estão presentes tanto em Krugman quanto nos evolucionistas e institucionalistas. No entanto, esses últimos reservam um lugar especial às estruturas sociais e às escolhas políticas (AMARAL FILHO, 2001).

Casarotto Filho e Pires (2001) afirmam que as políticas de desenvolvimento perpassam pelo que eles denominam “pacto territorial”, na qual diversos atores (administrações, instituições de serviço, associações, etc. atuam num contexto orgânico comum e sua eficácia esta atrelada a (i) mobilização dos atores em torno de uma ideia mestre; (ii) estes atores devem acompanhar, além da execução, também os projetos; (iii) contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; (iv) antecipar a execução de um projeto com definição de tempo e (v) previsão da concepção de um agente gerenciador na qual possa explicitar o acordo e a junção dos atores envolvidos. O ponto essencial desse pacto é o desenvolvimento de “baixo para cima”, ou seja, baseado nas ações e na articulação dos atores sociais e econômicos locais.

Nesse sentido, Martins (2002) avalia que o desenvolvimento regional está intimamente associado ao progresso material, pessoal e ilimitado, mas, sobretudo, é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitário (MARTINS, 2002). Apesar das Ciências Econômicas considerarem que o reflexo do desenvolvimento social tenha sido o desenvolvimento econômico, as experiências demonstram que somente o desenvolvimento social poderá obter o desenvolvimento econômico, sendo necessários recursos econômico-financeiros, bem como naturais, culturais, humanos e sociais (D'ARAÚJO, 2003).

2.2. Arranjos Produtivos Locais

As grandes mudanças institucionais nas estruturas produtivas, na concorrência internacional, os avanços tecnológicos e a valorização de micro e pequenas empresas contribuíram para o surgimento dos arranjos produtivos locais a partir da década de 1980. (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; MARINI; SILVA, 2012). Essa nova concepção de aglomeração industrial surgiu a partir do sucesso comercial das empresas instaladas no Vale do Silício nos Estados Unidos, aglomeração de alta tecnologia, e os distritos industriais italianos, chamando mais atenção ainda em decorrência da elevada renda per capita nesses espaços (SANTOS, *et al*, 2004).

Os avanços de tais aglomerados no Brasil ocorreram a partir em meados de 1990, por conta dos modelos elencados acima e trabalhos que apresentaram êxito no exterior. Dessa forma, estes têm sido o pilar central do Ministério de Integração Nacional na Política Nacional de Desenvolvimento Regional no que tange a organização social dos atores regionais e geração de emprego e renda. Logo, tornam-se um importante mecanismo de política econômica no Brasil. Percebe-se, porém, nos estudos brasileiros, inúmeras nomenclaturas para tais aglomerações, tais como Parques Tecnológicos, Arranjos Produtivos Locais, Aglomerações Produtivas, Distritos Industriais, Pólos Tecnológicos, Sistemas Produtivos Locais, *Clusters*, Sistemas Locais de Inovação, dentre outros (COSTA, 2010).

Este modelo surgiu de forma muito intensiva, justamente, por trazer uma nova perspectiva para o desenvolvimento regional, na qual incluía outras variáveis na perspectiva nos modelos de desenvolvimento antes conhecidos:

Em comum, estes estudos enfatizavam a explicação dos fenômenos econômico-territoriais procurando nos fatores endógenos das aglomerações produtivas os condicionantes de seu desenvolvimento, incorporando, portanto, variáveis antes não consideradas nos modelos precedentemente em voga: infraestrutura econômica e sistemas de logística; infraestrutura de ensino e pesquisa; qualificação da mão de obra; estágio tecnológico das empresas locais e capacidade de inovação; fatores culturais, políticos e sociais locais; capital social, capacidade de governança e relação entre os agentes regionais; recursos produtivos locais; capacidade de gerar e controlar localmente a acumulação; e, existência de interdependências produtivas tanto intra quanto intersetoriais (COSTA, 2010, p. 18).

Segundo Martins (2002), a contribuição dos Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento regional está atrelada a iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitário (MARTINS, 2002). Em consoante, Reis e Amato Neto identificam consenso em vários estudos de que “a promoção de ações conjuntas entre

empresas e outras organizações potencializa o ganho de eficiência coletiva que a concentração geográfica de um mesmo setor pode ter” (REIS; AMATO NETO, 2012, p.1).

Entretanto, o fato de existir um distrito industrial ou aglomerado produtivo numa determinada região ou localidade não significa haver de fato um Arranjo Produtivo Local. Marini, *et al* (2012) conclui que a promoção destes arranjos produtivos necessita da articulação dos diversos atores ou agentes locais, influenciados pelos aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais, espaciais, políticos, institucionais, presentes naquele território, para uma busca sinérgica da vantagem competitiva e da eficiência coletiva. Existem características comuns aos Arranjos Produtivos Locais, entre as quais: são aglomerações empresariais com especialidade produtiva; localizam-se em uma concentração geográfica e setorial; existência de processos interativos entre os agentes que o fazem criar vínculos; procuram eficiência coletiva através da aglomeração produtiva; formam-se principalmente por pequenas e médias empresas; são apoiados por agentes de apoio; estão imbuídos por práticas de cooperação, que geram inovação e aprendizagem (MARINI, *et al.*, 2012).

De forma mais genérica um APL pode ser entendido como um grupo de agentes “orquestrados” por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação, não esquecendo, vale repisar, que estes elementos ocorrem num ambiente competitivo, no qual há sujeitos com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos e muitas vezes antagônicos (COSTA, 2010, p. 127).

Observa-se que a interatividade entre os agentes e a busca por cooperação são duas características comuns a estes conceitos. Dessa forma, os agentes locais tornam-se protagonistas do território, buscando por meio de práticas cooperativas o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas. Campos (2009 acrescenta ainda que as firmas localizadas nestes arranjos possuam ainda semelhanças históricas, culturais e sociais que estimulam as interações. Isso atribui aos agentes um sentimento de pertencimento a um determinado território, propício ao fortalecimento do capital social.

Haddad (2002), também chama atenção para a diversidade de definições para APL, porém ressalta que nenhuma delas pode ser considerada de amplo consenso entre acadêmicos, formuladores de políticas públicas e demais interessados. Porém elenca alguns dos principais atores em destaque neste arranjo: (a) atores econômicos (clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos); (b) atores do conhecimento (consultores; universidades e institutos de pesquisa); (c) atores de regulação (órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis); e (d) demais atores sociais

(sindicatos, associações empresariais, organizações de suporte, organizações do chamado “Terceiro Setor”, entre outros). Marini, *et al* (2012) afirmam que APL é uma aglomeração setorial, formada predominantemente por pequenas e médias empresas organizadas em uma base territorial, as quais buscam ganhos de eficiência coletiva e competitividade, gerados tanto pelas externalidades como pelas práticas cooperativas entre os diversos agentes econômicos, sociais e políticos que constituem este ambiente produtivo.

Amaral Filho (2001) ressalta que, independente da nomenclatura utilizada para definição de arranjos produtivos locais, a organização coletiva de micro e pequenas empresas que obtiveram êxito são aquelas que apresentam quatro elementos estruturais comuns e, estes, são apresentados articuladamente. Os quatro elementos são:

1. **Capital Social:** acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. É um bem público, manifestado por meio da confiança, cadeias de relações sociais. Este elemento acumulado em um determinado núcleo produtivo é um condicionante essencial para cooperação, para formação de redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas. É considerada também a principal fonte de coordenação e da governança do núcleo de produção.
2. **Estratégia coletiva de organização da produção:** este elemento é o reflexo das decisões coordenadas entre os produtores, sobre o que produzir, quem pode produzir e como produzir. Dessa forma, este é o ponto em que o grupo de empresas definem sua força diante as grandes empresas, definindo sua equidade da vantagem em relação a compra de insumos, da utilização de equipamentos e da produção em geral, entre outras questões. Nessa circunstância também se manifesta e se processa a aprendizagem coletiva, fonte de inovação e competitividade.
3. **Estratégia coletiva de mercado:** é o reflexo das ações coordenadas e convergentes em relação ao mercado. Este é o meio em que o conjunto de empresas deve buscar a fim de traçar ações coordenadas em relação ao mercado para competir com grandes investidores e também frente a uma produção de escala.
4. **Articulação político-institucional:** é a ferramenta pelo qual o núcleo de produtores se comunica com organizações públicas e privadas, responsáveis pelas políticas de apoio às micro e pequenas empresa ou ao desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 2001, p. 11 e 12).

Adicionalmente, Amaral Filho (2011) acredita que por meio da análise destes quatro elementos e a articulação no cerne de um determinado núcleo produtivo, é possível identificar em qual estágio que um determinado Arranjo Produtivo Local possa estar. Frisa também, a importância do acúmulo do capital social entre o núcleo produtivo (primeiro elemento) para o sucesso dos demais. A importância do Capital Social para o desenvolvimento regional e, especialmente, para os arranjos produtivos locais fica mais evidente quando este está intimamente atrelado aos resultados obtidos quando há um acúmulo deste capital entre os agentes ou atores desse determinado núcleo de empresas (AMARAL FILHO, 2011).

2.2.1. Capital social

Apesar dos estudos realizados por Putnam terem ganhado maior relevância nos estudos sociais, as primeiras experiências com o capital social foram realizadas nos Estados Unidos entre 1835 e 1840 quando Tocqueville fez comparações entre as regiões com alto desempenho e baixo desempenho de capital social. A conclusão do estudo apontou que as empresas com maior desempenho são àquelas inseridas dentro de regiões com alto capital social. Para Tocqueville (2005, p.23), “O império moral da maioria fundamenta-se na ideia que há mais luzes e sabedoria em muitos homens reunidos do que num só e no número do que na escolha feita pelos legisladores”.

Numa linha histórico-cultural, Pierre Bourdieu, Robert Putnam e James Coleman acreditam que o capital social é historicamente construído, este nasce das relações sociais e da formação de associações horizontais. Isso faz com que as comunidades aumentem o seu protagonismo, possibilitando o desenvolvimento de ações conjuntas. Quanto maior o estoque de capital social, maior será o seu potencial de desenvolver ações cooperativas ou ações conjuntas. As relações associativas ganham força a partir do momento em que os interesses coletivos prevalecem e estão acima dos interesses individuais e econômicos.

As experiências de estudos comparativos entre o Norte e o Sul da Itália, realizados por Putnam, exaltam as diferenças de tratamento em relação aos dilemas da ação coletiva. No norte da Itália se identificou os vínculos cívicos horizontais em associações religiosas, sociedades de recíproca assistência, cooperativas, sindicatos e agremiações. Nestas entidades há uma manifestação maior de regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, na

qual geravam um desempenho econômico e institucional maior que no Sul deste mesmo país (PUTNAM, 1996).

Através dessa experiência italiana, Putnam contextualiza algumas questões relativas ao capital social:

- O Contexto Social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições.
- Quanto mais cívico for o contexto melhor será o governo, por esse motivo diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer.
- A reciprocidade generalizada, isto é, fazer sem obrigação, gera vultoso capital social.
- Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico e humano.
- Criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar (PUTNAM, 1996, p. 191).

Coleman (1988) direciona num sentido similar ao de Putnam, ao estabelecer que o capital social surge em torno do culturalismo, fazendo menção do contexto familiar e nos grupos mais fechados e menores para o cultivo e fomento deste capital:

As ações das pessoas são moldadas, redirecionadas, constrangida pelo contexto social; normas, confiança interpessoal, redes sociais, e da organização social são importantes para o funcionamento não só da sociedade, mas também da economia (COLEMAN, 1988, p. 95).

Neste vértice, Coleman (1988), parte do princípio da naturalidade e das relações de confiança entre os indivíduos na formação do capital social, desvinculado das relações econômicas. A confiabilidade gera uma relação de expectativas e comprometimento na retribuição de ações geradas entre seus membros. Por fim, critica a teoria institucional pela falta de percepção dessas relações entre as pessoas na constituição do capital social (COLEMAN, 1988).

Para os autores da vertente neo-institucionalista, a qual se dedica ao desenvolvimento, o capital social só passa a ser interessante se ele for articulado conjuntamente entre a sociedade organizada e políticas públicas, sem a necessidade de esperar muito tempo para isso. Neste sentido, Evans (1996), Fox (1996) e Durston (1999) dissertam que o capital social só pode ser concebido desde que haja instituições robustas. Estes estudos incorporam novas perspectivas complementares à visão culturalista (LIMA NETO, 2007).

Para Evans (1996, p. 204), “The value of synergistic strategies is evident. Creative action by government organizations can foster social capital; linking mobilized citizens to public agencies can enhance the efficacy of government. The combination of strong public institutions and organized communities is a powerful tool for development¹. Muls (2008), também disserta sobre a importância da mobilização entre atores locais e instituições como um mecanismo para atenuar as desigualdades sociais:

A mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território, são instrumentos que tem possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais (MULS; 2008, p 3).

Dessa forma, analisar as relações entre as organizações sociais e políticas públicas tem sido tão relevante nos estudos em desenvolvimento local e regional. A concepção de capital social se opõe a ideia estabelecida em relação ao comportamento humano na civilização moderna, o de que a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivo a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes” (COLEMAN, 1990). Uma vertente do pensamento social contemporâneo denomina a base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam, (1993; 1996), de capital social, que diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (ABRAMOVAY, 2000).

Albagli; Maciel (2002) também cita a presença do capital social na melhoria da qualidade de uma comunidade e aumento de seu poder aquisitivo, bem como para o desenvolvimento regional, por meio da implantação do sistema local de inovação em *Mondragon*, uma cooperativa de trabalhadores fundada em 1956 no País Basco espanhol. Estes trabalhadores, insatisfeitos em seus empregos, fundaram uma cooperativa para produção de lamparinas e fogões, incentivados por um padre carismático. Montou-se, na sequência, escolas técnicas e centros de pesquisa e, posteriormente uma universidade. Fundaram-se outras cooperativas e, a partir disso, criaram-se também incubadoras de empresas, que

¹ Tradução livre: o capital social e as instituições podem ter um papel significativo na indução de mudanças sociais como relações entre governos e grupos de cidadãos engajados que se reforçam mutuamente, podendo fortalecer suas capacidades de promover o desenvolvimento”.

propiciaram a constituição de outras cooperativas interligadas. Criou-se nesse ambiente um complexo e sofisticado ambiente financeiro (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

A configuração associativa, na medida em que é a fonte da confiança e das normas que constituem o estoque de capital social de uma determinada sociedade, possui um efeito determinante no desempenho das instituições e, no limite, na definição dos níveis de desenvolvimento dessa sociedade (SILVA, CORTÊS, 2009). Quanto maior o número de associações e o volume de filiados a elas, maiores os níveis de confiança (PUTNAM, 1996).

Trata-se, em última análise, da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região (ABRAMOVAY, 2000). Entretanto, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social.

Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento regional aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança (MARTINS, 2002).

O capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região. Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais [do crédito bancário], o capital social serve como uma espécie de garantia, estando, porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade empenham suas relações sociais (ABRAMOVAY, 2000).

Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Neste sentido, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e conceitualmente ainda impreciso, o capital social assume patente visibilidade enquanto

recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial (MARTINS, 2002).

2.2..1.1. Análise de Redes Sociais (ARS)

Comumente encontramos a utilização de Análise de Redes Sociais (ARS) em trabalhos de discussão do capital social em Arranjos Produtivos Locais. Esta ferramenta de análise, apesar das várias vertentes, podendo-se considerar três linhas principais deste tipo de estudos: os analistas sociométricos, baseados na teoria dos grafos; os pesquisadores de Harvard, que estudaram padrões de relações interpessoais e da constituição de “panelinhas”; e os antropólogos de Manchester, na qual utilizavam das duas vertentes para pesquisar a estrutura das relações de “comunidade” em sociedades tribais e de aldeias (SCOTT, 2000).

Granovetter (1973, p. 4), sugere que “a análise de redes sociais como uma ferramenta para a ligação entre níveis micro e macro níveis da teoria sociológica”. Silva, Fialho e Saragoça (2013) tratam a análise de redes sociais como um tema bastante complexo e sua definição bastante polissêmica. Neste sentido faz algumas considerações a respeito:

A análise de redes «olha» para a realidade social como uma estrutura de relações que envolvem entidades interdependentes (grupos, indivíduos, organizações, etc.). O foco central de análise é a relação, a qual pode assumir a vários níveis: amizade, aconselhamento, comunicação, influência, autoridade, variando consoante às situações e/ou entidades sociais que estão no objetivo da investigação. O agregado destas relações é a rede social (SILVA, FIALHO e SARAGOÇA, 2013, p. 93).

Neste cenário de investigação, podemos exaltar os estudos de Moreno no ano de 1934, na qual idealizou o sociograma como uma maneira de representar as relações formais das configurações sociais. Estas representações são similares à diagramas de geometria espacial, na qual o indivíduos figuram como “pontos” e as relações entre si são exibidas através de linhas. Através do sociograma foi possível aos pesquisadores visualizar os canais estabelecidos entre as pessoas, a influência exercida entre os mesmos, identificar líderes e indivíduos isolados, com a finalidade de desvendar assimetrias e reciprocidade (SCOTT, 2000).

Através da representação gráfica é que se podem identificar os laços existentes entre os indivíduos integrantes das redes sociais. Granovetter (1973) refere-se a um laço interpessoal satisfatoriamente forte medido pela “combinação (provavelmente linear) da

quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confidência mútua), e os serviços recíprocos que caracterizam esse laço”. Neste sentido, o laço representa uma forma positiva e simétrica.

Porém, Granovetter (1973, p. 20) frisa que “os laços fracos, vistos como geradores de alienação, podem ser fatores indispensáveis para sua integração na comunidade, ao passo que laços fortes, reproduzem coesão local, levam à fragmentação global”.

2.2.2. Ações conjuntas

As pequenas e médias empresas, de maneira geral, apresentam mais dificuldades para gerenciar toda a sua cadeia de valor diante de duas limitações, principalmente em relação à capacidade produtiva, força de vendas e de sua inovação, o que interfere na sua competitividade. Uma das maneiras destas conseguirem sobreviver num mercado de intensidade frente às grandes organizações é estabelecer parcerias ou cooperação entre outras organizações de um mesmo segmento. Neste sentido, as aglomerações produtivas, *clusters* ou arranjos produtivos locais tem sido uma das alternativas salutares para se obter essa vantagem competitiva. Porém, as aglomerações não atendem aos anseios exclusivos de pequenas e médias empresas, podem ter variações na composição destes, aliando médias, pequenas e grandes empresas, com sistemas de cooperação variados.

As discussões relativas à externalidades, retornos de escala e o papel das ações conjuntas têm sido objeto de estudos desde o final do século XIX, a partir dos estudos sobre os distritos industriais ingleses. Neste aspecto, Casarotto Filho e Amato Neto (2007) argumentam que os arranjos produtivos rompem as características geradas pelas vantagens competitivas tradicionais, buscando vantagens competitivas dinâmicas, baseadas numa infraestrutura propícia, próximas a centros de pesquisa e desenvolvimento, disponibilidade de recursos humanos qualificados e acesso a logística avançada e de comunicação.

Em consequência das discussões em torno dos arranjos produtivos locais, intensificaram também as “alianças estratégicas” ou acordos cooperativos, definidos em literatura sobre os movimentos de aproximação entre empresa (AMATO NETO, 2000). Estes acordos buscam integração entre elementos, empresas e indivíduos distintos, na qual a identidade cultural pode ser uma característica de aproximação. Quanto maior for a diferença

entre as organizações, maior será o desafio para a mudança organizacional (CASAROTTO FILHO; AMATO NETO, 2007).

A busca por recursos e informações, fontes primárias do crescimento econômico, é motivador para que haja cooperação entre as agentes, a qual envolve não só empresas, mas também outras instituições, sendo elas governamentais ou não (PIORE 2001). Neste sentido, para haver aumento de produtividade é necessário haver mecanismos de integração. Costa e Costa (2005) dissertam que o produto final da coordenação de esforços em aglomerados de empresas é conseguido em razão da divisão do trabalho entre empresas independentes, especializadas em diferentes fases do ciclo de produção. Piore (2001) sugere que existam agentes sociais capazes de transmitir informações, apontar oportunidades, facilitar o acesso a bens públicos, para que as empresas deste arranjo obtenham inovação necessária para o acompanhamento do mercado, haja vista que individualmente estas empresas possam superar restrições individuais no alcance de uma situação desejável.

Neste sentido Sengenberger (1988) afirma que:

Associando-se e cooperando umas com as outras, as pequenas empresas podem aumentar consideravelmente o seu peso político e alcançar alguma capacidade de manobra 'estratégica', a qual normalmente as grandes empresas possuem. Como grupo elas não são mais a *quantité négligeable* das pequenas firmas isoladas, e elas têm, assim, um poder de barganha mais favorável *vis-à-vis* o governo e a administração local (SENGENBERGER, 1988, p. 256).

Corroborando com esta afirmativa, Costa e Costa (2005) afirmam que a cooperação no interior do aglomerado produtivo permite que o atingimento de flexibilidade e eficiência por parte das empresas conseguidas pela especialização em fases do processo de produção e pelo inter-relacionamento entre as unidades produtivas, e dessas com o ambiente local. Porém, o fato destes agentes encontrarem-se próximas localmente não garante a cooperação. É necessário que haja uma condição propícia a relacionamentos e interações entre esses agentes. O relacionamento deverá estar firmado em enraizamento no local, aonde os agentes dividam história, normas e valores comuns.

Schmidt (2010) a partir do estudo elaborado no Vale dos Vinhedos no estado do Rio Grande do Sul, na qual possui várias ações coletivas, identificou que a rede possibilita a criação de valor para os agentes estabelecidos nesta. O selo de Indicação de Procedência, uma destas ações coletivas, possui impacto positivo sobre a venda de vinhos finos das vinícolas, além de influenciar de forma positiva a venda de vinhos comuns dessas firmas processadoras,

o que conduz a um contexto de formação de externalidades dentro da rede. (SCHMIDT, 2010).

Na literatura foi encontrada diversidade nas nomenclaturas utilizadas para ações conjuntas, tais como ações cooperativas, ações coletivas, práticas coletivas e práticas cooperativas. Queiroz (2012) faz análise de algumas ações coletivas em seu trabalho, como realização de feiras, participação de feiras, treinamento e capacitação de recursos humanos, compras conjuntas, desenvolvimento conjunto de processos e/ou produtos, distribuição conjunta de produtos, programas institucionais. Essas estão diretamente ligadas ao próprio desenvolvimento de seus atores que nele envolvem-se. Estes passam a determinar seus próprios projetos e ações que deverão desenvolver para a consecução de seus objetivos e o aperfeiçoamento da atividade local.

2.2.3. Análise Bibliométrica: capital social e ações conjuntas em APL

Continuamente ao exposto nos procedimentos iniciais do estudo bibliométrico no preâmbulo deste capítulo, a partir dos trabalhos obtidos, foram selecionados aqueles que estavam com restrita conformidade com o objeto de estudo, capital social e ações conjuntas. Isso se faz necessário em função da diversidade de temáticas ainda difusas e similares dentro dos próprios eixos de análise. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta as dissertações e teses que se enquadravam no bojo de discussão proposta nesta pesquisa, bem como as posteriores discussões dos resultados:

Tipo	Título do trabalho	Autor (a)	Ano da defesa	Universidade	Área de Concentração
Tese	1. Arranjos Produtivos Locais e Capital Social no Vale do Jaguarí-RS	ANÉSE, Rogério Luis Reolon	2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Ciências Econômicas
Dissertação	2. Topologias de Redes para estratégia relacional: um estudo no setor de calçados e bolsas	LEBARCKY, Fernanda da Vitória	2013	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Administração

(continua)

(conclusão)

Tese	3. Rede Política no Arranjo Produtivo Local Calçadistas de Jaú	MALAGOLLI, Guilherme Augusto	2010	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Engenharia de Produção
Tese	4. Esboço de uma rede de cooperação em um Arranjo Produtivo Local na Indústria Calçadista Paulista	QUEIROZ, Timóteo Ramos	2012	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Engenharia de Produção
Dissertação	5. Capital Social em um Arranjo Produtivo Local: Estudo da Indústria Têxtil e de confecção do município de Americana e região	TEIXEIRA, Ana Flávia	2010	Pontifícia Universidade Católica – SP (PUC-SP)	Administração
Dissertação	6. Governança e Cooperação no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: Estudo de casos múltiplos de APL em Sergipe	ARAGÃO, Aline Menezes de	2011	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais
Tese	7. Inovação e cooperação em Arranjos Produtivos Locais	BITTENCOURT, Jackson Teixeira	2011	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Geografia
Dissertação	8. A importância dos Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Local: o caso da aglomeração produtiva apícola no município de Picos - Piauí	SIQUEIRA, Samara Silva	2010	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Geografia
Tese	9. A fragilidade do ambiente organizacional do Arranjo Produtivo Local calçadista de Franca-SP	TIZZIOTTI, Catarine Palmieri Pitangui	2013	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Engenharia de Produção
Dissertação	10. Análise da evolução e competitividade das empresas de tecnologia da informação e comunicação do APL Iguassu-IT no Oeste do Paraná	ZACHOW, Marlowa	2012	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Desenvolvimento Regional e Agronegócio
Dissertação	11. Inovação, cooperação e relações entre empresas: um estudo sobre o projeto APL Metalmeccânico na Região do Grande ABC	ZAMBADINI, Marcos Eduardo	2010	Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	Administração

Quadro 1 - Trabalhos selecionados para análise e discussão sobre capital social e ações conjuntas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

O primeiro trabalho buscou identificar as condições sociais, através do capital social e, econômicas com a identificação dos setores industriais da Região do Vale do Jaguari - RS. Para tanto, foi calculado o Índice de capital social por meio das dimensões propostas pelo Banco Mundial utilizando o Questionário Integrado para Medir o Capital Social (QI-MCS) e, com isso, pode-se inferir de que forma este capital pode impulsionar ou obstaculizar a expansão sólida dos setores industriais e torná-los Arranjos Produtivos Locais. Para

identificação dos setores industriais com potencial de formação de APL's utilizou-se o cálculo dos quocientes de localização (QL) baseado nos dados coletados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego do ano de 2007 e, posteriormente, selecionados os mais representativos e enquadrados na metodologia de mapeamento e caracterização de sistemas locais de produção proposto por Suzigan, et al (2003). As análises mostraram que em alguns municípios o capital social, pode realizar o papel de construir o entorno inovador para as empresas, e estas, ganharem competitividade para inserir no contexto da competição global (ANÉSE, 2009).

O trabalho seguinte retratou um estudo empírico no APL de Calçados e Bolsas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com o objetivo de analisar a influência de fatores relacionais e ambientais no estabelecimento da topologia da rede de relacionamentos interorganizacionais. Esta pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa em relação aos objetivos bem como estudo de caso, com introdução de abordagem experimental, quanto aos procedimentos. Os dados foram coletados por meio de 26 entrevistas e 22 questionários aplicados aos proprietários das empresas e a especialistas ligados ao setor. A análise foi auxiliada principalmente pelo software Ucinet (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002). Os resultados apontaram que o relacionamento no APL estudado é, em geral, caracterizado por laços ausentes ou fracos, por causa da baixa interação social, da falta de governança no APL e da alta rivalidade entre as empresas.

As relações de contato e de amizade são mais importantes para a densidade e para o número de enlacs, enquanto as relações de cooperação e de competição são mais relevantes para o aprendizado na rede interorganizacional. Os fatores ambientais afetam a estrutura de todo o sistema, propiciando o aumento da densidade da rede e o estabelecimento de novas relações. Nesse sentido, destaca-se que o prestígio sobrepõe-se à amizade e ao histórico de contatos e determina o quanto uma empresa será desejada para relacionamentos de cooperação em situações de oportunidade ou ameaças, caracterizando processos rich-get-richer. O autor sugere que a estrutura central da rede, além de ser responsável pelo fluxo de informação que chega aos nodos mais periféricos, é também responsável pela estabilidade ou instabilidade do ambiente cooperativo (LEBARCKY, 2013).

O terceiro trabalho teve como objetivo mostrar a existência e a configuração de Rede Política no APL de calçados femininos de Jaú em tona das transações econômicas entre produtores, mas que também possui interações relevantes para o seu desenvolvimento. Assim, foi possível identificar os atores centrais da rede política e mostrar como a Rede Política influencia a Estrutura de Governança Local, podendo facilitar as transações econômicas dos

atores. Para isso, foi feita uma pesquisa de campo, através de um questionário semi-estruturado com empresas, entidades de classe e representantes do poder público local no APL calçadista de Jaú (MALAGOLLI, 2010).

O próximo trabalho focou-se em desenhar, caracterizar e analisar as redes de cooperação entre empresas industriais em um Arranjo Produtivo Local (APL) Calçadista do estado de São Paulo. Tomou-se então como base o APLs calçadista de Jaú, Estado de São Paulo. O método empregado para coleta de dados foi à aplicação de questionário *in loco* para os agentes-chave que acompanham a rede e, posteriormente, o envio de questionários estruturados para as empresas. Os dados gerados foram convertidos em variáveis qualitativas ordinais, de modo que fosse possível o uso do software UCINET versão 6.283, para desenho e mensuração de rede.

As análises possibilitaram a compreensão e mensuração das relações das redes das empresas e das empresas da rede presente no APL. Detectou-se que as motivações sociais para ações de cooperação por parte das empresas foram classificadas como de mesmo peso que as motivações econômicas. O trabalho abordou confiança e reciprocidade como variáveis para análise de redes sociais, baseados em autores como Maus (1974), Lanna (2000), Nivha (2001) os relacionando a redução dos custos de transação entre agentes. Outra variável analisada neste trabalho diz respeito a cooperação, formalização e grau de centralidade das redes (QUEIROZ, 2012).

O quinto trabalho propôs-se a discutir o capital social na formação dos APLs. Neste sentido, promoveu-se um estudo de natureza qualitativa por meio de uma pesquisa de campo junto ao Arranjo Produtivo Têxtil e de Confecção dos municípios de Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Barbará do Oeste e Sumaré. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 19 empresas utilizando-se de um instrumento de coleta de dados. Os resultados demonstraram que o volume de interações entre os participantes ainda é pequeno, refletido pelo pouco engajamento e comprometimento por parte do empresariado. Configuram-se em grande parte, laços fracos, pessoais e recentes. Conseqüentemente, a rede faz-se pouco densa e coesa, apresentando-se um ambiente pouco propenso ao fluxo de informações com elevado nível de credibilidade e refinamento, e não favorável à construção da confiança. Portanto, a autora conclui que o capital social se faz pouco presente no arranjo estudado, resultando um baixo índice de cooperação entre as empresas (TEIXEIRA, 2010).

O trabalho seguinte teve como objetivo analisar como a governança e a cooperação entre os agentes institucionais e econômicos podem influenciar o desenvolvimento de

Arranjos Produtivos Locais no estado de Sergipe. Foram utilizados os procedimentos metodológicos relativos ao estudo de casos múltiplos, com a adoção de uma perspectiva de análise transversal. O nível de análise considerado foi o Arranjo Produtivo Local e a unidade de análise foram os agentes institucionais e os vitivinicultores. Foram realizadas 32 entrevistas semiestruturadas com os agentes dos APLs de Sergipe. Com base na análise dos casos, observou-se que nos APLs estudados predominam as micro e pequenas empresas com baixo nível tecnológico e que utilizam os mercados local/regional e regional/nacional como destinos de produção.

Segundo o autor, os maiores aglomerados identificados em termos do número de unidades produtivas existentes e de empregos formais gerados, foram o de Cerâmica Vermelha de Itabaianinha e o de Confeções de Tobias Barreto. A natureza da coordenação e articulação entre as empresas localizadas tende a ser baixa e é caracterizada por competição desenfreada e reduzida confiança. Verificou-se que as governanças privadas dos APLs de Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco e de Confeções de Itabaianinha têm sido mais atuantes, o que tem possibilitado ações de cooperação mais diversificadas entre os vitivinicultores e entre esses e os agentes institucionais (ARAGÃO, 2011).

No sétimo trabalho analisou distintas abordagens para a explicação do fenômeno da aglomeração e de sistemas produtivos localizados a partir das perspectivas do desenvolvimento local, em especial de caráter endógeno, fruto da ruptura do paradigma de produção fordista em meados da década de 1970, quando a pequena empresa em rede passou a ser tratada como uma alternativa à queda na produtividade e à rigidez do sistema fordista. Com o objetivo de captar a evolução e o grau de inovação e de cooperação em APLs selecionados, efetuou-se uma pesquisa de campo em quatro APLs nos estados do Paraná e de São Paulo, que demonstrou ser incipiente o desenvolvimento de inovações, bem como as formas de cooperação.

Dentro deste contexto, elaborou-se um questionário que procurou captar a capacidade de inovação de empresa em APLs, principalmente no que diz respeito cooperação interfirmas, bem como a situação atual dos programas e diretrizes estabelecidos pelas redes de APLs paranaenses e paulistas. Há atuação conjunta (ação conjunta), como participação em feiras e assistência técnica, mas não há nenhuma cooperação, pois todas as empresas produzem os mesmos produtos e concentram os poucos estágios de produção em sua unidade, já que adquirem matéria prima de grandes fornecedores fora do APL, como botões e fios (BITTENCOURT, 2011).

Na sequência, o próximo trabalho disserta que a apicultura vem se destacando no segmento do agronegócio, especialmente em 2002, quando o Brasil passou de importador a exportador. Este fato deixa claro que existe um potencial para o desenvolvimento da atividade apícola e o crescimento do seu mercado. Encontrando na apicultura uma viabilidade econômica na geração de renda e inserção social, para regiões economicamente deprimidas, o APL apícola de Picos, no Piauí, coloca-se entre os maiores produtores de mel do país, em virtude da grande concentração de apicultores e entrepostos, e das condições naturais propícias para a produção de mel. Essa realidade remete à atualidade dos questionamentos que envolvem a possibilidade e o significado de um desenvolvimento que considere as especificidades locais. Buscou-se com o presente trabalho compreender a importância dos vínculos de cooperação, interação e aprendizagem, entre as empresas e instituições integrantes do APL apícola de Picos, como fatores de desenvolvimento e competitividade da economia local (SIQUEIRA, 2010).

O nono trabalho teve por finalidade mostrar as relações organizacionais que acontecem no interior do Arranjo Produtivo Local de calçados de Franca e, assim, observar mais os efeitos das ações destes atores neste APL. Para isso foi feita uma pesquisa exploratória através do levantamento de dados secundários, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de entidades de classe e do poder público local (TIZZIOTTI, 2013).

O trabalho seguinte teve por objetivo analisar o impacto que a associação das empresas de Tecnologia da Informação do Oeste do Paraná tem sobre a competitividade das mesmas. O processo de globalização trouxe a necessidade das empresas de qualquer porte em passar a competir com gigantes multinacionais, especialmente nesse ramo de atuação. Uma alternativa encontrada foi a criação de um Arranjo Produtivo Local, incentivado por instituições governamentais e não governamentais. Através dos resultados da pesquisa constatou-se que as empresas sabem que as ações conjuntas melhoram ou poderiam melhorar a competitividade. Percebeu-se que houve um crescimento considerável em termo de faturamento e número de funcionários após a associação. Os empresários percebem as vantagens que tem por fazerem parte do arranjo, destacando entre essas vantagens a questão da capacitação de pessoal e treinamento. Percebeu-se ainda que o arranjo pesquisado é de criação muito recente, pois teve sua fundação em 2008. Há muito a evoluir percebendo-se a necessidade de atrair mais empresas para o arranjo, bem como priorizar outros planos de ação

que contemplem todas as atividades de tecnologia da informação e comunicação (ZACHOW, 2012).

O principal objetivo do último trabalho foi analisar como se configuram os processos de inovação, de cooperação e as relações entre as empresas participantes do Projeto APL Metal mecânico do Grande ABC. Os principais resultados, obtidos através de entrevista com três gestores do Projeto e 12 empresários participantes, foram que este Projeto ainda não caracteriza um Arranjo Produtivo Local no rigor do conceito, e tem alcance e representatividade regional ainda limitados seguindo, porém, uma evolução clara e interessante. As empresas participantes deste Projeto APL possuem entre si grande sinergia e confiança, passo importante para o sucesso de um grupo como esse. A inovação destas empresas é ditada principalmente pelo mercado em que atuam e pela forma de inserção de cada empresa, normalmente seguindo as regras de grandes clientes, onde a aquisição de novos equipamentos é considerada como uma das principais fontes de mudança.

A participação neste Projeto APL faz com que as empresas cooperem, troquem informações e, em alguns casos, serviços, e que os treinamentos e palestras recebidos são de importância fundamental para a capacidade de gestão destas empresas. Por meio do trabalho em grupo empresarial, vislumbram novos mercados, praticamente inacessíveis quando isoladas. Desta forma, a aproximação com universidades, entidades técnicas e associativas, centros de pesquisa e governos tende a impulsionar este Projeto APL e, como consequência, viabilizar a formação de um círculo virtuoso de melhoria da competitividade, novos produtos, geração de empregos e tributos, novos investimentos e, desta forma, participar significativamente da transformação e do desenvolvimento regional (ZAMBADINI, 2010).

A partir deste estudo foi possível identificar uma variedade muito grande de teses e dissertações que discorrem sobre a temática envolvendo arranjos produtivos locais, sendo possível identificá-los em 13 eixos diferentes. Conforme o que já apontava Marini e Silva (2011) num trabalho com recorte metodológico similar a este, os estudos encontram-se numa perspectiva fragmentada, evidenciada no eixo com maior número de trabalhos encontrados, ilustrando estudos específicos setoriais sobre uma determinada atividade econômica. Ainda assim, é possível relatar alguns aspectos analisados nos dois eixos acima mencionados, que tem relacionamento direto com o objeto de estudo: “capital social” e “ações conjuntas”:

- a) Uma parcela muito pequena de teses e dissertações trata especificamente da relação entre de capital social e ações conjuntas em suas discussões. Estas temáticas, geralmente, são mencionadas somente como parte do referencial teórico.
- b) Nenhuma das teses ou dissertações analisa profundamente a relação profunda entre o capital social e ações conjuntas desenvolvidas em arranjos produtivos locais.
- c) Os trabalhos que tratam de ações conjuntas ou práticas cooperativas consideram somente as empresas como integrante do Arranjo Produtivo Local. Os demais agentes como instituições de ensino, centros e institutos de pesquisa, órgão governamentais e não governamentais, são tratados como organizações de apoio ou agentes externos. Neste caso, não os reconhecendo como parte integrante dos arranjos.
- d) Há uma discordância conceitual entre cooperação e ações conjuntas, tornando sua mensuração e análise difusa.
- e) A cultura de competição pode interferir nas práticas cooperativas dos arranjos.
- f) Em muitos casos estudados, as práticas cooperativas são lideradas por poucos agentes ou até mesmo por um único agente.
- g) Há uma confirmação em alguns trabalhos de que a confiança, um componente ou uma das formas de capital social, gera cooperação.
- h) Os trabalhos analisados demonstram que há uma relação substancial entre capital social e ações conjuntas.
- i) A participação dos agentes é fundamental para as práticas cooperativas, quanto maior o envolvimento, maior será as ações desenvolvidas pelos arranjos.

Considerando o capital social fruto das relações sociais de uma comunidade, os agentes passam a ser protagonistas de seu próprio espaço e de suas ações. Nos arranjos produtivos locais, todos os agentes, principalmente os agentes econômicos, ou seja, aqueles que desenvolvem a atividade produtiva, geralmente micro e pequenas empresas, procuram se unir a fim de obter vantagem competitiva diante das grandes empresas ou de seus concorrentes. Dessa forma, buscam fortalecer a atividade, por meio de associações ou cooperativas, buscando realizar ações conjuntas juntamente aos agentes de apoio (instituições públicas, órgão governamentais e não governamentais, associações, sindicatos, instituições de

ensino e pesquisa). Nessa perspectiva, acredita-se que quanto mais estoque de capital social, maiores as chances de ocorrerem ações em prol do bem comum.

Abramovay (2000), ao discutir os motivos que levam ao desenvolvimento rural em detrimento a outros, disserta que os resultados de pesquisa realizadas nesse aspecto convergem na característica de uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. O aspecto mais importante está relacionado à proximidade social, a qual permite uma forma de coordenação entre os atores, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores (ABRAMOVAY, 2000). A efetividade de ações conjuntas efetivamente só se realizará se houver um capital social mais denso na rede. Nesse vértice, uma das formas identificadas por Putnam (2002) refere-se ao capital social escasso versus denso. O escasso ocorre ocasionalmente e não resultam numa maior aproximação das pessoas. Capital social denso ocorre quando as relações entre as pessoas se estendem além de encontros ocasionais ou de famílias e se materializam em ações conjuntas.

Albagli e Maciel (2002) sintetizam o conceito de capital social afirmando que este constitui um recurso ou via de acesso a recursos, furto das relações sociais, tais como confiança, reciprocidade, normas e relação de associação, que facilitam a ação coletiva, permitindo obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais. Nessa concepção, o capital social é um meio para atingir resultados. Um dos maiores desafios em relação à definição operacional do capital social é, não somente detectar a sua presença, mas também avaliar se a formação deste tem contribuído para o fortalecimento de uma determinada comunidade ou cooperação (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Dessa forma o capital social é uma construção coletiva, fruto da confiança, reciprocidade, normas e sistemas, de agentes de um território, a qual contribui para a eficiência coletiva, transformando em ações conjuntas (GRANOVETTER, 1985; COLEMAN, 1988; 1990; PUTNAM, 1993; 1996; 2002; 2005; ABRAMOVAY, 2000; AMATO NETO, 2000; CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; ALBAGLI; MACIEL, 2002; COSTA; COSTA, 2005; AMATO NETO; FUCI AMATO, 2009; TEIXEIRA, 2010; MARINI, et al. 2012). Putnam (2006) ainda assegura que o desempenho do governo e outras instituições sociais fazem-se fortemente influenciados pelo grau de envolvimento dos cidadãos nos assuntos da comunidade. De acordo com a perspectiva dele, regiões, as quais

apresentam fortes tradições de engajamento cívico, apresentam melhores desempenhos de instituições e dos governos locais.

Alguns elementos e formas deste capital social nos territórios já são conhecidos na literatura há algumas décadas. Porém, não eram chamados explicitamente de capital social. Dessa forma, passaremos a detalhes quais são esse elementos e variáveis a fim de delimitá-los no escopo deste trabalho.

Granovetter (1985, 2000) ressalta a ideia de confiança ao afirmar que o capital social pode ser considerado uma das vantagens competitivas das estruturas localizadas e da associação de empresas, uma vez que estimula a adoção de estratégias coletivas e inibe comportamentos oportunistas dos agentes envolvidos, azeitando más condutas. Um dos primeiros aspectos mais encontrados na literatura está relacionado à confiança. Santos (2007) disserta que a confiança é vista como lubrificando a vida social e gerando resultados econômicos: sociedades com elevado grau de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas.

Putnam (1996, p. 177) conceitua capital social de forma mais ampliada afirmando que “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Já Coleman (1988, 1990), em seus estudos, expõe seis formas, nas quais o capital social pode apresentar-se: obrigações e expectativas; canais de informação; normas e efetivas sanções; relações de autoridade; organizações apropriáveis; organizações intencionais. Woolcock, et al. (2003) ao propor um método de análise do capital social, o divide em seis dimensões: a) Grupos e redes; b) confiança e solidariedade; c) ação coletiva e cooperação; d) informação e comunicação; e) coesão e inclusão social; f) autoridade e capacitação (*empowerment*) e ação política.

Contextualizando de forma mais ampla a relação do capital social e ações conjuntas em APL, Marini, *et al.* (2012) propõem uma configuração de matriz de interdependência (como mostra a Figura 1) para os arranjos produtivos locais no contexto do desenvolvimento local. Trata-se de uma análise multidimensional de abordagem interdisciplinar, a qual apresenta sete dimensões territoriais (social, econômica, ambiental, espacial, cultural, política e institucional). Estas influenciam e são influenciadas por este APL. O APL por sua vez apresenta os principais componentes internos (política públicas, governança local, capital social, ações conjuntas, externalidades incidentes, eficiência coletiva e vantagem competitiva), a qual se inter-relacionam para o objetivo comum, representado pela busca da

eficiência coletiva (Schmitz) ou a vantagem competitiva (Porter). Esta proposta de matriz revela uma necessidade de análise composta por inúmeras variáveis e relacionamentos, numa abordagem multidimensional, sistêmica e integrada (MARINI, *et al*, 2012).

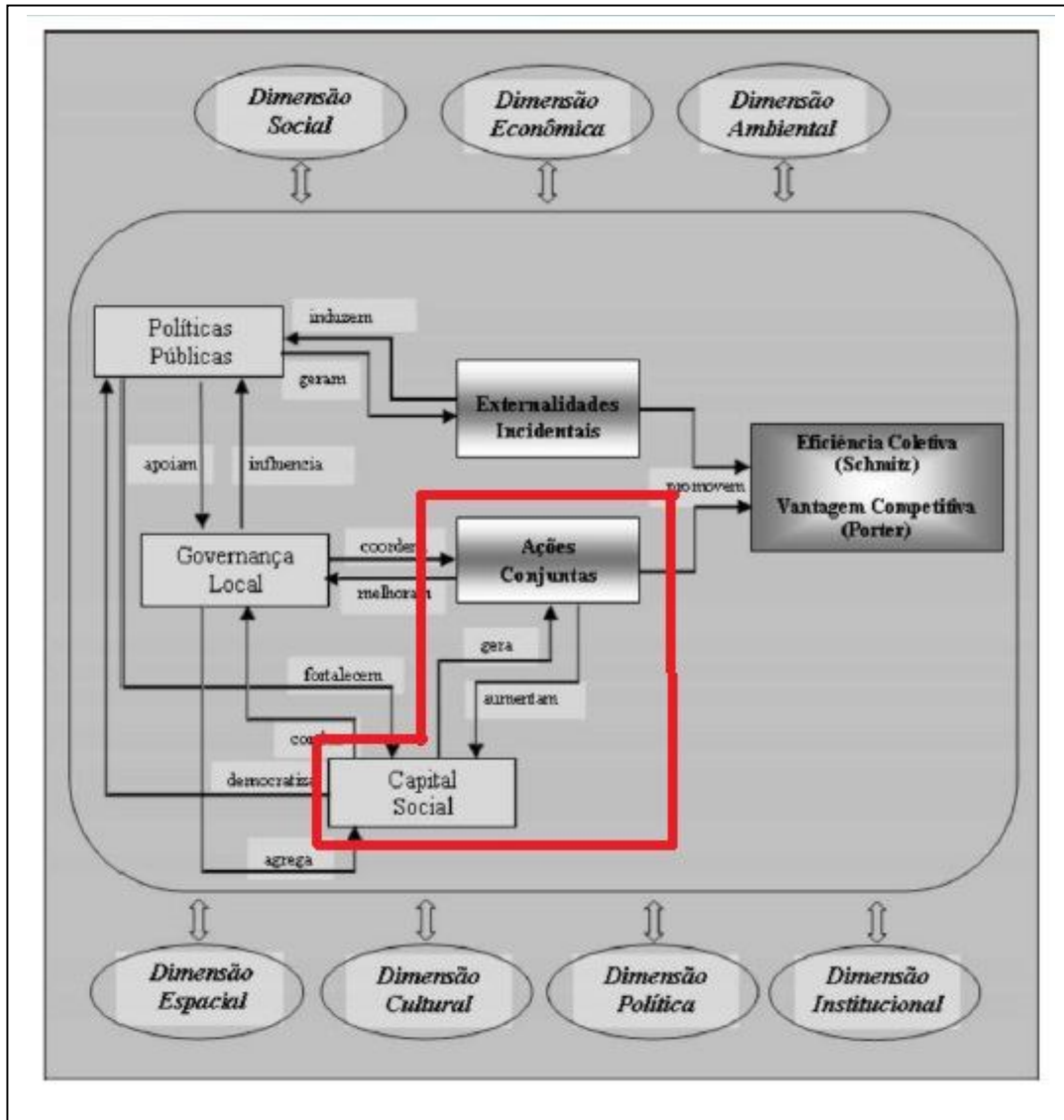


Figura 1 - Proposta de configuração de matriz para APL.
 Fonte: Marini, *et al* (2012).

A partir da configuração proposta por Marini, *et al* (2012), este trabalho se propôs a estudar a relação entre ações conjuntas e capital social no Arranjo Produtivo Local de vinhos

de altitude catarinense. Portanto, a partir da bibliografia e definição das variáveis deste trabalho, apresenta-se Figura 2, síntese dos constructos para a análise do capital social e ações conjuntas.



Figura 2 - Proposta de constructos para análise do capital social e ações conjuntas em APL.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Diante do levantamento bibliográfico, o qual serviu de base para elaboração das variáveis para a análise entre capital social e ações conjuntas no Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude, são apresentados detalhadamente os procedimentos utilizados para elaboração deste trabalho no capítulo seguinte.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos desenvolvidos para o cumprimento dos objetivos deste estudo, divididos nas seções: classificação e população da pesquisa, variáveis consideradas na análise e tabulação de resultados.

3.1. Classificação e população da pesquisa

Esta pesquisa classifica-se como descritiva de caráter exploratório, utilizando-se de dados em abordagem quali e quantitativa para análise do capital social e as ações conjuntas do APL de vinhos de altitude catarinense. Como descreve Gil (2014, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa qualitativa tem se apresentado com um tipo de pesquisa relevante nos trabalhos em pesquisas sociais, caracterizada em si mesma, um campo de investigação, na qual atravessa disciplinas, campos e temas. Denzin e Lincoln (2006) sugerem uma definição genérica para a pesquisa qualitativa:

É uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Preliminarmente, na fase exploratória desta pesquisa, foi necessário caracterizar este objeto de estudo, o APL de vinhos de altitude, por meio de uma fase exploratória utilizando **fontes secundárias** com aplicação do método de **análise documental**, tais como atas e relatórios obtidos por meio da ACAVITIS (Associação Catarinense de Vinhos de Altitude), SEBRAE-SC e EPAGRI, bem como a partir de sites governamentais, site da própria ACAVITIS, trabalhos acadêmicos e artigos eletrônicos de pesquisas realizadas neste APL.

A atividade de vitivinicultura de altitude é reconhecida como um Arranjo Produtivo Local, conforme aponta Campos (2009) no relatório formulado conjuntamente com a REDESIST, BNDES, FEPESE e UFSC, bem como em Campos, *et al* (2010) o relaciona como um APL apoiado por políticas públicas no Estado de Santa Catarina. Soma-se a esse

fato que a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina evidencia este APL como um dos prioritários no Estado de Santa Catarina ao relacioná-lo ao GTP-APL (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais), coordenado pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Além disso, foram realizados dois trabalhos acadêmicos neste APL. Um deles, uma monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado por Pereira (2013), a qual analisou as estruturas de governança no Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude de Santa Catarina e, outro, um artigo apresentado no VI EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, desenvolvido por Nunes Júnior, *et al* (2010), na qual analisou a cadeia de valor do APL de vinhos de altitude do Planalto Catarinense. Bittencourt; Rapini (2012), ao analisar o papel dos governos estaduais na política industrial de fomento aos Arranjos Produtivos Locais de Santa Catarina e Minas Gerais, faz menção a dois APL's apoiados pelo SEBRAE e EPAGRI no estado catarinense, o APL de Vinhos de Altitude de São Joaquim e de malacoculturta de Florianópolis e Itajaí.

Complementarmente, utilizou-se de fontes primárias com a realização de **entrevistas semiestruturadas** junto à presidência da ACAVITIS (Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos de Altitude) e membros da diretoria para identificação e definição da população desta pesquisa (vinícolas, entidades, organizações públicas, instituições de ensino). Dessa forma, a população deste APL foi dividida em três classes de agentes: a governança (ocupada pelo vitivinicultor que exerce a presidência da ACAVITIS no momento), os vitivinicultores (vinícolas associadas à ACAVITIS) e os agentes de apoio (agentes que dão suporte a atividade, bem como prefeitura e agência de desenvolvimento regional correspondente a área de abrangência dos vitivinicultores associados). O Quadro 2 apresenta todos os agentes que compõem a população do APL de vinhos de altitude.

Nome do agente	Classificação	Cidade Sede	ADR de Abrangência
Villaggio Grando	Vitivinicultor	Água Doce/Caçador	ADR Caçador
Prefeitura de Caçador	Agente de Apoio	Caçador	ADR Caçador
ADR Caçador	Agente de Apoio	Caçador	ADR Caçador

(continua)

(conclusão)

ADR Videira	Agente de Apoio	Videira	ADR Caçador
Vinícola Pizani	Vitivinicultor	Monte Carlo	ADR Campos Novos
Prefeitura de Monte Carlo	Agente de Apoio	Monte Carlo	ADR Campos Novos
ADR Campos Novos	Agente de Apoio	Campos Novos	ADR Campos Novos
Vinícola Kranz Ltda (SDR Joaçaba)	Vitivinicultor	Treze Tílias	ADR Joaçaba
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Agente de Apoio	Treze Tílias	ADR Joaçaba
Prefeitura Municipal de Água Doce	Agente de Apoio	Água Doce	ADR Joaçaba
ADR Joaçaba	Agente de Apoio	Joaçaba	ADR Joaçaba
Abreu Garcia	Vitivinicultor	Campo Belo do Sul	ADR Lages
ADR Lages	Agente de Apoio	Lages	ADR Lages
UDESC – CAV	Agente de Apoio	Lages	ADR Lages
Vinícola Santo Emílio Ltda	Vitivinicultor	Urupema	ADR São Joaquim
Villaggio Bassetti	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Leone Di Venezia - Saul Bianco	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinhedos do Monte Agudo	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Villa Francioni	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinícola Suzin Ltda	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinícola Hiragami	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
ACAVITIS	Governança do APL	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinícola D'Alturi	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Villaggio Conti	Vitivinicultor	São Joaquim/Urubici	ADR São Joaquim
Quinta Santa Maria	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinícola Pericó	Vitivinicultor	São Joaquim	ADR São Joaquim
Prefeitura Municipal de C. Belo do Sul	Agente de Apoio	Campo Belo do Sul	ADR São Joaquim
IFSC Urupema	Agente de Apoio	Urupema	ADR São Joaquim
Prefeitura Municipal de Urupema	Agente de Apoio	Urupema	ADR São Joaquim
EPAGRI	Agente de Apoio	São Joaquim	ADR São Joaquim
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Agente de Apoio	São Joaquim	ADR São Joaquim
ADR São Joaquim	Agente de Apoio	São Joaquim	ADR São Joaquim
Vinícola Santa Augusta	Vitivinicultor	Videira	ADR Videira
UNOESC	Agente de Apoio	Videira	ADR Videira
SINDIVINHO	Agente de Apoio	Videira	ADR Videira
Epagri (Estação Experimental)	Agente de Apoio	Videira	ADR Videira
Prefeitura Municipal de Videira	Agente de Apoio	Videira	ADR Videira
Universidade (UFSC)	Agente de Apoio	Florianópolis	Florianópolis
SEBRAE	Agente de Apoio	Florianópolis	Florianópolis
Assoc. de Bares e Restaurantes	Agente de Apoio	Florianópolis	Florianópolis
SANTUR	Agente de Apoio	Florianópolis	Florianópolis
FIESC	Agente de Apoio	Florianópolis	Florianópolis
EMBRAPA Uva e Vinho	Agente de Apoio	Bento Gonçalves-RS	Bento Gonçalves-RS

Quadro 2 - Relação de agentes correspondente a população da pesquisa.**Fonte: Elaborado pelo autor (2015).**

Portanto, a população deste trabalho foi de 43 (quarenta e três) agentes, sendo 01 (um) agente da governança, 26 (vinte e seis) agentes de apoio e 16 (dezesesseis) agentes econômicos. Este último grupo, na análise e discussão dos resultados, é denominado como vitivinicultores. Nas questões que envolvem a densidade, reciprocidade e centralidade da rede, por meio da análise de redes sociais, o vitivinicultor que é considerado a governança, também foi incluso na lista, haja vista que o mesmo faz parte do grupo de agentes econômicos. Deste total, apenas 03 (três) vitivinicultores não responderam a esta pesquisa, em razão da dificuldade de entrevista-los pessoalmente e também não responderam ao questionário enviado por endereço eletrônico.

3.2. Variáveis consideradas na análise

A partir da revisão bibliográfica e do estudo bibliométrico descritos no capítulo anterior, foi possível identificar as variáveis do binômio capital social e ações conjuntas analisadas nesta pesquisa. Primeiramente, por meio da Quadro 3 são apresentados os elementos do capital social, as principais fontes e conceitos correspondentes, bem como indicação das questões elaboradas para mensuração, provenientes da Figura 2, apresentada no final do capítulo anterior:

Bloco	Elementos	Conceito	Questões	Fonte
A	Confiança	“[...] componente básico do capital social. (PUTNAM, 2006, p. 180)	Questões 5 e 6 (APÊNDICE I) Questões 4 e 5 (APÊNDICE II) Questão 4 (APÊNDICE III)	Putnam (1993 2006); Lin (2001); Woolcock, (2000, 2003); Coleman (1990)
B	Engajamento e Comprometimento	Pesquisa recente em uma ampla gama de contextos confirma que as normas e redes de engajamento cívico (agora rebatizadas de capital social) podem melhorar a educação, diminuir a pobreza, inibir o crime, incentivar o desempenho econômico, promover um governo melhor e até reduzir a mortalidade. (PUTNAM, 1996)	Questões 7 a 9 (APÊNDICE I) Questões 6 e 7 (APÊNDICE II) Questão 5 (APÊNDICE III)	Putnam (1993); Putnam (1996)

(continua)

				(conclusão)
C	Troca de informações	“[...] capital social constitui uma fonte valiosa de informação” NAHAPIET E GHOSAL (1998, p. 252)	Questões 10 a 14 (APÊNDICE I) Questões 8 a 10 (APÊNDICE II) Questões 6 a 8 (APÊNDICE III)	Coleman (1988; 1990) Woolcock, et al. (2003); NAHAPIET E GHOSAL (1998, p. 252)
D	Normas e Sanções	“[...] uma forma especialmente importante de capital social dentro de uma coletividade é a norma que se deve abdicar ao auto-interesses para agir segundo o interesse da coletividade.” (COLEMAN, 1990, p. 311)	Questões 15 a 18 (APÊNDICE I) Questões 11 e 12 (APÊNDICE II) Questões 9 a 11 (APÊNDICE III)	Lin (2001); Coleman (1988; 1990); Putnam (1993 2006); Fukuyama (1996); Costa e Costa (2005)
E	Densidade	Quanto maior o número de laços existentes, maior é a coesão do grupo (HATALA, 2006)	Questão 19 (APÊNDICE I) Questão 13 (APÊNDICE II) Questão 12 (APÊNDICE III)	HATALA (2006)
F	Horizontalidade (Centralidade da rede)	Sociedades baseadas no associativismo horizontal têm um grau elevado de engajamento cívico e auto-organização superior às sociedades verticalizadas. Além de terem um elevado desempenho econômico, as horizontalizadas conseguem garantir o bem-estar social de seus cidadãos. (PUTNAM, 1993; 1996)	Questões 20 (APÊNDICE I) Questões 14 (APÊNDICE II) Questões 13 (APÊNDICE III)	Putnam (1993), Putnam (1996)
G	Reciprocidade (Obrigações e expectativas)	Trocas recíprocas de favores entre os agentes, as quais são asseguradas por meio da confiabilidade do ambiente social. (TEIXEIRA, 2010)	Questão 21 (APÊNDICE I) Questão 15 (APÊNDICE II) Questão 14 (APÊNDICE III)	Coleman (1988; 1990); Putnam (1996); Teixeira (2010).
H	Autoridade ou Capacitação (<i>Empowerment</i>)	“O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influencias ações do Estado.” (BAQUERO, 2012, p. 177 e 178)	Questões 22 a 25 (APÊNDICE I) Questões 16 a 18 (APÊNDICE II) Questões 15 e 16 (APÊNDICE III)	Baquero (2012); Woolcock, et al (2003)

Quadro 3 - Elementos do capital social considerados na análise deste trabalho.
Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Ainda por meio do levantamento bibliográfico, foi possível identificar elementos que possibilitaram a elaboração dos constructos para análise das ações conjuntas, também provenientes da Figura 2. Estas foram analisadas sob três aspectos: avaliação e envolvimento nestas pelos agentes, os resultados e ganhos obtidos pelos vitivinicultores por meio das ações

conjuntas e se estas são demandas comuns entre os agentes. Todos os questionamentos envolvendo as ações conjuntas e ganhos competitivos levantados, conforme Quadro 4, foram analisados dentro de um recorte temporal de 05 (cinco) anos.

Ações conjuntas	Resultados e ganhos competitivos
Compra de insumos e equipamentos	Melhoria na qualidade dos produtos
Venda conjunta de produtos	Desenvolvimento de novos produtos
Campanha de marketing	Melhoria nos processos produtivos
Desenvolvimento de produtos e processos	Melhoria da infraestrutura da empresa
Design e estilo de produtos	Melhor capacitação de recursos humanos
Captação de recursos humanos	Melhoria nas condições de comercialização
Capacitação de recursos humanos	Novas oportunidades de negócios
Obtenção de financiamento	Promoção do nome da empresa no mercado nacional
Reivindicações	Maior inserção da empresa no mercado externo
Participação conjunta em feiras/eventos	Aumento da rentabilidade da empresa
Organização de eventos	
Enogastroturismo	

Quadro 4 - Ações conjuntas e resultados e ganhos competitivos identificadas para análise deste trabalho. Fonte: elaboração própria (2015), baseado em ZACHOW (2012).

O instrumento de coleta utilizado para obtenção das informações a respeito do capital social e ações conjuntas do APL de vinhos de altitude catarinense foi questionário estruturado. Estes foram estruturados de maneira diferente para cada um dos grupos de agente, sendo um para os vitivinicultores (APÊNDICE I), um segundo instrumento para governança (APÊNDICE II) e outro ainda para os agentes de apoio (APÊNDICE III), contendo algumas questões comuns a todos os agentes e outras direcionadas a determinados grupos de agentes. Os questionários foram divididos em três seções: dados de identificação e participação, dados sobre capital social e, ainda, dados sobre ações conjuntas, contendo questões objetivas, outras de múltiplas escolhas e a maioria delas com objetivo avaliativo, a partir de uma escala de *likert* em uma escala de 1 a 10. Nas questões envolvendo a análise de redes sociais, visando calcular a densidade, reciprocidade e centralidade desta rede de agentes,

foram utilizadas perguntas com múltiplas escolhas contendo a lista de todos os agentes deste APL.

Assim, a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo usando da técnica de entrevista com os representantes dos agentes deste trabalho. Segundo Minayo (1999), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos agentes sociais. Essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Serve também como meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. Gil (2014) a considera como uma das técnicas mais utilizadas no âmbito social, na qual é concebido um diálogo assimétrico, onde uma das pessoas busca informações e a outra se apresenta como fonte de informação.

Apesar de não ser a única forma de pesquisa a ser utilizada numa pesquisa qualitativa, a relação do pesquisador com o seu objeto de estudo é essencial, de extrema importância. Minayo (1999) destaca que a pesquisa de campo permite articulação de conceitos e sistematização da produção de uma determinada área de conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se produziu.

Ainda nessa discussão, Minayo (1999) considera que para se obter um bom trabalho de campo, há necessidade de uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. Considerando que é nessa fase que se consegue estabelecer e fortalecer amizades, bem como compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas. Com este intuito, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir de um cronograma pré-definido de entrevistas as quais foram realizadas no período de 16 a 26 de novembro de 2015, como pode ser visualizado no (APÊNDICE V). Todas as entrevistas foram agendadas previamente via telefone com os proprietários ou gerentes das vinícolas, bem como representantes, gerentes ou responsáveis que detém maior informação a respeito do tema trabalhado nesta pesquisa e ligação com os vitivinicultores. Na oportunidade da realização desta, os respondentes foram esclarecidos à respeito deste trabalho, e concordando com a pesquisa, assinaram o Termo de livre consentimento e esclarecido (APÊNDICE IV). Complementarmente, houve necessidade de enviar por correio eletrônico alguns questionários à agentes em que a entrevista pessoal não foi possível, os quais foram recebidos até o dia 19 de dezembro do mesmo ano.

3.3. Método de análise de dados

Após a coleta de dados, se utilizou de **cinco ferramentas** para a tabulação dos dados. As questões que envolviam a SEÇÃO I (dados de identificação e participação); os blocos da SEÇÃO II, que trata das variáveis do capital social, sendo A (confiança); B (engajamento e comprometimento), C (troca de informações), D (Normas e Sanções) e H (autoridade ou capacitação); e a SEÇÃO III (dados de ações conjuntas) foram primeiramente lançadas no (i) *Microsoft Excel 2010* Versão 14.0 e seguidamente importadas para o (ii) *software IBM® SPSS® Statistics Versão 20.0.0*. Posteriormente, foram realizadas análises de frequência, médias e desvio padrão das questões mencionadas. Seguidamente, estas informações foram transcritas em tabelas e gráficos gerados por meio do (iii) *software Microsoft Word 2010* Versão 14.0.

Os dados das questões que envolvem as variáveis do capital social mensurados por meio da análise de redes sociais, referente ao bloco E (densidade), F (horizontalidade) e G (reciprocidade) da SEÇÃO II, foram lançados na planilha do *Microsoft Excel 2010* Versão 14.0 e, posteriormente, foram importadas para o (iv) *software Ucinet 6 for Windows* Versão 6.392 para gerar a sociomatriz. Esta representa as relações bidimensionais, na qual as linhas representam as conexões enviadas e as colunas identificam as conexões recebidas pelo respectivo agente. Posteriormente, o sociograma de cada uma das análises foi gerado a partir da importação destas para o software (v) *NetDraw 2.119*. O sociograma é a formação de uma notação gráfica por meio de mecanismos da teia de grados, onde cada nó agente representa e os laços e conexões existentes são representados por linhas (WASSERMAN; FAUST, 1994; SCOTT, 2000).

Resumidamente, a metodologia apresentada neste capítulo, a qual será utilizada para alcançar os objetivos deste trabalho, pode ser visualizada na Figura 3.

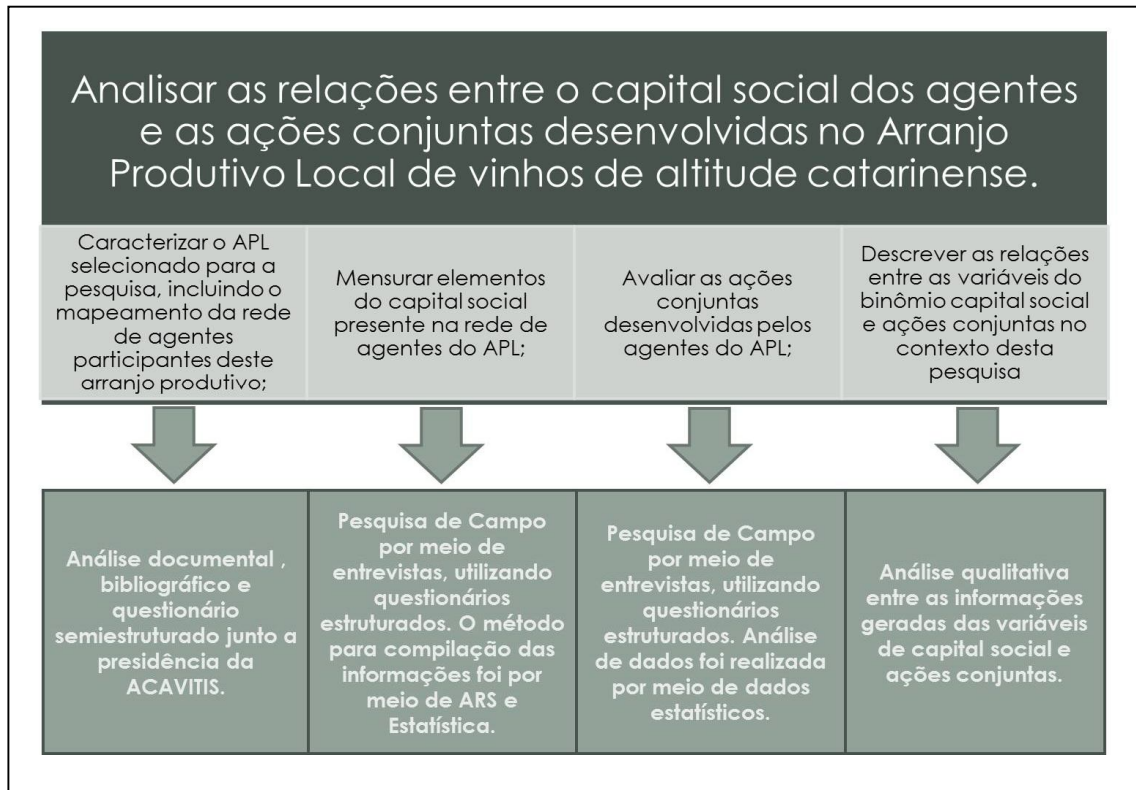


Figura 3- Resumo da metodologia utilizada para alcançar os objetivos deste trabalho. Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Ainda em relação à análise de dados faz-se necessário compreender que haja uma reflexão sobre as finalidades desta. Minayo (1999) aponta três finalidades para esta etapa: (i) estabelecer uma compreensão dos dados coletados, (ii) confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e (iii) ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Com este encaminhamento, o próximo capítulo visa apresentar a análise dos resultados obtidos nesta pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os principais resultados e discussões realizadas a partir da coleta de dados realizada no Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude, localizado na região serrana e meio oeste do estado. Este está dividido em quatro seções, a primeira na qual busca caracterizar o APL de vinhos de altitude, a segunda aponta para a mensuração dos elementos do capital social selecionados, a terceira busca trazer as análises relativas às ações conjuntas realizadas neste APL num recorte temporal de cinco anos e a quarta visando descrever a relação entre o binômio capital social e ações conjuntas presentes neste APL.

4.1. A Atividade Vinícola no Estado de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina possui três regiões vitivinícolas, definidas a partir de suas características. A região tradicional compreende duas regiões: o Vale do Rio do Peixe, que abrange os municípios de Videira, Tangará, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Rio das Antas, Iomerê, Fraiburgo e Caçador, na qual apresenta maior percentual de bebidas comuns, e a região carbonífera do sul do estado, que abrange os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Braço do Norte, Nova Veneza e Morro da Fumaça, cuja base de produção são os vinhos coloniais; a região nova, compreendida entre as cidades de Rodeio, Nova Trento e as que ficam próximas a cidade de Chapecó, com pouca quantidade de bebidas finas, sendo mais frequentes os vinhos comuns e os coloniais; e a região super nova, ou de altitude, compreendida entre os municípios do planalto serrano, que investem apenas em vinhos finos. (BRDE, 2005). Esta última região surge em razão das pesquisas técnicas, diferentemente da região tradicional, iniciada pela cultura italiana. A produção de vinhos na região de altitude, é acompanhada desde 1991 por pesquisadores da Estação Experimental da EPAGRI (ROSIER, 2004).

Para auxiliar na caracterização da atividade vinícola nos três estados do sul, bem como na identificação de possíveis arranjos produtivos locais, o trabalho elaborado por Sampaio *et al* (2015) faz um apontamento dos municípios que possuem atividade vinícola,

por meio do ICN (Índice de Concentração Normalizado), o qual foi proposto por Crocco, *et al* (2003). Este índice, construído a partir da base de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) do ano de 2011, possibilita classificar o grau de especialização destes municípios em determinadas atividades. Diante desse trabalho, representados por meio da Tabela 2 e Figura 4, foi possível identificar municípios mais especializados, os quais podem abrigar APLs desta atividade econômica. Logo, evidencia-se que as possibilidades maiores ocorrem na região do meio oeste e extremo sul catarinense, em razão da intensificação maior desta atividade.

Tabela 2 - Índice de concentração normalizado dos municípios de Santa Catarina que possuem atividade vinícola.

Município	QL	HHm	PR	ICN	ESPECIALIZAÇÃO
Pinheiro Preto	121.111,7939	60, 3328	60, 3333	5, 2459	ESPECIALIZADO
Videira	2.844,8625	26, 9905	27, 0000	1, 0116	ESPECIALIZADO
Iomerê	31.823,6681	10, 6663	10, 6667	0, 8135	ESPECIALIZADO
São Joaquim	6.181,2837	17, 3305	17, 3333	0, 6118	ESPECIALIZADO
Água Doce	14.485,1453	11, 3326	11, 3333	0, 4839	ESPECIALIZADO
Tangará	10.266,1786	10, 6656	10, 6667	0, 3600	ESPECIALIZADO
Tubarão	846 ,0300	15, 6481	15, 6667	0, 3437	ESPECIALIZADO
Nova Trento	3.286,0363	7, 9976	8, 0000	0, 0701	NÃO ESPECIALIZADO
Salto Veloso	5.029,3517	3, 6659	3, 6667	-0, 1099	NÃO ESPECIALIZADO
Treze Tílias	3.322,6882	3, 6656	3, 6667	-0, 1474	NÃO ESPECIALIZADO
Urussanga	1.065,4145	3, 3302	3, 3333	-0, 2205	NÃO ESPECIALIZADO
Major Gercino	3.241,4733	0, 9997	1, 0000	-0, 2833	NÃO ESPECIALIZADO
Rodeio	999, 1165	1, 6650	1, 6667	-0, 3015	NÃO ESPECIALIZADO
Pedras Grandes	2.138,5654	0, 9995	1, 0000	-0, 3067	NÃO ESPECIALIZADO
Cordilheira Alta	912, 6060	0, 6659	0, 6667	-0, 3507	NÃO ESPECIALIZADO
Campos Novos	80, 9605	0, 3292	0, 3333	-0, 4003	NÃO ESPECIALIZADO
Içara	46, 6970	0, 3262	0, 3333	-0, 4149	NÃO ESPECIALIZADO
Rio do Sul	23, 6506	0, 3192	0, 3333	-0, 4463	NÃO ESPECIALIZADO
Chapecó	18, 5414	0, 6307	0, 6667	-0, 5271	NÃO ESPECIALIZADO
Média	10.932,8454	9, 3453	9, 3509	0, 2859	

Fonte: Sampaio, *et al* (2015).

Os municípios de Pinheiro Preto, Videira, Iomerê, São Joaquim, Água Doce, Tangará e Tubarão, que representam 36,84% do total daqueles que possuem atividade vinícola, são aqueles que possuem especialização. Em números absolutos de vínculos empregatícios, estas cidades contabilizam 86,12% do total estadual para esta atividade. Cabe

salientar que a cidade que apresenta o maior ICN (5, 2459), Pinheiro Preto, também apresenta uma quantidade significativa de empresas, 14 (quatorze) e de 181 (cento e oitenta e um) vínculos, média de 13 (treze) funcionários por unidade. É importante mencionar que nem todos os municípios com números absolutos de vínculos na atividade apresentam os maiores ICN.

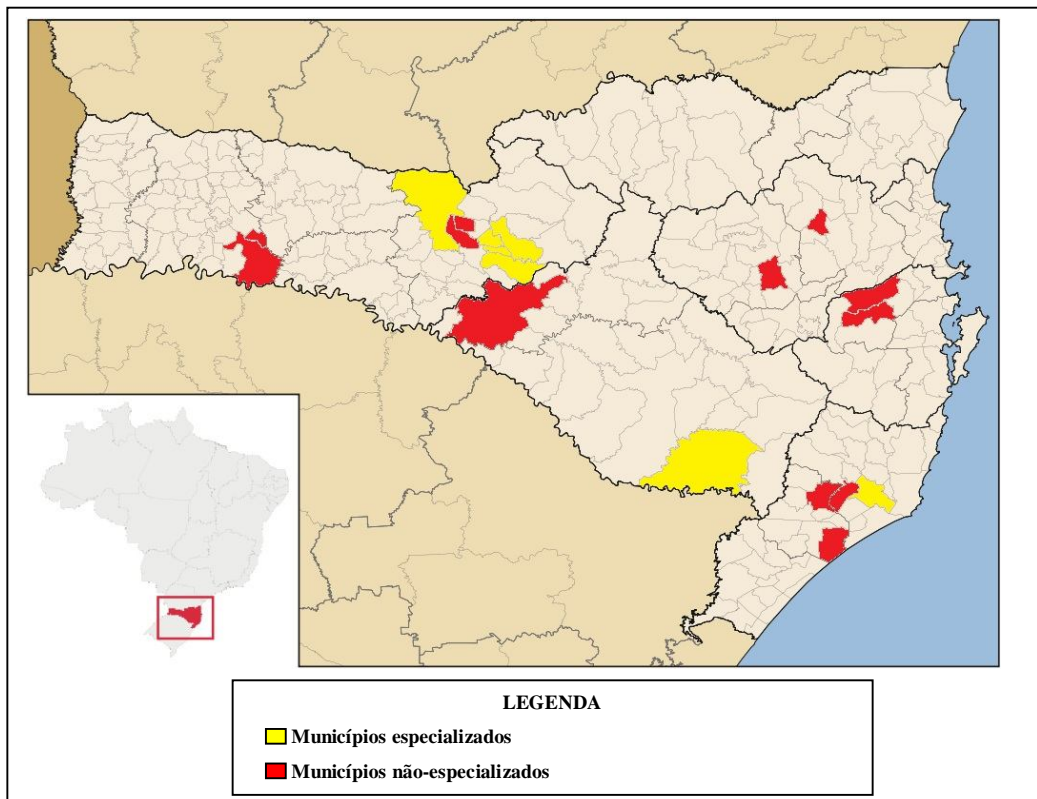


Figura 4 - Concentração espacial da atividade vinícola do estado de Santa Catarina.
Fonte: Sampaio, *et al* (2015).

A Figura 4 aponta para três regiões distintas da atividade vinícola. aquela que apresenta uma quantidade maior de municípios aglomerado localiza-se na região meio-oeste (alto vale do rio do peixe). nesta região, há uma concentração de 5 (cinco) municípios especializados e 3 (três) “não-especializados”. em números absolutos, os 8 (oito) municípios somam 383 vínculos (71,85%) em 30 (trinta) unidades, correspondendo a uma média de 12 vínculos por unidade.

Porém, cabe salientar que este estudo, por se tratar de consulta de base de dados oficiais e legais, não contempla os empregos informais para os cálculos do Índice de concentração Normalizado e, somente os vínculos empregatícios e empresas que possuem o código de classe de atividade econômica denominada “Fabricação de Vinho” no CNAE são computados para a análise realizada, não estão incluídas nesta análise atividades como extração da matéria-prima e comercialização dos produtos. Outra questão a ser ponderada nesse estudo, é a impossibilidade de identificação dos segmentos de mercado vinícola, impossibilitando a estratificação somente dos dados acerca da atividade de vinhos de altitude.

Em 2012, o Estado de Santa Catarina, produziu 21,18 milhões de litros de vinhos, na qual 72,57% referem-se aos vinhos de mesa. O aumento da produção de vinhos de mesa foi de 11,77%. Já na produção de vinhos finos houve uma redução de 19,15% (MELLO, 2013).

A atividade vinícola em Santa Catarina foi iniciada no Alto Vale do Rio do Peixe e em outras regiões do Estado através dos descendentes italianos. Porém, a estratégia inicial em produzir vinhos mais baratos ocasionou a perda econômica gradativamente. Hoje, certamente a tendência é de agregar valor na produção de castas nobres para a produção de vinhos finos. Nesse sentido, a região serrana catarinense, especificamente na região de São Joaquim vem investindo fortemente nesta atividade econômica.

4.1.1. A ACAVITIS e o APL de Vinhos de Altitude Catarinense

Os vinhos de altitude catarinense têm uma peculiaridade em relação às demais regiões do estado, pois o surgimento da produção de vinhos originou-se por meio de experimentos realizados por pesquisadores da EPAGRI, na qual constataram boa adaptação de espécie *vitis viníferas* ao clima das regiões pesquisadas. Desde então, esta atividade têm sido acompanhadas por instituições de pesquisa e universidades. Segundo Rosier (2004); Nunes Júnior, *et al* (2010) o evento considerado como fator determinante para o início da atividade na região é diretamente ligado aos experimentos da Epagri em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a partir de 1991. Desde então as equipes das Estações Experimentais da EPAGRI, Instituto de Pesquisa de Santa Catarina, acompanham os vinhedos nos municípios que apresentam altitudes acima de 900 metros, como Água Doce, Bom Retiro, Campos Novos, Videira, Iomerê, São Joaquim e

Tangará. Estes locais, por apresentarem clima ameno, latitude elevada e altitudes acima de 1.000m são propícios à produção de vinhos diferenciados.

Os resultados obtidos com os primeiros vinhos demonstraram um grande potencial da região para o cultivo dessas uvas. As características peculiares do clima do município são características apontadas como fatores que diferenciam os vinhos da região, já que a altitude permite uma plena maturação das uvas, gerando frutos com excelente qualidade para vinhos (CORDEIRO, 2006). A partir disso, a região de São Joaquim, tradicionalmente conhecida como pólo de cultivo da maçã, atraiu alguns empreendedores dispostos a investir na nova atividade da região, mesmo sabendo que o pioneirismo de uma atividade invoca altos custos iniciais e muitos riscos.

Para fortalecer e fomentar ainda mais esta atividade na serra e região meio-oeste catarinense, alguns empresários fundaram a ACAVITIS (Associação Catarinense dos Produtores dos Vinhos Finos de Altitude) no dia 06 de novembro de 2005. Esta entidade abrange todo o estado e abrigava inicialmente 37 associados distribuídos pelos municípios que compreendem as regiões de São Joaquim (compreendidas pelas cidades de São Joaquim, Urupema, Urubici, Bom Retiro, Painel e Campo Belo do Sul), Campos Novos (compreendendo as cidades de Campos Novos e Monte Carlo) e Caçador (compreendendo as cidades de Caçador, Água Doce, Salto Veloso, Treze Tílias, Videira e Tangará). Juntos cultivavam 279 ha com uvas do tipo *vitis viníferas* (espécie de videira cultivada para produção de vinho na Europa) em altitude entre 900 a 1.400 metros (ACAVITIS, 2015).

Para fazer parte do quadro de associados, o produtor precisa preencher três requisitos: produzir em Santa Catarina uvas do tipo *Vitis vinifera*, produzir em altitude acima de 900 metros, a produção máxima não pode exceder a 6 mil litros de vinho por hectare de uva plantada e produzir com rigoroso controle de qualidade, que inclui a proibição da adição de açúcar ao mosto, denominado como processo de chaptalização (ACAVITIS, 2015; LOSSO; PEREIRA, 2010).

A integração e a organização entre diversas empresas vinícolas e demais agentes de apoio, principalmente a criação de uma associação fortaleceu ainda mais a atividade nas regiões produtora de vinhos de altitude, um dos motivos que faz caracterizá-lo como um Arranjo Produtivo Local. Nesse sentido, a atividade tem sido considerada por várias entidades de vitivinicultura de altitude como um Arranjo Produtivo Local, conforme aponta Campos (2009) no relatório de pesquisa “Os arranjos produtivos locais no estado de Santa Catarina: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio”

formulado conjuntamente com a REDESIST, BNDES, FEPESE e UFSC. O relatório evidencia a inclusão do APL dos Vinhos de Altitude nas ações de políticas para APL's realizado pelo SEBRAE. Destaca ainda que a entidade supracitada realizou o principal mapeamento de APL's no Estado.

Em outra bibliografia, intitulada Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil elaborado também por meio de cooperação técnica incluindo também REDESIST, BNDES, FEPESE, UFSC, bem como UFPR, UNISINOS, UNICAMP, UFU, UFF, UFES, UCDB, UCG, Campos, *et al* (2010) em seu anexo I, na página 105, relaciona este APL, com atividade produtiva principal (CNAE 11.12-7), como sendo um dos apoiados por política públicas no Estado de Santa Catarina, abrangendo as cidades de São Joaquim, Arroio Trinta, Bocaina do Sul, Calmom, Curitibaanos, Fraiburgo, Bom Jardim Da Serra, Bom Retiro, Caçador, Frei Rogério, Iomerê, Lages, Lebon Regis, Macieira, Matos Costa, Painei, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio Das Antas, Rio Rufino, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristovão do Sul, Tangara, Timbó Grande, Urubici, Urupema, Videira, São Joaquim. Adicionalmente, atribuem o GTP-APL, EPAGRI e SEBRAE-SC responsáveis pelo apoio.

A Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina reconhecem este APL, listando-o entre aqueles APL's prioritários no estado de Santa Catarina, a partir da ata de reunião extraordinária desta entidade realizada no dia 24 de fevereiro de 2011 a qual foi submetida ao GTP-APL (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais), coordenado pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), informação esta que pode ser confirmada no portal eletrônico desta entidade.

Hoje a entidade possui 17 vinícolas em seu quadro de associados, abrangendo as cidades de São Joaquim, Urubici, Urupema, Campo Belo do Sul, Monte Carlo, Videira, Treze Tílias, Caçador e Água Doce, conforme mapa apresentado na Figura 5. De acordo com Benetti (2016), os associados possuem mais de 500 hectares plantados de uva, produzem anualmente aproximadamente 1,2 milhões de garrafas e apresentam faturamento anual superior a R\$ 150 milhões, gerando mais de 2 mil empregos diretos e indiretos.

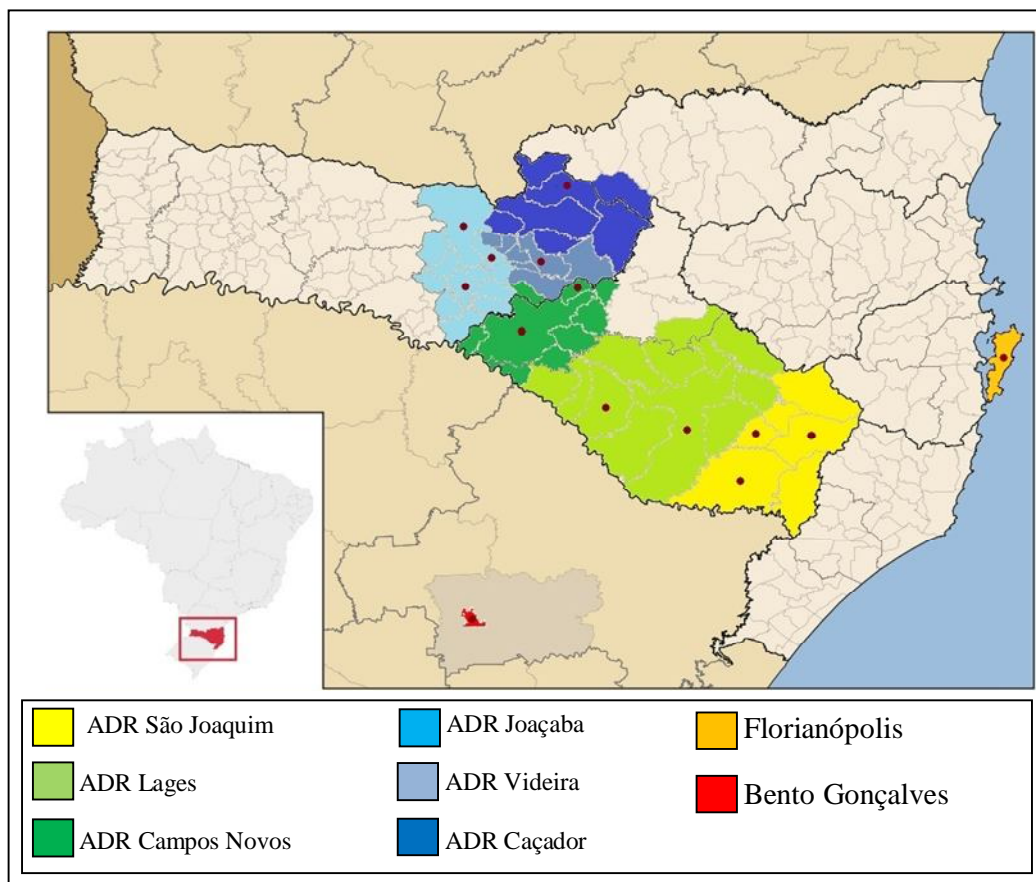


Figura 5 - Localização geográfica do APL de vinhos de altitude catarinense.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Desse modo, o desenvolvimento da atividade vitivinícola da região, junto com a articulação entre esta e o setor turístico devem, sem dúvida, alavancar o desenvolvimento regional, por meio do fluxo de turistas que devem visitar as cantinas e vinícolas, e ao utilizarem os equipamentos da rede hoteleira e gastronômica, geram renda e emprego, tanto para as cidades participantes do arranjo local como para as demais cidades que o circundam.

A ACAVITIS, a partir do dia 22 julho de 2015 passou a possuir como denominação social “Vinho de altitude produtores e associados”. A Governança do APL na atualidade é exercida pelo Sr. Acari Amorim, eleito para o cargo de presidente da ACAVITIS, exercendo esta atribuição há 02 (dois) anos. Amorim, a frente da Vinícola Quinta da Neve, que se encontra há 16 (dezesesseis) anos na atividade, uma das empresas pioneiras na cidade de São Joaquim. Em continuidade, serão apresentadas algumas características deste arranjo produtivo, baseado nas informações extraídas a partir da Seção I dos instrumentos de coleta.

A média do tempo de atividade vinícola dos vitivinicultores deste APL, considerando os treze respondentes, é de 10,04 anos (desvio padrão de 3, 503). Se considerarmos nesta análise também a governança do APL, na qual é ocupada por um membro vitivinicultor esta média passa a ser de 10,46 anos (desvio padrão de 3, 723).

Para facilitar o entendimento do tempo de atuação dos vitivinicultores na atividade vinícola, as respostas para a questão “02. Tempo de atividade na vitivinicultura” dos vitivinicultores foram transformadas em faixa de tempo. Todas as vinícolas pesquisadas apresentam tempo de atividade acima de cinco anos. Porém, a faixa que apresenta maior percentual de frequência é de 9 a 12 anos de atividade, correspondente a 5 (cinco) vitivinicultores e 38,50% de frequência.

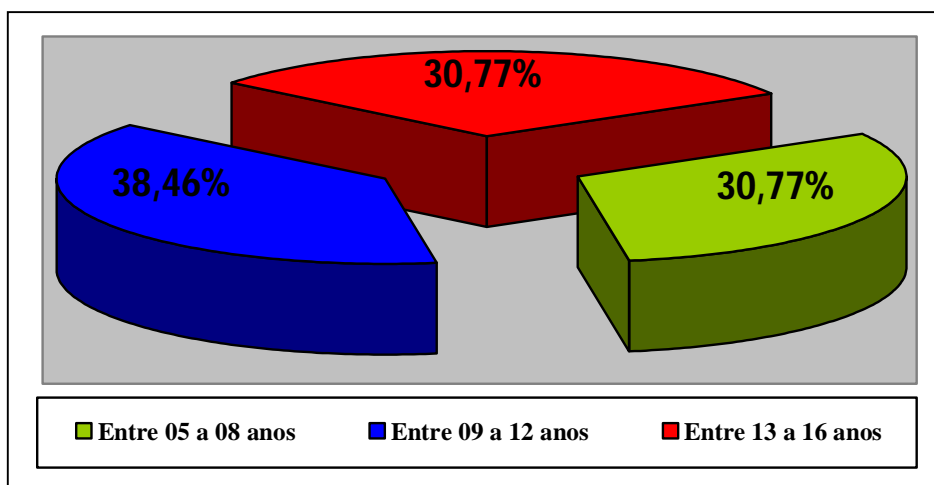


Gráfico 1- Tempo de atuação dos vitivinicultores na vitivinicultura por faixa de tempo.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As respostas numéricas, relativas ao tempo de participação ativa no APL de vinhos de altitude, para fins de análise foram classificadas em cinco faixas de tempo. Todos os agentes do APL foram indagados sobre o tempo de participação. Do total de vinte e seis agentes de apoio entrevistados, vinte e um deles responderam a este questionamento, correspondendo a 80,77% do total desta classe.

O tempo médio de participação dos agentes de apoio e vitivinicultores no APL de vinhos de altitude são bem similares. Enquanto o primeiro grupo apresenta uma média de 7,33, o segundo grupo apresenta uma média de tempo de participação de 7,30 anos. Isto

demonstra um envolvimento grande dos agentes de apoio desde o início da formação deste APL.

Tabela 3 - Tempo de participação dos agentes no APL.

		Agentes de apoio	Vitivinicultores	Vitivinicultores (incluindo a Governança)	Total de agentes do APL
Nº de casos	Válidos	21	13	14	35
	Não participam	5	0	0	5
Média		7,3333	7,3077	7,5000	7,4000
Desvio Padrão		3,50832	2,92645	2,90225	3,23537

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Percebe-se pelo Gráfico 2 que há um equilíbrio de participação de agentes de apoio e vitivinicultores na faixa de tempo entre 8 a 10 anos. A maioria dos agentes, em ambas as classificações, totalizando uma média de 54,30%, declararam participar nesta faixa de tempo. Porém, 38,10% dos agentes de apoio declararam participar entre 0 a 6 anos, enquanto 84,70% os vitivinicultores apresentam uma participação entre 5 a 10 anos.

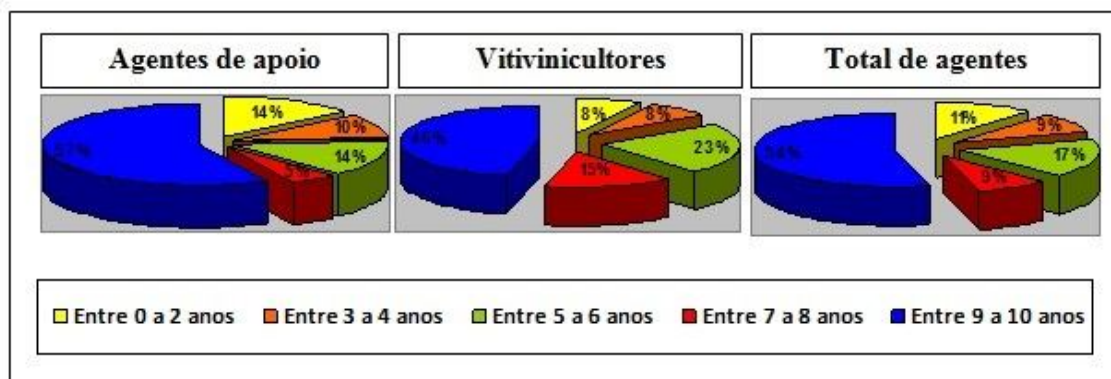


Gráfico 2- Participação dos agentes no APL de vinhos de altitude catarinense.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As reuniões ordinárias do APL ocorrem por convocação da presidência da ACAVITIS, na qual exerce a governança do APL, e sua periodicidade ocorre mensalmente. Porém, estas são extensivas somente aos vitivinicultores associados à entidade. Dos agentes de apoio, somente representantes da Estação Experimental da EPAGRI, de São Joaquim são

convidadas regularmente para estas reuniões. Esporadicamente, representantes do SEBRAE e da SANTUR, também são convidados. Os demais agentes são convidados para reuniões pontuais e de organização para ações conjuntas ou ações específicas. Isso talvez explique a baixa participação dos agentes de apoio nas reuniões do APL. Somente 57,69% destes relatam ter participado de reuniões, correspondente a quinze agentes de apoio. Destes, somente sete, correspondente a 46,7% das instituições, relatam ter participado de 76 a 100% das reuniões. Em relação aos vitivinicultores, esses têm uma participação positiva em relação às reuniões ordinárias do APL. Do total desta classe de agentes, 70% destes participam entre 51 a 100% das reuniões no ano.

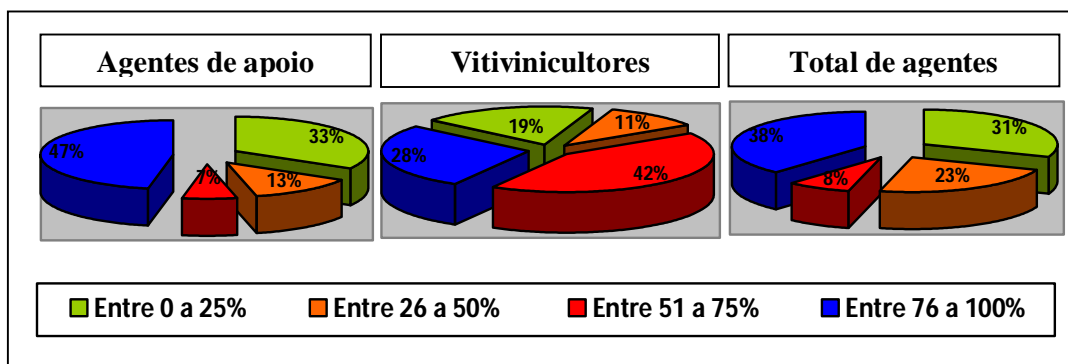


Gráfico 3 - Periodicidade de participação dos agentes em reuniões do APL.
 Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A média total apresentada de todos os agentes apresenta alta frequência na faixa de participação de 0 a 25% das reuniões, correspondendo a 31,0% do total (9 agentes). Os agentes mais participativos correspondem a 44,80% dos respondentes a essa questão, que significa 13 agentes e 32,50% do total de agentes da população pesquisada.

4.2. Mensuração dos elementos do Capital Social do APL de Vinhos de Altitude

O tempo de participação no APL pode também ser um dos indícios do capital social de um APL como foi visto na seção anterior. Porém, não pode ser o único parâmetro para esta

questão. Para esta análise, apresentamos a análise a partir de um conjunto de variáveis que abarcam esta temática, as quais são descritas a seguir. Desta forma, este capítulo procura responder ao segundo objetivo específico deste trabalho, a qual se propõe a mensurar elementos do capital social presente na rede de agentes do APL, a partir dos constructos apresentados na Figura 2.

4.2.1. Confiança

Uma das questões elaboradas para análise da variável confiança contemplava a solicitação de avaliação de cada agente aos demais agentes que compõe o APL. Requeria ao respondente que considerasse o grau de confiança numa escala de 1 a 10, sendo 01 para baixa confiança e 10 para alta confiança. Caso não houvesse proximidade com o agente em questão, a opção a ser respondida era de NP (Não há proximidade). A confiança nesse quesito está relacionada em poder relatar problemas da empresa, liberdade em trocar informações confidenciais e estabelecer parcerias. A Tabela 4 apresenta os resultados dessa avaliação, ponderando que as prefeituras e agências de desenvolvimento regional foram avaliadas de forma genérica. Dessa forma, a avaliação de cada respondente para estes grupos corresponde ao seu território de abrangência. Os vitivinicultores foram avaliados de forma geral, contemplando todos os vitivinicultores que integram o quadro de associados da ACAVITIS, que automaticamente fazem parte deste APL. Os respondentes que avaliaram como NP para a entidade não apresenta valor computado.

Tabela 4- Avaliação do grau de confiança dos agentes do APL.

	Governança do APL	Agentes de Apoio		Vitivinicultores		Total de agentes
	Média	Média	Nº de casos (%)	Média	Nº de casos (%)	Média
Governança do APL		7,93	15 (57,7)	7,62	13 (100)	7,79
ABRASEL-SC	9,00	6,67	6 (23,1)	6,50	2 (15,4)	6,89
SANTUR	10,00	6,60	15 (57,7)	7,27	11 (84,60)	7,00
SEBRAE	10,00	8,58	19 (73,10)	8,83	12 (92,3)	8,72
EPAGRI	10,00	9,11	18 (69,2)	7,85	13 (100)	8,63

(Continua)

							(Conclusão)
EMBRAPA Uva e Vinho	10,00	7,07	14 (53,8)	8,38	8 (61,50)	7,65	
Prefeitura Municipal	10,00	8,07	14 (53,8)	5,77	13 (100)	7,07	
Agência de Desenvolvimento Regional	10,00	7,44	18 (69,20)	5,50	12 (92,3)	6,77	
FIESC	10,00	7,71	14 (53,80)	7,71	7 (53,8)	7,82	
SINDIVINHO-SC	10,00	8,36	14 (53,80)	5,50	8 (61,5)	7,43	
UFSC (CCA-Florianópolis)	10,00	7,87	15 (57,70)	8,38	8 (61,5)	8,13	
UDESC (CAV-Lages)	10,00	7,92	13 (50,0)	6,13	8 (61,5)	7,36	
IFSC (Campus Urupema)	10,00	7,00	9 (34,60)	6,80	5 (38,5)	7,13	
UNOESC (Campus Videira)	10,00	6,90	10 (38,50)	4,50	2 (15,4)	6,77	
Vitivinicultores	10,00	8,71	21 (80,8)	6,77	13 (100)	8,03	
Média Geral	10,00	7,73	14 (53,85)	6,90	9 (69,23)	7,54	

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Na avaliação da Governança do APL todas as entidades apresentam uma ótima confiança para estabelecer parcerias dentro do APL, pois na avaliação deste a maioria deles recebeu a maior avaliação e a ABRASEL-SC recebeu avaliação 9,00. Avaliados pelos agentes de apoio, os agentes que apresentaram maior grau de confiança foram a EPAGRI, os vitivinicultores e o SEBRAE, com avaliação média de 9,11; 8,71 e 8,58, respectivamente. Aqueles que apresentaram menor grau de confiança na avaliação dos agentes de apoio foram a SANTUR, ABRASEL-SC e UNOESC (Campus Videira), na qual obtiveram média de 6,60; 6,67 e 6,90, respectivamente.

Considerando a avaliação global média dos agentes do APL de vinhos de altitude, podemos chegar a uma conclusão de que a média do grau de confiança da rede é de 7,54, conforme nos aponta a Tabela 4, resultando num ótimo resultado nesta variável. Porém, cabe ressaltar que, existe um alto percentual de agentes que declararam não possuir proximidade com o grupo de agentes. Referindo-se aos agentes de apoio respondentes, a média de avaliadores corresponde a 14 números de casos, que significa 53,85%. Já a média de avaliadores dos vitivinicultores é um pouco maior que dos anteriores, que corresponde a 69,23% do número de casos. A média do total de agentes corresponde a 60% do número de casos.

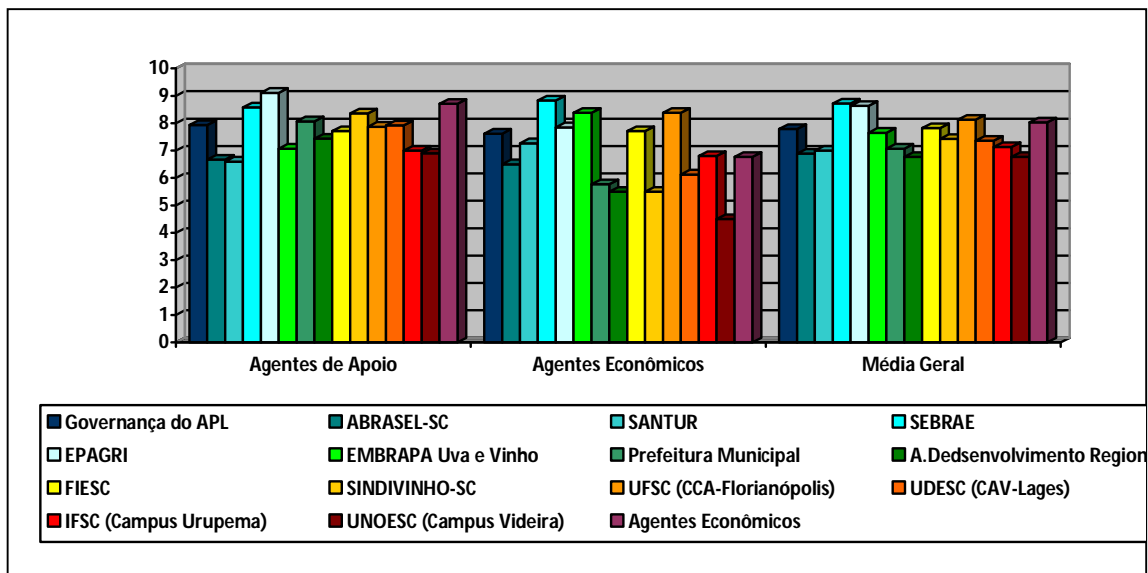


Gráfico 4 - Média de avaliação do grau de confiança dos agentes do APL.
 Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Na avaliação dos vitivinicultores as entidades que apresentaram um grau de confiança maior foram o SEBRAE, EMBRAPA Uva e Vinho e UFSC (CCA-Florianópolis), na qual apresentaram respectivamente 8,83; 8,38 e 8,38, conforme apresentado no Gráfico 4. Àqueles que podem ser considerados com menor confiança para este grupo de agentes são UNOESC (Campus Videira), SINDIVINHO-SC e Agência de Desenvolvimento Regional. Considerando a média geral, os agentes com maior média de confiança são SEBRAE, EPAGRI e UFSC (CCA-Florianópolis), na qual apresentaram 8,72; 8,63 e 8,13, respectivamente. A UNOESC (Campus Videira), Agência de Desenvolvimento Regional e ABRASEL-SC com valores de 6,77; 6,77 e 6,89 respectivamente.

Complementarmente, foi solicitado aos vitivinicultores e à governança para estes fizessem uma avaliação de 1 a 10 em relação ao grau de confiança entre vitivinicultores e agentes de apoio deste APL em relação aos últimos 5 (cinco) anos. Na avaliação da Governança o apontamento foi 10,00 e a média apresentada dentre os 13 (treze) vitivinicultores para esta questão foi de 7,00, muito similar a média apresentada na avaliação de todos os agentes de apoio na questão anterior, que foi de 6,91. Considerando individualmente estes agentes a média geral apresentada foi de 7,21 para o grau de confiança entre vitivinicultores e agentes de apoio.

A confiança é evidenciada na literatura como um importante elemento do capital social. Em vários trabalhos analisados, os aponta como uma forma determinante para a existência ou não do capital social e até mesmo apregoam este elemento como o próprio capital social. Dessa forma, o capital social é elevado onde existe confiança mútua entre as pessoas a partir de obrigações recíprocas entre elas (COLEMAN 1988; 1998; 1990; DURSTON, 2000). Putnam (1996), ainda acrescenta que a confiança de uma comunidade é alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os seus membros e a elevação dessa confiança transforma estas comunidades ricas por meio do civismo. Woolcock (2000) disserta que a confiança só aumenta com o seu uso, sendo transmitida e disseminada por meio da cadeia de relações. Nesse sentido, a rede de agentes do APL, apresenta um ótimo nível de confiança grande em alguns agentes, apesar de alguns agentes apresentarem um nível baixo em relação a esta variável.

4.2.2. Engajamento e Comprometimento

Para a análise do grau de engajamento e comprometimento dos agentes do APL, no mesmo molde da questão de análise da confiança, foi elaborada uma questão em que a governança e os vitivinicultores deveriam avaliar o engajamento e comprometimento de todos os agentes desse APL. Portanto, o grau de engajamento e envolvimento dos agentes devia considerar também uma escala de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto nível de comprometimento. A Tabela 5 e Gráfico 5 resumem a análise desta variável para o conjunto de agentes. Ressalta-se que os respondentes que não possuíam proximidade suficiente para avaliar este grau de envolvimento declararam como NP (Não possui proximidade) para o agente em questão. Assim, como na avaliação de confiança, as prefeituras e agências de desenvolvimento regional foram avaliadas forma genérica, considerando a Prefeitura de seu município e a agência de desenvolvimento regional que abrange a região de cada avaliador. Os vitivinicultores foram avaliados de forma geral, contemplando todos os vitivinicultores que integram o quadro de associados da ACAVITIS, que automaticamente fazem parte deste APL.

Tabela 5- Avaliação do grau de engajamento e comprometimento dos agentes do APL.

	Governança do APL	Vitivinicultores		Total dos agentes	
	Média	Nº de casos (%)	Média	Nº de casos (%)	Média
Governança do APL		13 (100,0)	8,08	13 (100,0)	8,08
ABRASEL-SC	9,00	5 (38,46)	4,50	6 (46,20)	5,14
SANTUR	10,00	9 (69,23)	7,40	10 (76,9)	7,64
SEBRAE	10,00	12 (92,31)	8,62	13 (100,0)	8,71
EPAGRI	10,00	12 (92,31)	8,00	13 (100,0)	8,14
EMBRAPA Uva e Vinho	10,00	8 (61,54)	8,00	9 (69,20)	8,20
Prefeitura Municipal	10,00	12 (92,31)	5,77	13 (100)	6,07
Agência de Desenvolvimento Regional	10,00	12 (92,31)	5,62	13 (100)	5,93
FIESC	10,00	7 (53,85)	7,13	8 (61,50)	7,44
SINDIVINHO-SC	10,00	8 (61,54)	5,22	9 (69,20)	5,70
UFSC (CCA-Florianópolis)	10,00	8 (61,54)	7,78	9 (69,20)	8,00
UDESC (CAV-Lages)	10,00	8 (61,54)	5,89	9 (69,20)	6,30
IFSC (Campus Urupema)	10,00	6 (46,15)	6,57	7 (53,80)	7,00
UNOESC (Campus Videira)	10,00	3 (23,08)	3,00	4 (30,80)	4,40
Vitivinicultores	10,00	12 (92,31)	7,46	13 (100,0)	7,64
Média Geral	10,00	9 (69,23)	6,60	10 (76,92)	6,96

Fonte: elaborada pelo autor (2016).

A Governança do APL avaliou positivamente todas as entidades ao estabelecer nível máximo de engajamento apresentam à maioria deles, somente a ABRASEL-SC recebeu 9 (nove) na avaliação. Os agentes de apoio melhores avaliados na concepção dos vitivinicultores foram SEBRAE, a Governança do APL, EPAGRI e EMBRAPA Uva e Vinho, na qual apresentaram média de 8,62, 8,08, 8,00 e 8,00 respectivamente. Já a UNOESC (Campus Videira), SINDIVINHO-SC e ABRASEL-SC foram aqueles que apresentaram as menores médias em relação ao Engajamento e envolvimento no APL, apresentando 3,00, 4,5 e 5,22 respectivamente. Considerando a média geral, os agentes com maior valor de engajamento e comprometimento foram SEBRAE, EMBRAPA Uva e Vinho e EPAGRI, na qual apresentaram média de 8,71, 8,20 e 8,14 respectivamente. Os agentes que possuíram os

menores valores de média foram a UNOESC (Campus Videira), SINDIVINHO-SC E ABRASEL-SC com valores médios de 4,40, 5,14 e 5,70 respectivamente.

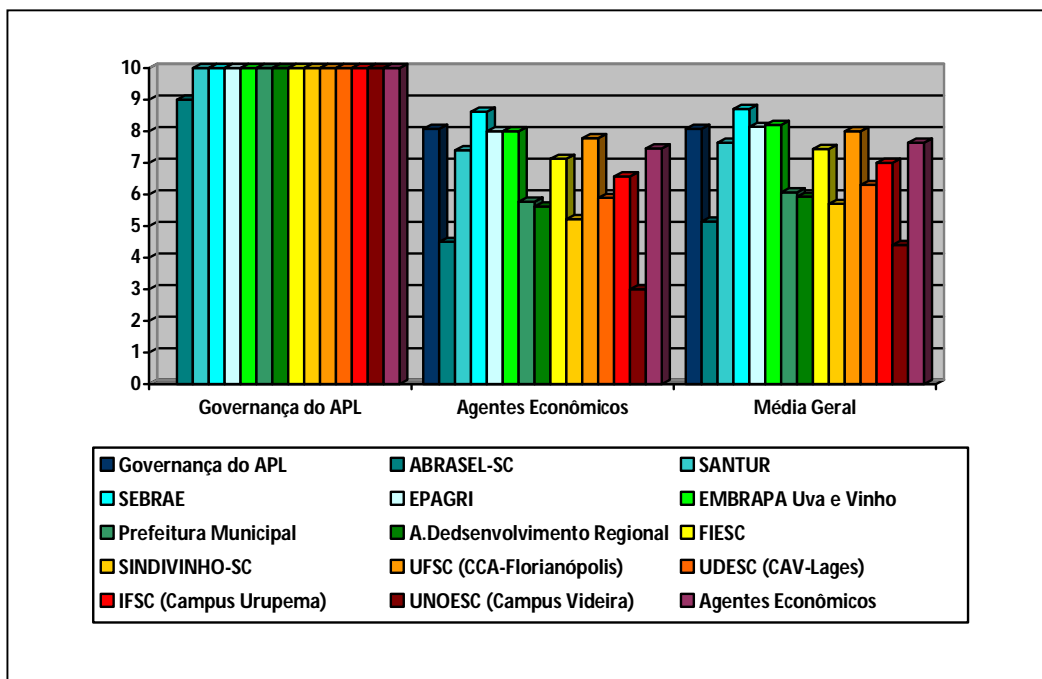


Gráfico 5 - Média do grau de engajamento e comprometimento dos agentes do APL.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Ainda em relação ao engajamento e comprometimento foram elaboradas mais três questões para avaliação desta variável do capital social do APL de vinhos de altitude catarinense. Para complementar a análise demonstrada nas tabelas anteriores, foi solicitada aos agentes de apoio uma autoavaliação do seu grau de engajamento e envolvimento neste APL. O resultado desta análise aponta para uma média de 7,41. Comparando a média realizada pelos vitivinicultores, apresenta uma diferença de 0,45, considerando a média geral incluindo os vitivinicultores e governança que apontou para 6,91. Para esta avaliação, o número de respondentes foi de 22 (vinte e dois) agentes de apoio, correspondendo a 84,62% do total de agentes de apoio entrevistados nesta pesquisa.

Para acrescentar à avaliação do engajamento e comprometimento do APL, foi solicitado aos vitivinicultores e governança que avaliasse o nível de contribuição com recursos financeiros numa escala de 01 a 10, sendo 01 para baixa e 10 para alta contribuição, caso uma determinada atividade do APL em questão não lhe beneficie diretamente, mas que

beneficie para a atividade em geral. O valor apresentado pela governança foi 10 e a média dos vitivinicultores foi de 6,85. Portanto, a média para o total de agentes para esta questão foi de 7,07. A mesma questão em relação a contribuição foi feita somente aos vitivinicultores, porém a avaliação tratava-se de contribuição com dedicação ao tempo de serviço. A média apresentada foi de 6,46.

4.2.3. Troca de informações

A avaliação para troca de informações entre os agentes do APL foi baseada em 6 (seis) questões. Na primeira delas, foi requerido aos vitivinicultores que avaliassem a capacidade do APL em disseminar as informações entre os vitivinicultores, considerando uma escala de 1 a 10. A média apresentada foi de 6,62 (desvio padrão de 1, 446). A segunda questão, também efetuada somente aos vitivinicultores, solicitava aos mesmos que avaliassem numa escala de 1 a 10 a capacidade destes em receber informações dos agentes de apoio do APL. O resultado para esta foi de 6,54 de média (desvio padrão de 1, 984). Em ambas as questões, houve 100% de resposta, ou seja, 13 respondentes.

Aos agentes de apoio, foi direcionado a analisar o terceiro item sobre a troca de informações. Dessa forma, esta questão solicitava aos mesmos que avaliassem o APL em relação ao recebimento de informações sobre a sua condução, considerando uma escala de 1 a 10. A média apresentada para esta questão foi de 5,81 (desvio padrão de 2, 462), porém 80,77% responderam a questão, que corresponde a 21 (vinte e um) agentes de apoio e, 05 (cinco) deles declararam não ter conhecimento ou condições para analisar esta questão.

A quarta questão acerca da variável “troca de informações” avalia a qualidade e utilidade das informações disseminadas entre os integrantes do APL. Este questionamento foi extensivo a todos os integrantes que o compõe e também apresentava opções de 1 a 10 como respostas. A governança do APL avaliou esta questão numa nota 10,00; os agentes de apoio, correspondente a 19 (dezenove) número de casos (73,07% do total de respondentes) apresentou uma média de 7,32 e a média de todos os vitivinicultores respondentes resultou numa avaliação de 6,69. A média total de todos os agentes resultou numa média de 7,15.

Aos vitivinicultores e governança foi solicitado para que os mesmos assinalassem a periodicidade de troca de informações com os agentes que compõe o APL. As médias, fruto dos contatos com cada um dos agentes, são apresentados na Tabela 6 e no Gráfico 6.

Tabela 6 - Periodicidade de troca de informações entre os agentes do APL.

Periodicidade de contato	Não possui contato		Semestralmente		Trimestralmente		Mensalmente		Quinzenalmente		Semanalmente	
	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)	Nº de casos (%)
Governança do APL	1	7,7	0	0	1	7,7	5	38,5	2	15,4	4	30,8
ABRASEL-SC	10	76,90	3	23,10	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTUR	3	23,10	5	38,50	4	30,8	1	7,7	-	-	-	-
SEBRAE	2	15,40	2	15,40	1	7,70	7	53,80	1	7,70	-	-
EPAGRI	0	0	2	15,40	4	30,80	6	46,20	1	7,70	-	-
EMBRAPA Uva e Vinho	4	30,80	4	30,80	3	23,10	1	7,70	1	7,70	-	-
Prefeitura Municipal	1	7,70	6	46,20	2	15,40	2	15,40	2	15,40	-	-
Agência de Desenvolvimento Regional	3	23,10	3	23,10	4	30,80	3	23,10	-	-	-	-
FIESC	8	61,50	1	7,70	-	-	3	23,10	-	-	1	7,70
SINDIVINHO-SC	7	53,90	2	15,40	1	7,70	1	7,70	1	7,70	1	7,70
UFSC (CCA-Florianópolis)	3	23,10	5	38,50	1	7,70	4	30,80	-	-	-	-
UDESC (CAV-Lages)	7	53,90	1	7,70	2	15,40	3	23,10	-	-	-	-
IFSC (Campus Urupema)	7	53,90	2	15,40	1	7,70	3	23,10	-	-	-	-
UNOESC (Campus Videira)	12	92,30	-	-	-	-	1	7,70	-	-	-	-
Vitivinicultores	1	7,70	2	15,40	3	23,10	2	15,40	-	-	5	38,50
Total	69	37,70	38	20,77	26	14,21	37	20,22	6	3,28	7	3,83

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

As informações sobre a periodicidade de contato com os agentes de apoio também serviu para confrontar com as informações de densidade da rede e reciprocidade. Percebe-se

por meio da Tabela 6, há um grande volume de citações na qual os vitivinicultores afirmam não possuir contato com agentes de apoio, correspondendo a 37,70% e o percentual de contato que ocorre semestralmente é de 20,77%.

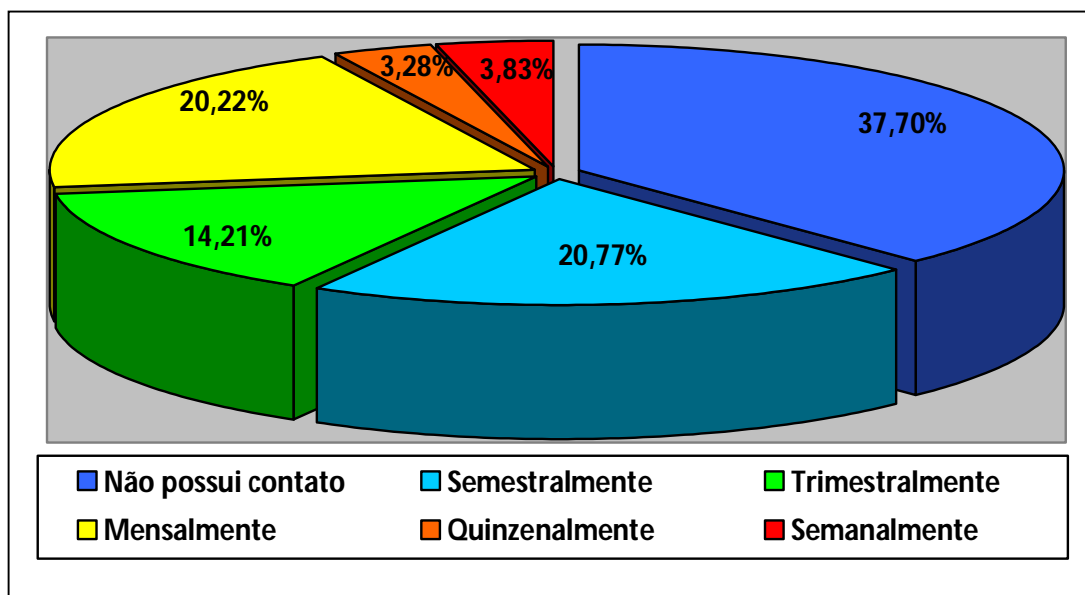


Gráfico 6 - Análise geral da periodicidade de troca de informações entre os agentes do APL.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A periodicidade de contato realizada semestralmente e trimestralmente também apresenta um volume bem significativo, correspondendo a 20,77 e 14,21 de citações, respectivamente. A periodicidade de contato semestral e trimestral somam juntos 34,98%. Os agentes com menor contato na a rede de vitivinicultores do APL são a UNOESC (Campus Videira), ABRASEL-SC e FIESC. A estes a quantidade de agentes que declararam não possuir contato, respectivamente, corresponde a 12, 10 e 8. Evidentemente, há uma periodicidade de troca de informações maior ente os próprios vitivinicultores (vitivinicultores) e com a governança do APL. Os agentes e apoio com uma frequência maior de troca de informações com os vitivinicultores são SEBRAE e EPAGRI.

A periodicidade de troca de informações da governança do APL com os demais agentes de apoio é mais frequente. Semanalmente há contato com a ABRASEL-SC, SANTUR, SEBRAE, EPAGRI, Prefeitura Municipal, Agência de Desenvolvimento Regional, FIESC e com o grupo de vitivinicultores. Com a EMBRAPA uva e vinho, SINDIVINHO-SC,

UFSC, UDESC há contato quinzenalmente. Já com o IFSC e UNOESC esse contato é mensal. Totalizando, a troca de informações com a maioria dos agentes é realizada semanalmente, na qual corresponde a 57,15% do total, 28,57% ocorre quinzenalmente e 14,28% semanalmente, conforme aprestado no Gráfico 7.

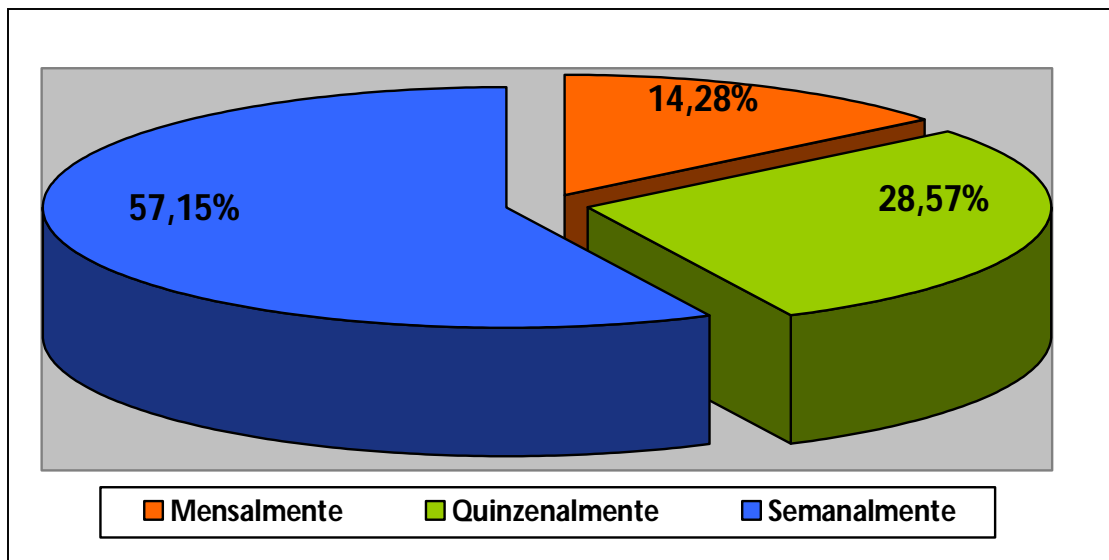


Gráfico 7 - Periodicidade de troca de informações entre governança e agentes do APL.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A última questão relativa à troca de informações solicitava a todos os agentes que assinalassem quais os meios de comunicação utilizados entre vitivinicultores e agentes de apoio. Os resultados desta análise são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7- Meios de comunicação utilizados para troca de informações pelos agentes do APL.

Meios de comunicação	Agentes de apoio		Vitivinicultores		Governança		TOTAL	
	Nº de casos	(%)	Nº de casos	(%)	Nº de casos	%	Nº de casos	%
Reuniões	16	23,19	11	28,21	1	14,28	28	24,35
Eventos	18	26,09	7	17,95	1	14,28	26	22,61
Visitas	13	18,84	3	7,69	1	14,28	17	14,78
Boletins Informativos	3	4,35	1	2,56	1	14,28	5	4,35
Endereço Eletrônico	12	17,39	12	30,77	1	14,28	25	21,74
Telefone	5	7,25	3	7,69	1	14,28	9	7,83
Redes Sociais	0	0,00	2	5,13	1	14,28	3	2,61
Relatórios	1	1,45	0	0,00	0	0,00	1	0,87
Ação Específica	1	1,45	0	0,00	0	0,00	1	0,87
Total	69	100,0	39		7	100,0	115	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Os meios de comunicação mais utilizados pela rede de agentes do APL são as reuniões, eventos e troca de mensagens por endereço eletrônico, correspondente a 28 (24,35%); 26 (22,61%) e 25 (21,74%) de frequência de citações.

4.2.4. Normas e Sanções

Com o intuito de analisar a variável normas e sanções do capital social do grupo de agentes do APL de altitude, foram realizadas 4 (quarto questões). As duas primeiras, indagadas aos agentes de apoio e vitivinicultores. A primeira delas solicitava a avaliação aos respondentes em relação à organização e a gestão do APL em relação às normas e diretrizes buscando a melhoria da entidade. A segunda, complementar à primeira, requeria dos agentes a avaliação dos encaminhamentos do APL em relação à cobranças e exigências para atendimento às normas estabelecidas pelo grupo. Ambas a escala de avaliação era de 01 a 10, sendo 01 para inexistência e 10 para levado nível. A Tabela 8 apresenta a análise das duas questões.

Tabela 8 - Avaliação da organização e cobrança em relação às normas e diretrizes do APL.

Classificação dos agentes	Organização e gestão do APL em relação a normas e diretrizes			Cobranças e exigências para atendimentos das normas e diretrizes		
	Nº de casos	Não responderam	Média	Nº de casos	Não responderam	Média
Agentes de apoio	16	10	7,00	16	10	6,56
Vitivinicultores	13	0	6,69	13	0	6,15
Total			6,85			6,35

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A média de avaliação em relação a organização e gestão do APL em relação as normas e diretrizes compreendendo o conjunto de agentes foi de 6,85. Já a avaliação em relação às cobranças e exigências para atender estas mesmas normas e diretrizes foi de 6,35.

Também foi solicitado ao grupo de agentes, avaliação a respeito da probabilidade de cobrança e exigências do grupo caso um dos agentes não participe das atividades do APL. Numa escala de 1 a 10, à governança e aos vitivinicultores o questionamento deu-se em relação aos agentes de apoio e vitivinicultores (vitivinicultores) e, para os agentes de apoio, foi solicitado o grau de crítica ou cobrança de um membro do APL genericamente.

Tabela 9 - Avaliação da probabilidade de cobrança da participação dos agentes do APL.

Classificação dos agentes	Probabilidade de cobrança em relação à não-participação de um agente econômico no APL			Probabilidade de cobrança em relação à não-participação de um agente de apoio no APL		
	Nº de casos	Não responderam	Média	Nº de casos	Não responderam	Média
Governança	1	0	9,00	1	0	9,00
Vitivinicultores	13	0	6,00	13	0	6,92
Agente de apoio				16	10	7,31
Total			6,21	30	10	7,20

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A média geral em relação a probabilidade de cobrança do grupo de agentes em relação aos vitivinicultores foi avaliada em 6,21. Considerando que, na opinião dos próprios vitivinicultores a exigência e cobrança apresentam-se razoavelmente positiva, pois a média

apresentada foi de 6,00 e da governança foi de 9,00. Já em relação à cobrança em relação a não participação dos agentes de apoio, a exigência é considerada maior pelos agentes econômicas, bem como pelos próprios agentes de apoio, resultando na média de 6,92 e 7,31, respectivamente. A média geral se elevou em relação a estes dois grupos, resultando em 7,20, pois a governança avaliou que o grau de exigência é de 9,00. Costa e Costa (2005) destacam que quando os agentes compartilham normas reduzem a incerteza, pois permitem aos atores prever o comportamento mútuo.

4.2.5. Autoridade ou capacidade (*Empowerment*)

Em busca de elementos para análise da autoridade ou capacitação, também denominada na literatura como “*empowerment*”, utilizou-se de 04 questões. A primeira delas, direcionada somente aos vitivinicultores, solicitava dentre quatro opções, de que forma é escolhido o presidente do APL. As respostas (13) apontaram para unanimidade nas respostas, indicando que a decisão ocorre por votos de todos os membros.

A segunda questão, indagava a todos os membros do APL a respeito da maneira como é tomada a decisão, entre 6 (seis) opções disponíveis. A maioria dos membros, sendo 06 (seis) agentes de apoio e 06 (seis) vitivinicultores, culminando em 50,05% do total de respondentes apontou que a “A participação da maioria dos agentes ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL”. A alternativa com o segundo maior percentual de indicação foi “a tomada pela governança ou pequeno grupo de agentes e depois repassado essa decisão aos demais”, considerada por 34,65% dos agentes. Neste sentido, há de se considerar que muitos dos agentes não são convidados ordinariamente para as reuniões deste APL. A EPAGRI é convocada para todas as reuniões. Já a UFSC (CCA-Florianópolis) e alguns agentes de apoio locais são convidados esporadicamente para as reuniões ordinárias do APL.

Tabela 10 – Análise da maneira de tomada e participação nas decisões do APL.

Classe de agentes	Governança do APL		Agentes de apoio		Vitivinicultores		TOTAL		
	Maneira de tomada de decisão	Nº de casos	(%)	Nº de casos	%	Nº de casos	%	Nº de casos	%
A	Os agentes de apoio ou a governança impõem as decisões.	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
B	A participação ocorre somente a partir de alguns projetos trazidos por agentes de apoio ou governança.	0	0,00	0	0,00	1	3,85	1	3,85
C	A decisão é tomada pela governança ou pequeno grupo de agentes e depois repassado essa decisão aos demais.	0	0,00	5	19,25	4	15,40	9	34,65
D	A participação nas decisões e reuniões da maioria dos agentes só ocorre quando tem algo material por recompensa.	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
E	A participação da maioria dos agentes ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL.	1	3,85	6	23,10	6	23,10	13	50,05
F	A maioria dos agentes participa por iniciativa própria, independentemente de agentes de apoio, estabelecendo relações com demais agentes na busca de melhorias para o APL.	0	0,0	1	3,85	2	7,70	3	11,55
Total		1	3,85	12	46,20	13	50,05	26	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Complementarmente, foi solicitado a todos os agentes, avaliação a respeito da capacidade de articulação do APL junto aos agentes de apoio. O resultado dessa análise aponta para uma média de 7,25 de todos os grupos de agentes. A média dos vitivinicultores corresponde a 7,23, na visão do grupo de agentes o grau de articulação representa 7,14 e para a governança 10,00, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 - Análise da capacidade de articulação e sucesso de reivindicações dos agentes do APL.

Classificação dos agentes	Capacidade de articulação do APL junto aos agentes de apoio			Sucesso das reivindicações junto a agentes de apoio e outros órgãos públicos		
	Nº de casos	Não responderam	Média	Nº de casos	Não responderam	Média
Governança do APL	1	0	10,00	1	0	10,00
Agentes de apoio	22	4	7,14	-	-	-
Vitivinicultores	13	0	7,23	13	0	6,92
Total	36		7,25	14		7,14

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Em relação ao sucesso das reivindicações junto aos agentes de apoio e outros órgãos públicos, avaliados pelos vitivinicultores o resultado foi de 6,92, numa escala de 0 a 10. Na avaliação da governança, este índice foi de 10,00, resultando numa média das duas classes de 7,14. O indicativo de empoderamento dentro do APL foi avaliado sob duas óticas, a primeira delas é a maneira em que a governança do APL se estrutura e age para oportunizar a participação dos vitivinicultores e agentes de apoio em reuniões e na tomada de decisão dentro do APL. Na segunda, avalia a sua capacidade de intervenção na realidade, ou seja, a efetividade de suas necessidades e objetivos se tornarem realidade. Baseado na concepção de Baquero (2012), podemos definir que a primeira está relacionada ao empoderamento organizacional, na qual busca dar poder aos agentes para contribuir na tomada de decisão e a segunda a delegação de poder comunitário de todo o APL, que está vinculado a articulação do grupo em relação à busca das soluções e reivindicações para o bem de todos do arranjo.

Portanto, podemos considerar que para a maioria dos vitivinicultores e a uma parte dos agentes de apoio a participação ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL. Por outro lado, há uma parcela menor, mas também significativa, de agentes que acreditam que a decisão é tomada pela governança ou um pequeno grupo. Há uma tendência do APL a busca pela delegação de autoridade aos vitivinicultores. Dessa forma, Romano (2002) disserta que o empoderamento não pode ser algo feito por outra pessoa ou agente, as pessoas ou organizações se empoderem a si mesmas. Pode até haver algo externo que instigue, mas o impulso do processo de empoderamento se explica pela agilidade em que as mudanças entre pessoas e organizações ocorrem.

Entretanto, o convite à participação de reuniões formais não ocorre com frequência aos agentes de apoios, o que impossibilita a participação dos mesmos no desenvolvimento de planos de ação e na tomada de decisão conjunta. Mesmo com a baixa participação dos agentes

de apoio nas decisões, o APL apresenta uma razoável capacidade de articulação junto aos agentes de apoio (7,25) e um razoável sucesso das reivindicações juntos aos mesmos e a demais órgãos públicos (7,14).

4.2.6. Densidade

A análise da densidade da rede de agentes do APL foi ocorreu por meio da questão onde requeria de todos os agentes que assinalasse, “considerando a interação social do APL, quais os AGENTES que os mesmos possuíam contato e interação”. Esta análise está relacionada à quantidade de laços existentes em relação ao tamanho da rede de agentes existentes, identificada pela quantidade de laços possíveis de existir. Nesta questão, as prefeituras e agências de desenvolvimento regional foram consideradas isoladamente, diferentemente do que aconteceu nas avaliações de confiança e envolvimento. A partir do levantamento de dados, as questões foram lançadas na planilha de dados e depois importadas para o UCINET para gerar a análise de densidade da rede. Após análise efetuada esta análise, os dados gerados foram importados para o NETDRAW para reprodução do sociograma, conforme Figura 6.

Propositadamente, a disposição dos atores no sociograma está similar à posição geográfica dos atores no mapa do estado de Catarina. Na parte inferior à direita estão os agentes localizados na cidade de São Joaquim e Urupema. Um pouco mais à esquerda, àqueles da região de Lages e Campo Belo do Sul. Isoladamente, na parte inferior esquerda está a EMBRAPA Uva e Vinho, que se localiza no estado do Rio Grande do Sul. Na parte superior esquerda, estão dispostos os agentes situados na cidade de Joaçaba, Treze Tílias, Água Doce, Videira, Caçador, Tangará, Campos Novos e Monte Carlos. Os agentes situados em Florianópolis e a EPAGRI estão dispostos no canto superior direito deste sociograma.

4.2.7. Horizontalidade (Centralidade da rede)

Com o intuito de identificar a horizontalidade ou centralidade do APL de vinhos de altitude catarinense, foi solicitado aos agentes que apontassem os AGENTES que considerava mais PROATIVOS e importantes articuladores das ações coletivas efetivas para o desenvolvimento da atividade vinícola de altitude, podendo incluir a sua entidade nesta questão. Não houve limitação da quantidade de indicações por respondente.

Como na questão para o levantamento de agentes para avaliação da reciprocidade, as prefeituras e agências de desenvolvimento regional integrantes do APL foram consideradas separadamente. Esta análise aponta para o(s) nó(s) mais central(is) da rede, indicando quem são os agentes que exercem maior liderança e pró-atividade perante a rede. Hatala (2006) afirma que um alto valor de centralidade indica que o agente possui uma posição central na rede. Neste caso especificamente, como queremos analisar o quão está rede é horizontal, ou seja, sua baixa centralidade. Neste caso, parte-se do pressuposto que quanto menor a centralidade, maior será a horizontalidade desta. Desta forma, melhor será para a formação do capital social. Esta análise de centralidade elaborada por meio do UCINET é apresentada na Figura 7.

A partir dos dados da sociomatriz e o resultados das informações geradas, tornou-se possível a construção da sociomatriz da centralidade da rede. Este revela o ponto central da rede, baseado no número de laços direcionados a cada associado, indicando os atores mais importantes desta rede. Para facilitar a análise do sociograma de centralidade, os agentes do APL foram classificados em 06 (seis) subgrupos de acordo com a quantidade de indicações recebidas pelos agentes da rede (Indegree). Esta classificação ocorreu com múltiplos de 5 (cinco) laços Indegree, conforme legenda dos sociogramas apresentados na Figura 7 e Figura 9.

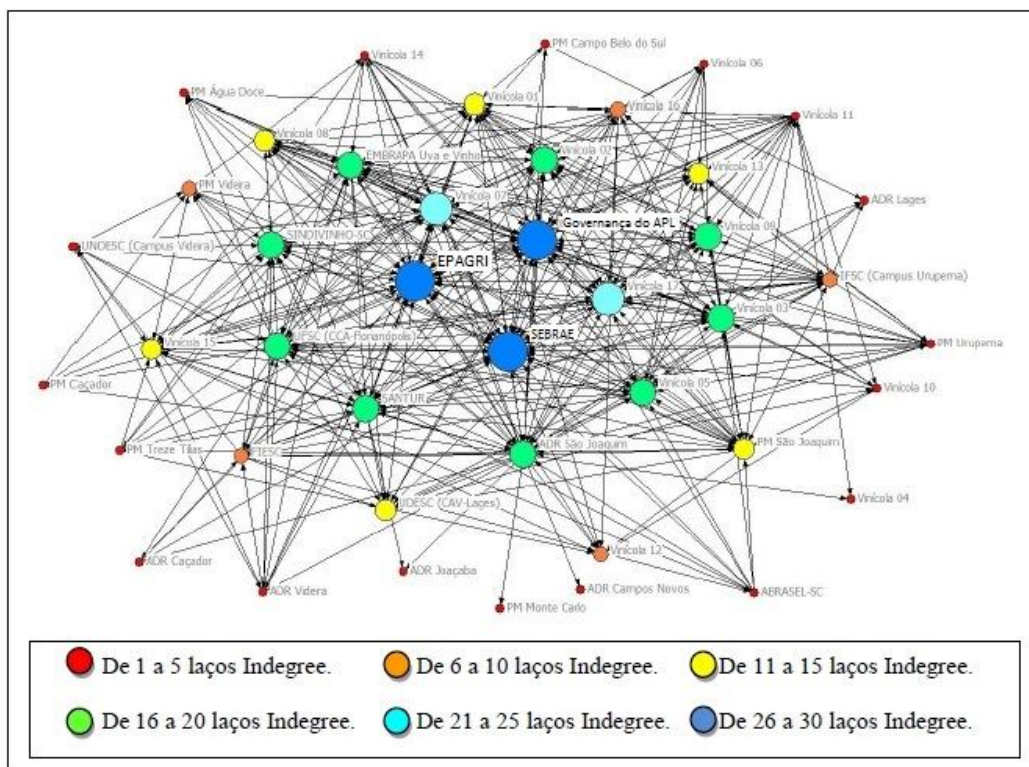


Figura 7 - Sociograma de análise da centralidade assimétrica da rede de agentes do APL.
Fonte: elaborada pelo autor por meio do software Ucinet (2002).

O resultado desta análise aponta para um índice de centralidade da rede (Indegree) de 45,125%. A média de conexões Indegree dos atores é de 10,488 (desvio padrão de 7,955) e o percentual de centralidade média de 24,972%. Aponta-se que o nó mais central desta rede pela quantidade de laços recebidos (Indegree) é a Governança do APL, SEBRAE e EPAGRI, na qual possuem 29 (vinte e nove) apontamentos cada, individualmente cada um apresenta 69,05% dos laços totais possíveis. Dos vitivinicultores, os que possuem maior percentual são as vinícolas 7 e 17, apresentando 21 e 20% das indicações de centralidade. Os dois agentes que possuem a menor quantidade de indicações foram a Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos e Prefeitura Municipal de Monte Carlo, apresentando somente uma indicação cada um deles, que representa 2,38% dos laços possíveis.

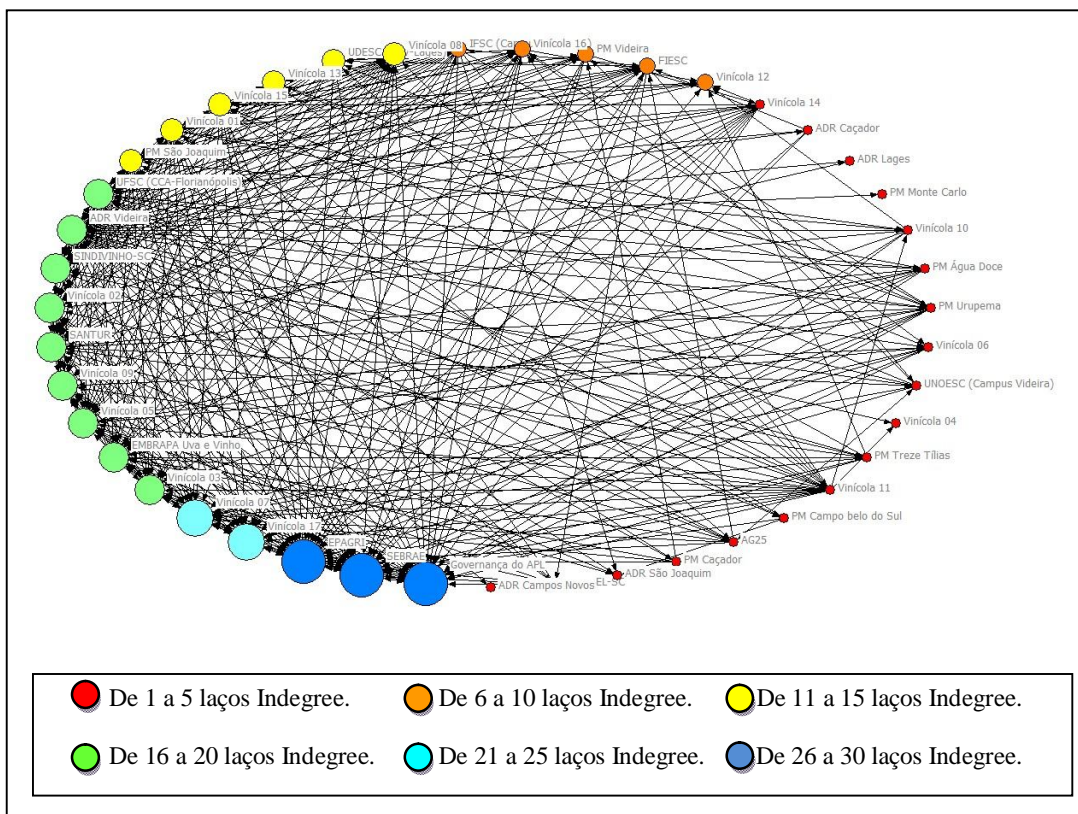


Figura 8 - Sociograma com apresentação hierárquica da centralidade assimétrica da rede de agentes do APL.

Fonte: elaborada pelo autor por meio do software Ucinet e NetDraw (2002).

Albagli; Maciel (2002) enaltece a importância das lideranças para dinamizar as relações entre Estado e sociedade ao nível local e não deve ser fruto de iniciativas isoladas e sim por um contexto social mais amplo. Corroborando neste pensamento, Putnam (1996) afirma que “as redes de cooperação e de confiança, as fontes principais do engajamento cívico, encontram solo mais fértil sob condições horizontais do que sob a égide de hierarquias impostas e do dirigismo político”. Dessa forma, consideramos que esta rede apresenta uma média taxa de horizontalidade, permitindo que vários agentes estejam no processo de decisão, casos da EPAGRI e SEBRAE. Percebe-se que existem três agentes como nós centrais da rede e dois agentes adjacentes a esta centralidade. Os agentes com baixa atuação nesta rede (23), mensurado pela quantidade indicações (de 1 a 10 laços) contribui para uma centralidade mais acentuada.

4.2.8. Reciprocidade (Obrigações e expectativas)

Com o intuito de analisar a reciprocidade da rede de agentes deste APL, criou-se uma questão na qual pedia aos agentes para assinalar quais deles consideravam muito próximos, ou seja, possuía afinidade para trocar informações e estabelecer relações além das reuniões formais da entidade. Dessa forma, o nível de reciprocidade é medido pela simetria entre os agentes, possibilitando a identificação da coesão da rede. As indicações também geraram a sociomatrix que indicava os laços simétricos, ou seja, aqueles lados em que há troca mútua de indicação. Wasserman; Faust, (1994) apontam que um laço é considerado simétrico quando “i” escolhe “j”, e “j” também escolhe “i”. Dessa forma, a definição de reciprocidade passa por um conceito de Díade Mútuas, na qual ambos os agentes possuem ligações. Este laço pode ser considerado mais consistente e propício para difusão de conhecimento mais intenso. Por outro lado, o laço que não apresenta simetria pode indicar uma instabilidade na relação (WASSERMAN; FAUST, 1994).

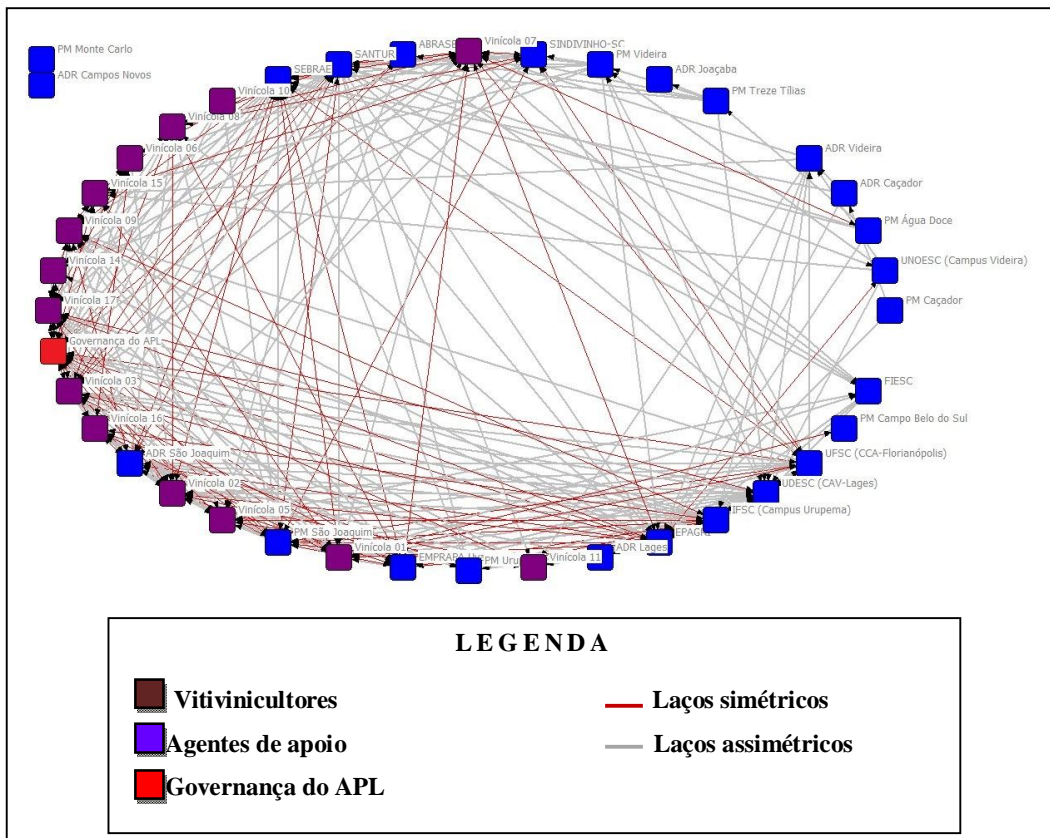


Figura 9 - Sociograma de análise de reciprocidade da rede de agentes do APL.
Fonte: elaborada pelo autor por meio do software Ucinet e NetDraw (2002).

O resultado desta análise aponta para uma média de reciprocidade da rede de 0,3689. Os agentes que possuem maior proporção de laços simétricos são Governança do APL (0,708); vinícola 06 (0,625); vinícola 08 (0,615) e Embrapa Uva e Vinho (0,600). Os agentes que não possuem nenhum laço simétrico são FIESC, Prefeituras de Treze Tílias, Videira Caçador, Agências de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Caçador e Videira e a Vinícola 10. Considerando que este valor é mensurado de uma escala de 0 a 1, a reciprocidade é considerada baixa.

Finalizando a seção que discute o capital social dos agentes do APL de vinhos de altitude, apresentam-se os principais levantamentos realizados pelo trabalho. A média geral da análise de confiança destes agentes indica um valor de 7,54 e a mesma análise realizada somente pelos vitivinicultores avaliando a confiança geral entre estes e os agentes de apoio indicam para uma média de 7,21.

Os apontamentos para o grau de engajamento e comprometimento indicam um valor de média de 6,98 da avaliação realizada por todos os agentes. A autoavaliação dos agentes de apoio uma média de 7,41. A contribuição dos vitivinicultores com recursos financeiros foi de 7,07 e com dedicação de tempo foi de 6,46.

Em relação à troca de informações a capacidade do APL em disseminar informações entre os vitivinicultores é de 6,62 e a capacidade destes em receber informações dos agentes de apoio é de 6,54. A média de avaliação do recebimento de informações sobre a condução do APL é de 5,81 e a qualidade das informações disseminadas na rede de agentes do APL é de 7,15. A organização e gestão do APL em relação às normas e diretrizes foram avaliadas em 6,85 e a cobrança e exigências para atendimento destas é de 6,35. Já em relação a probabilidade de cobrança em relação a não participação de um vitivinicultor nas atividades do APL é de 6,21 e a probabilidade de cobrança dos agentes econômicos é de 7,20.

A densidade da rede foi avaliada em 0,3950, a centralidade em 45,125% e a reciprocidade em 0,3689. Já em relação a autoridade e capacitação, a maioria dos agentes definem que a participação na tomada de ocorre de forma conjunta na análise desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL. Aponta também que a capacidade de articulação junto aos agentes de apoio apresenta média de 7,25 e o sucesso das reivindicações de 7,14. A partir desses dados, são apresentadas as discussões acerca das ações conjuntas do APL de vinhos de altitude catarinense.

4.3. Análise das Ações Conjuntas do APL de Vinhos de Altitude

A primeira questão acerca das ações conjuntas está relacionado ao envolvimento dos agentes de apoio e vitivinicultores nas práticas cooperativas realizadas nos últimos 5 (cinco) anos pelo APL de vinhos de altitude. A partir do referencial teórico e análise bibliométrica, as ações conjuntas foram subdivididas em 10 (dez) grupos de ações, conforme apresentado na Figura 2. Todos os agentes avaliaram o seu grau de envolvimento numa escala de 1 a 10 em cada um delas. Caso o agente não tenha participado de determinado grupo de ações, o campo destinado a cada uma das ações ficaria em branco. Neste sentido, é possível quantificar os agentes envolvidos em cada uma delas.

Tabela 12 - Análise do grau de envolvimento dos agentes nas ações conjuntas do APL.

Ação conjunta	Agentes de apoio			Vitivinicultores			Total		
	Nº de casos	(%)	Média	Nº de casos	(%)	Média	Nº de casos	(%)	Média
Compra de insumos e equipamentos	4	15,4	7,50	9	69,23	7,33	13	33,33	7,38
Venda conjunta de produtos	2	7,7	3,00	1	7,69	8,00	3	7,69	4,67
Campanha de marketing	10	38,5	7,50	9	69,23	7,44	19	48,72	7,47
Desenvolvimento de produtos e processos	9	34,6	8,44	5	38,46	5,60	14	35,90	7,43
Design e estilo de produtos	2	7,7	7,50	2	15,38	5,00	4	10,26	6,25
Captação de recursos humanos	4	15,4	6,75	1	7,69	5,00	5	12,82	6,40
Capacitação de recursos humanos	9	34,6	7,56	6	46,15	6,00	15	38,46	6,93
Obtenção de financiamento	5	19,2	6,40	2	15,38	5,50	7	17,95	6,14
Reivindicações	12	46,2	7,50	11	84,62	7,36	23	58,97	7,43
Participação conjunta de feiras e eventos	12	46,2	8,17	12	92,31	7,75	24	61,54	7,96
Organização de eventos	16	61,5	8,25	12	92,31	7,33	28	71,79	7,86
Enogastroturismo	12	46,2	8,00	8	64,54	7,75	20	51,28	7,90
Média	8	31,1	7,21	6	50,25	6,67	14	37,39	6,98

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Os resultados para a questão de envolvimento foram estratificados por classes de agentes com o intuito de identificar também a quantidade de participantes em cada uma das ações cooperativas ou conjuntas realizadas neste APL nos últimos 05 (cinco) anos. Àquelas ações que apresentaram as melhores médias de envolvimento dos agentes de apoio foram desenvolvimento de produtos e processos, organização de eventos e participação de feiras e eventos, com médias de 8,44; 8,25 e 8,17, respectivamente. Já em relação à média de envolvimento dos vitivinicultores, as ações que apresentaram as maiores médias foram venda conjunta de produtos, participação conjunta em feiras e eventos, enogastroturismo e campanha de marketing, respectivamente apresentando valores de 8,00; 7,75; 7,75 e 7,44. Porém, somente um dos agentes desta classe participou da ação com a maior média apresentada.

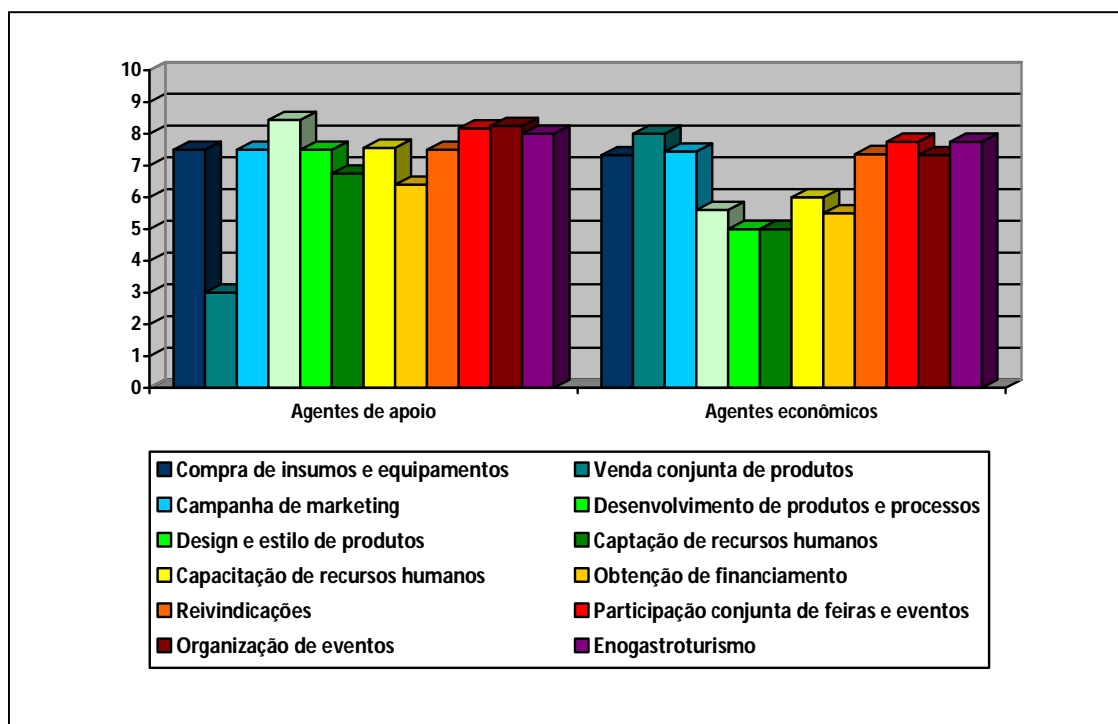


Gráfico 8 - Análise do grau de envolvimento dos agentes nas ações conjuntas do APL.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Analisando médias obtidas, as ações que apresentaram os menores valores entre os agentes de apoio foram a venda conjunta de produtos, obtenção de financiamento e captação

de recursos humanos com índices de 3,00; 6,40 e 6,75, respectivamente. Entre os vitivinicultores, as ações que apresentaram os valores mais baixos foram design e estilo de produtos, captação de recursos humanos e obtenção de financiamento, com índices de 5,00; 5,00 e 5,50, respectivamente.

Considerando todos os agentes deste APL, os maiores índices foram apresentados na participação conjunta de feiras e eventos (7,96), enogastroturismo (7,90) e campanha de marketing (7,47). Por outro lado, os menores índices de envolvimento foram identificados na venda conjunta de produtos (4,67), obtenção de financiamento (6,14) e design e estilo de produtos (6,25).

Por meio desta questão, foi possível também fazer análise da quantidade de agentes participantes das ações conjuntas promovidas pelo APL de vinhos de altitude. Os dados apontam para uma média de participação dos agentes de apoio de 31,10% nas ações conjuntas do APL, sendo que desta classe, a ação com maior percentual de percentual foi à organização de eventos, com participação de 61,50% destes agentes, seguido da participação em feiras e eventos, reivindicações e enogastroturismo, com 46,20% em cada uma. Os menores percentuais de participação ocorreram na venda conjunta de produtos (7,7%), design e estilo de produtos (7,7%) e compra de insumos e equipamentos (15,4%).

A média de participação dos vitivinicultores é maior que a média apresentada pelos agentes de apoio, apresentando 50,25%. Neste grupo de agentes, o maior percentual de participação ocorreu na participação conjunta em feiras e eventos (92,31%), organização de eventos (92,31%) e reivindicações (84,62%). Por outro lado, os menores percentuais de participação ocorreram na captação de recursos humanos (7,69%), venda conjunta de produtos (7,69%), design e estilo de produtos (15,38%), obtenção de financiamento (15,38%) e obtenção de financiamento (15,38%).

Considerando a avaliação geral dos agentes deste APL, a média apresentada de participação no total das ações conjuntas realizadas nos últimos 5 (cinco) anos é de 37,39%. Individualmente, as ações com maior percentual de participação geral foi organização de eventos (71,79%), participação conjunta em feiras e eventos (61,54%) e reivindicações (58,97%). Entretanto, as ações com menor percentual foram venda conjunta de produtos (7,69%), design e estilo de produtos (10,26%) e captação de recursos humanos (12,82%).

Complementarmente, solicitou-se às duas classes de agentes, agentes de apoio e vitivinicultores, a avaliação de cada uma das ações, considerando uma escala de 01 a 10, sendo 01 para ação com baixa efetividade e 10 para alta efetividade. Os resultados apontam

para uma média de 6,88. Os vitivinicultores avaliam as ações conjuntas em 6,44 e a média geral dos agentes de apoio aponta para uma avaliação com índice de 7,10, conforme aponta a Tabela 13.

Tabela 13 - Análise da efetividade das ações conjuntas desenvolvidas no APL.

Ação conjunta	Agentes de apoio			Vitivinicultores			Total		
	Nº de casos	(%)	Média	Nº de casos	(%)	Média	Nº de casos	(%)	Média
Compra de insumos e equipamentos	4	15,38	7,00	9	69,23	7,56	13	33,33	7,38
Venda conjunta de produtos	2	7,69	4,50	1	7,69	1,00	3	7,69	3,33
Campanha de marketing	10	38,46	8,30	9	69,23	6,67	19	48,72	7,53
Desenvolvimento de produtos e processos	9	34,62	7,78	5	38,46	7,80	14	35,90	7,79
Design e estilo de produtos	3	11,54	4,67	2	15,38	9,00	5	12,82	6,40
Captação de recursos humanos	4	15,38	6,75	1	7,69	6,00	5	12,82	6,60
Capacitação de recursos humanos	9	34,62	8,00	6	46,15	7,83	15	38,46	7,93
Obtenção de financiamento	4	15,38	6,25	2	15,38	1,50	6	15,38	4,67
Reivindicações	11	42,31	7,73	10	76,92	5,90	21	53,85	6,86
Participação conjunta de feiras e eventos	13	50,00	8,08	12	92,31	7,75	25	64,10	7,92
Organização de eventos	16	61,54	8,13	11	84,62	8,55	27	69,23	8,30
Enogastroturismo	10	38,46	8,00	7	53,85	7,71	17	43,59	7,88
Média	8	30,45	7,10	6	48,08	6,44	14	36,32	6,88

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A avaliação das ações conjuntas realizada pelos agentes de apoio aponta para os maiores percentuais quanto a efetividade e importância nas ações conjuntas campanha de marketing (9,30), organização de feiras e eventos (8,13) e participação conjunta em feiras e

eventos (8,08). Entretanto, os menores índices apontam para venda conjunta de produtos (4,50), design e estilo de produtos (4,67) e obtenção de financiamento (6,25).

Para os vitivinicultores, as ações com maior índice de avaliação foram design e estilo de produtos (9,00), organização de eventos (8,55) e capacitação de recursos humanos. Já, as ações com menores percentuais de avaliação foram vendas conjunta de produtos (1,00), obtenção de financiamento (1,50) e captação de recursos humanos (6,00). Numa avaliação geral dos agentes, as maiores médias foram para a organização de eventos (8,30), capacitação de recursos humanos (7,93) e participação conjunta em feiras e eventos (7,92). As ações conjuntas que apresentaram os menores valores de média foram venda conjunta de produtos (3,33), obtenção de financiamento (4,67) e design e estilo de produtos (6,40).

Paralelamente a avaliação por parte dos vitivinicultores e agentes de apoio, indagou-se a governança do APL que avaliasse o envolvimento dos agentes de apoio e a capacidade desses em contribuir com as ações conjuntas desenvolvidas no APL de vinhos de altitude catarinense, considerando uma escala de 1 a 10, onde 01 corresponde a uma baixa participação e 10 para alta participação.

A avaliação para todos os agentes de apoio foi de um alto envolvimento, atribuindo dessa forma, a avaliação mais alta a grande maioria dos agentes. Porém, as prefeituras de Água Doce, Monet Carlo, Campo Belo do Sul, Traze Tílias, Urupema e Videira, bem como, as Agências de Desenvolvimento Regional de Caçador, Joaçaba e Videira não foram avaliadas pela governança do APL, justificando-se de que as vinícolas localizadas próximas a estes municípios apresentam maior proximidade para desenvolvimento de atividades específicas, na qual podem ter um relacionamento mais próximo. Por outro lado, este agente avaliador apresenta distanciamento em relação aos agentes públicos de regiões mais distantes à São Joaquim.

No intuito de avaliar os resultados e ganhos competitivos gerados pelas ações conjuntas, foi solicitado aos vitivinicultores sinalizar de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto resultado em cada uma das 10 opções que refletia em retorno para cada uma das empresas. O resultado da média desta avaliação é apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 - Avaliação dos resultados e ganhos competitivos gerados aos vitivinicultores pelas ações conjuntas realizadas no APL.

Resultados e ganhos competitivos	N	N (%)	Média	Desvio Padrão
Melhoria na qualidade dos produtos	11	84,62	6,64	2,420
Desenvolvimento de novos produtos	9	69,23	6,56	3,206
Melhoria nos processos produtivos	10	76,92	6,30	2,627
Melhoria na infraestrutura da empresa	10	76,92	5,20	2,974
Melhor capacitação de recursos humanos	9	69,23	5,33	2,179
Melhoria nas condições de comercialização	10	76,92	5,50	2,635
Novas oportunidades de negócios	12	92,31	6,00	2,663
Promoção do nome da empresa no mercado nacional	12	92,31	6,00	2,629
Maior inserção da empresa no mercado externo	2	15,38	5,00	0,000
Aumento da rentabilidade da empresa	9	69,23	5,44	2,698
Média Geral	9,4	72,31	5,80	

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A média geral apresentada de ganhos e resultados obtidos com as ações coletivas nos últimos 05 (cinco) anos foi de 5,80. Dentre os respondentes, uma média de 9,4, correspondente a 72,31% destes vitivinicultores declararam obter resultados com estas ações. Os resultados e ganhos obtidos que apresentaram um maior percentual de retorno foram novas oportunidades de negócios e promoção do nome da empresa no mercado nacional, pois 12 (doze) destes vitivinicultores os citaram, totalizando 92,31% do total de respondentes, como podemos perceber na Tabela 14.

Entretanto, as ações coletivas não têm contribuído muito pouco para a inserção no mercado externo, pois somente dois vitivinicultores citaram que as ações coletivas trouxeram ganhos neste quesito. Isto pode também estar ligado a prioridade de vendas e de foco de mercado dos agentes que atuam neste APL.

Analisando os índices de avaliação geral de cada um dos aspectos de resultados e ganhos competitivos gerados com as ações coletivas, podemos observar que a que gerou melhores retornos foi a melhoria da qualidade dos produtos (média de 6,64), o desenvolvimento de novos produtos (média de 6,56) e melhoria nos processos produtivos

(média de 6,30). Porém, os menores retornos foram sentidos na maior inserção da empresa no mercado externo (média de 5,00), melhoria na infraestrutura da empresa (média de 5,20) e melhor capacitação de recursos humanos (média de 5,33).

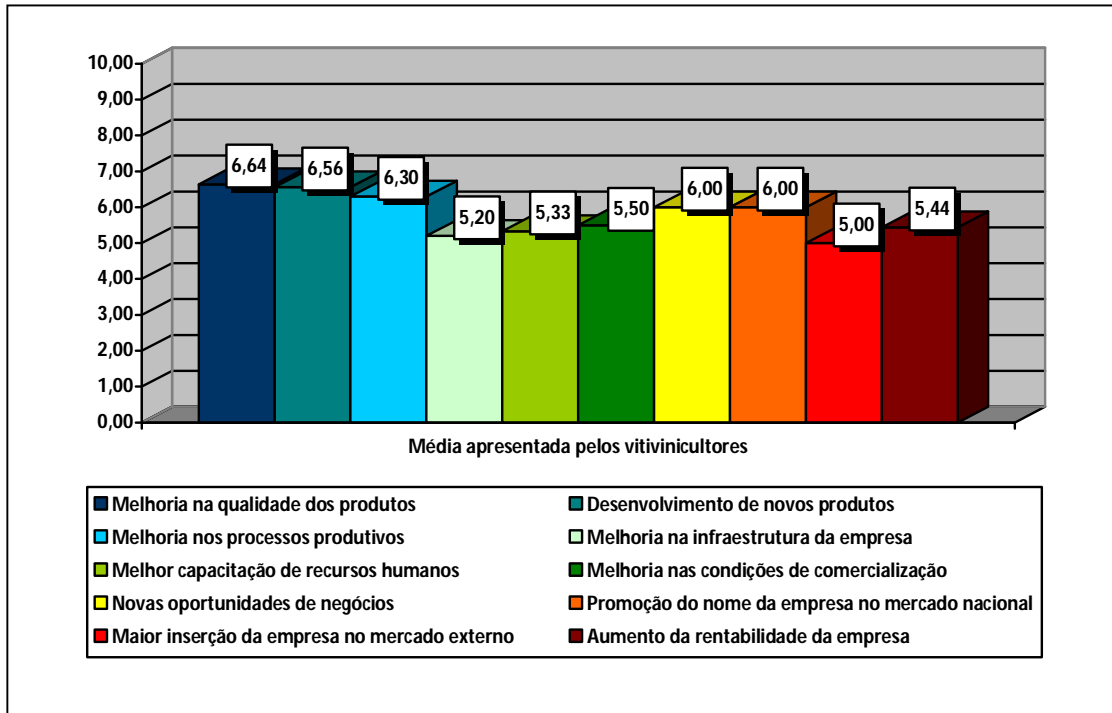


Gráfico 9 - Avaliação geral dos resultados e ganhos competitivos gerados com as ações conjuntas realizadas nos últimos 5 (cinco) anos.
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As duas últimas questões de análise das ações conjuntas foram realizadas somente aos vitivinicultores e agentes de apoio. Os resultados são apontados na Tabela 15. A primeira delas verifica se as ações conjuntas deste APL refletem o interesse comum de todas as empresas/entidades (agentes) deste arranjo, considerando uma escala de 01 a 10, na qual 01 corresponde a um baixo atendimento e 10 para alto atendimento. O índice geral desta questão resultou numa média de 7,18 na avaliação de 33 agentes, sendo 7,55 na avaliação dos agentes de apoio e 6,62 para os vitivinicultores.

Tabela 15 - Análise do reflexo do interesse comum e transformação das demandas dos agentes em ações conjuntas realizadas no APL.

Classificação dos agentes	As ações conjuntas refletem o interesse comum de todos os agentes do APL			Demandas sugeridas refletem em ações conjuntas		
	Nº de casos (%)	Não responderam	Média	Nº de casos (%)	Não responderam	Média
Agentes de apoio	20 (76,92)	6	7,55	17 (63,58)	9	7,35
Vitivinicultores	13 (100,0)	0	6,62	13 (100,0)	0	6,92
Total	33 (84,62)	6	7,18	30 (76,92)	9	7,03

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

A última análise em relação às ações conjuntas deste APL avaliou se as demandas sugeridas pela empresa/entidade relacionando com as ações conjuntas desenvolvidas refletem atendimento, considerando uma escala de 01 a 10, na qual 01 corresponde a um baixo atendimento e 10 para alto atendimento. A média geral desta questão resultou num índice de 7,03 na avaliação de 30 agentes, sendo 7,35 na média dos agentes de apoio e 6,92 para os vitivinicultores.

4.4. Relação entre Capital Social e Ações Conjuntas

Com intuito de satisfazer o objetivo geral deste trabalho, na qual analisa a relação entre o capital social e ações conjuntas do APL de vinhos de altitude catarinense, esta seção apresenta as principais discussões desse escopo. Esta análise inicia-se a partir dos resultados obtidos das variáveis construídas neste trabalho e que compõe o binômio estudado, conforme Figura 2. Dessa forma, a síntese dos principais apontamentos é apresentada na FFigura 10. Buscando facilitar a compreensão destes números, a avaliação foi escalonada em quatro níveis: BAIXO (0,00 a 2,50), FRACO (2,51 a 5,00), BOM (5,01 a 7,50) e ÓTIMO (7,51 a 10,0).

A confiança é um dos elementos mais evidentes na literatura quando este está relacionado ao capital social, inclusive alguns autores o tratam como sendo o próprio capital social, ou como sendo o seu principal elemento. Dessa forma, este passa a ser uma variável importante na análise quando o atrelamos a ações conjuntas. No caso estudado, esta foi a

variável do capital social que apresentou a maior média geral, correspondente a 7,54. Apesar deste estudo não trazer análises estatísticas mais aprofundadas acerca da relação entre o grau de confiança e ações conjuntas, há uma clara evidência de que os agentes ou grupo de agentes que apresentaram as maiores médias do grau de confiança, tais como SEBRAE (8,72), EPAGRI (8,63), UFSC (8,13) Embrapa Uva e Vinho (7,65), também são aqueles que efetivamente têm contribuindo proporcionalmente em ações conjuntas.

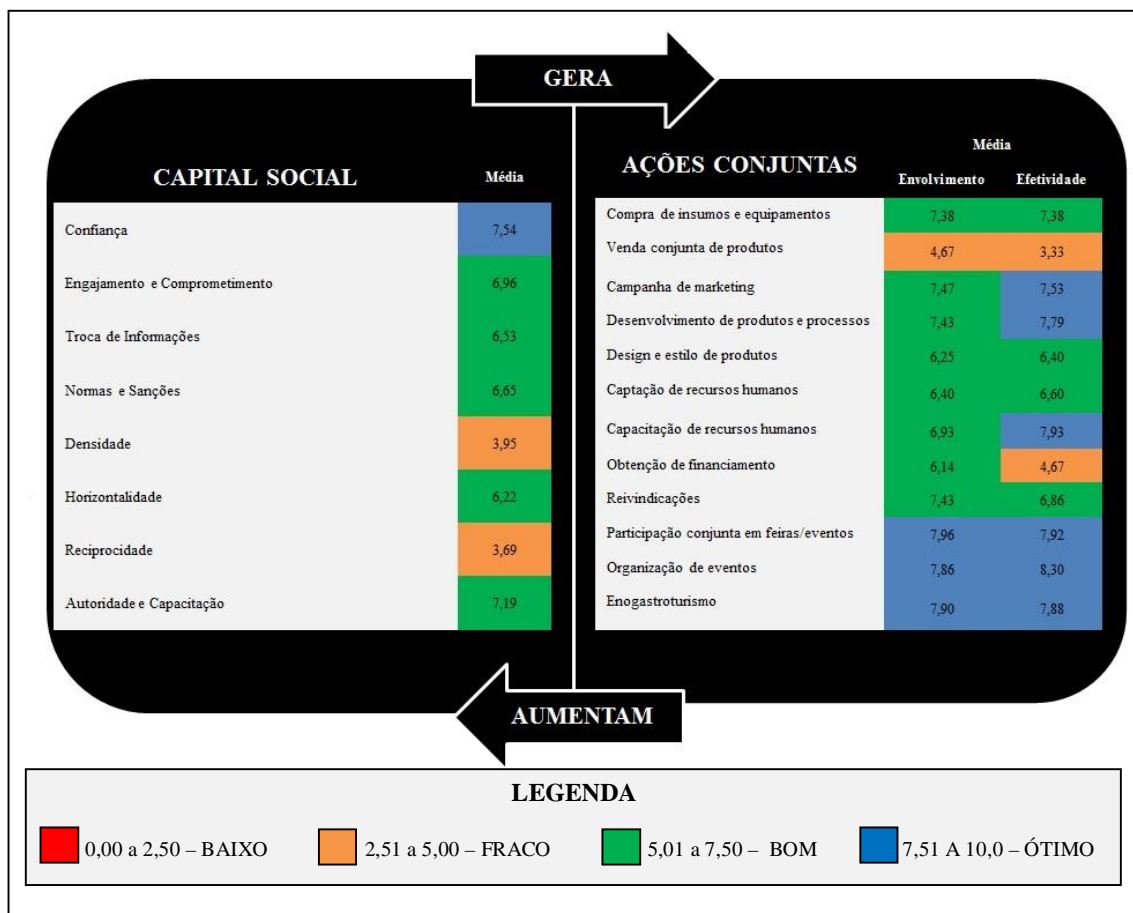


Figura 10 - Resultado da análise entre capital social e ações conjuntas a partir da Figura 2.
Fonte: elaborada pelo autor (2016).

Na avaliação do de envolvimento e engajamento dos agentes do APL, a média geral apresentada foi de (6,97), resultando numa variável com bom nível de contribuição para o capital social. Como na variável de confiança, há de ressaltar de que o grau de envolvimento e engajamento de alguns agentes, como SEBRAE (8,71), Embrapa Uva e Vinho (8,20),

EPAGRI (8,14), a governança do APL (8,08), UFSC (8,00), SANTUR (7,64) e os vitivinicultores (7,64), se sobressaem em relação aos demais.

Portanto, o ótimo índice de confiança e engajamento e envolvimento dos agentes do APL de vinhos de altitude têm contribuído para o aumento da participação e da efetividade das ações conjuntas. Os agentes que apresentam os maiores índices, tanto confiança como envolvimento e engajamento, são aqueles que apresentam maior participação em ações conjuntas, variando entre 6 a 8 ações conjuntas cada. Evidentemente, o envolvimento e participação dos agentes de apoio ocorrem de acordo com a finalidade e o propósito de cada um destes. Nesse aspecto, o envolvimento das instituições de pesquisa e educação, tem apresentado relevância nas ações conjuntas de desenvolvimento de produtos e processos e na capacitação de recursos humanos, por estarem ligados diretamente ao cultivo, manejo da uva, desenvolvimento de novas variedades, produção e elaboração do vinho e aperfeiçoamento. Os projetos de pesquisa e convênios pactuados, trazendo confiança e obrigações mútuas entre entidades e vitivinicultores, têm propiciado ações conjuntas para melhoria da atividade na região pesquisada. O SEBRAE tem sido apontado também como um ótimo parceiro pelas vinícolas nas questões administrativas, em eventos e projetos específicos para a promoção da vitivinicultura, como por exemplo, a obtenção da Marca Coletiva à ACAVITIS, em conjunto com EPAGRI e EMBRAPA. Entretanto, a participação dos vitivinicultores nestas ações foi razoável. As ações que envolvem a compra de insumos e equipamentos, por outro lado, houve uma participação e envolvimento maior dos vitivinicultores, alguns agentes contribuíram com esta atividade como Prefeitura Municipal de Videira, SEBRAE, UFSC e IFSC, na qual tem pouco tempo de atividade, mas que está instalando laboratórios experimentais de enologia na cidade de Urupema e é uma das poucas instituições do país que oferece o Curso Superior em Viticultura e Enologia.

Contudo, outras ações abrangem uma parcela significativa de agentes de apoio. Além das instituições citadas acima, como EPAGRI, UFSC, SEBRAE, EMBRAPA Uva e Vinho, outras entidades têm se envolvido e contribuído para efetividade de algumas delas. A organização de eventos foi considerada a principal ação e que abrange o maior número de agentes envolvidos, somando quase dois terços do total. Deste total, 16 (dezesesseis) são agentes de apoio, incluindo EPAGRI, ABRASEL, SANTUR, SEBRAE, EMBRAPA Uva e Vinho, UFSC UNOESC, SINDIVINHO, uma boa parte das Prefeituras e algumas Agências de Desenvolvimento Regional e, 11 (onze) vitivinicultores tiveram participação e envolvimento efetivo. Esta também foi a atividade também com a maior média de efetividade,

similarmente ao que aconteceu com a ação conjunta participação em feiras e eventos. Ações que envolvem reivindicações, campanha de marketing e a atividade de enogastroturismo também completam a lista de atividades que envolvem a grande maioria dos agentes citados na atividade de organização de eventos e que têm apresentado bom envolvimento e efetividade. Aliás, ações nesse sentido têm sido um dos principais focos desta atividade, na qual procura transformar estas regiões produtoras um espaço de promoção do lazer, da gastronomia e do turismo, portanto havendo uma necessidade de envolvimento de diversos agentes para fomento de ações, bem como o envolvimento e desenvolvimento de outras atividades, como bares, restaurantes, hotéis e pousadas, além dos altos investimentos em infraestrutura das vinícolas, urbano e logístico nestas cidades. Um dos exemplos típicos do fortalecimento destas ações é a realização das Vindimas de Altitude, realizada no mês de março, período de colheita das uvas. Este evento encontra-se na terceira edição e neste ano aconteceu durante vinte e quatro dias, na qual as vinícolas ofereceram passeio enogastronômico com visitas guiadas, almoços e jantares harmonizados, eventos ao pôr do sol e atividades culturais nas cidades onde estas estão instaladas.

Apesar de apresentar médias de confiança e engajamento abaixo do apresentado dos citados anteriormente, a participação e contribuição para a efetividade das ações conjuntas dos demais agentes têm sido proporcional a estas avaliações. Àqueles que apresentam médias baixas de confiança e engajamento e envolvimento, ou então, que não tem proximidade com o grupo de agentes, são aqueles também que apresentam menor participação e baixa contribuição para a efetividade de ações conjuntas do APL. Esta constatação vem de encontro com Putnam (1996), na qual relata que as experiências de mobilização e atuação coletiva acumulam um capital social derivado dos laços de confiança mútua entre os cidadãos, que intensifica o engajamento cívico coletivo.

O tempo de atividade vinícola dos vitivinicultores e a participação dos agentes do APL, também são bons indicativos do fortalecimento do capital social. Do total de vitivinicultores, mais de 60% possui tempo de atividade entre 9 a 16 anos e quase 50% destes tem uma participação no APL desde a fundação da ACAVITIS, e 38,5% participam de 5 a 8 anos, resultando numa média de mais de 7 anos. Em relação ao total de agentes de apoio, 80,76% declararam participar do APL e a média de participação deste grupo é maior que de mais de 7 anos, igualmente ao tempo médio dos vitivinicultores. Além disso, mas da metade, aproximadamente 60% participam de 9 a 10 anos. Isso denota iniciativa de participação, engajamento e mobilização deste grupo na busca de melhoria desta atividade na região. Desta

forma, se destaca como uma das principais atividades na maioria dos municípios onde esta está presente, considerando também que na cidade sede da entidade (ACAVITIS), São Joaquim, ainda não possui uma associação empresarial que represente e defenda os interesses dos empresários da cidade.

Em relação à participação dos agentes em reuniões formais do APL, dentre os agentes de apoio, 53,33% dos convocados (15) declaram ter participado de mais de 50% das reuniões. Já dos vitivinicultores respondentes (13), esse percentual é de 46,15%. Nazzari, *et al* (2006), ao ressaltar a dificuldade em encontrar na literatura um consenso para o capital social, considera que uma das características principais é a predisposição em participar de atividade cooperativa e associativas, e este elemento é considerado importante para o desenvolvimento do cooperativismo.

Portanto, a análise das duas variáveis do capital social, bem como o tempo de atividade e participação no APL, aponta para um bom nível de confiança e engajamento e comprometimento entre os agentes que apresentam um bom nível de engajamento e efetividade na grande maioria das ações conjuntas organizadas pelo grupo de agentes do APL. Porém esta média se eleva em razão dos valores de alguns agentes, o que tem possibilitado ações conjuntas relativamente significativas ao grupo de agentes da rede. Esta análise vai de encontro ao que ressalta a ideia de que a confiança e engajamento, frutos do capital social pode ser considerado uma das vantagens competitivas das estruturas localizadas e da associação de empresas, uma vez que estimula a adoção de estratégias coletivas e inibe comportamentos oportunistas dos agentes envolvidos, azeitando más condutas (GRANOVETTER, 1985; 2000; COLEMAN, 1988; 1990; PUTNAM, 1993; 1996; 2002; 2005). Neste vértice, a análise realizada baliza-se na afirmação de que o capital social é uma construção coletiva, fruto da confiança, reciprocidade, normas e sistemas, de agentes de um território, a qual contribui para a eficiência coletiva, transformando em ações conjuntas (GRANOVETTER, 1985; COLEMAN, 1988; 1990; PUTNAM, 1993; 1996; 2002; 2005; ABRAMOVAY, 2000; AMATO NETO, 2000; CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; ALBAGLI; MACIEL, 2002; COSTA; COSTA, 2005; AMATO NETO; FUCI AMATO, 2009; TEIXEIRA, 2010; MARINI, *et al*, 2012).

A troca de informações é também um elemento muito importante para o fortalecimento do capital social da rede de agentes de um APL. A média geral dessa variável apresentou-se boa numa escala de 1 a 10, resultando em 6,53. A análise da capacidade do APL em disseminar informações entre os vitivinicultores foi 6,62, enquanto que a avaliação

da capacidade dos vitivinicultores em receber informações dos agentes de apoio foi de 6,54. Já a avaliação dos agentes de apoio em relação ao recebimento de informações sobre a condução do APL foi de 5,81. Além disso, a qualidade e utilidade das informações disseminadas no APL foram avaliadas em 7,32. Ao avaliar a periodicidade de troca de informações entre os agentes, há algum tipo de contato entre 62,31% das relações possíveis dentro do APL. Os agentes que possuem uma interação maior com a rede (SEBRAE, EPAGRI, Governança e UFSC) são aqueles que apresentam maior participação em ações conjuntas deste APL.

A governança do APL é evidenciada neste trabalho como uma grande articuladora entre os agentes de apoio. O contato semanal ocorre com aproximadamente dois terços destes (57,15%), portanto possui uma interação muito grande com o grupo de agentes de apoio e vitivinicultores, servindo de intermediação entre os dois grupos. Conseqüentemente, um bom nível de troca de informações reflete no envolvimento e efetividade dos agentes nas atividades conjuntas, haja vista que existe um núcleo de agentes que possuem uma interatividade muito grande. Gnyawali e Madhavan (2001) dissertam que vínculos internos intensos facilitam o fluxo de informações, ou seja, reduzem a necessidade de cada pessoa individualmente, acessar uma fonte primária de dados, podendo basear-se na transmissão de informações que ocorre dentro do grupo, uma vez que estas são de caráter refinado e confiável.

Em relação a normas e sanções do APL de vinhos de altitude, a média final apresentada foi de 6,65. Logo, esta variável do capital social também apresenta um bom resultado. Evidenciando nos resultados mais detalhados de que há uma cobrança maior dos agentes de apoio do que os vitivinicultores. Coleman (1988) afirma “que normas e sanções constituem capital social onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos.” Costa e Costa (2005), destacam que quando os agentes compartilham normas reduzem a incerteza, pois permitem aos atores prever o comportamento mútuo. Balestrim e Verschoore (2008) enfatizam que o empreendimento de ações colaborativas complexas entre empresas se torna possível através do capital social, uma vez que a formação de uma rede de cooperação será influenciada pelo grau com que as pessoas de uma comunidade empresarial compartilham normas e valores e são capazes de subordinar os interesses individuais aos coletivos.

A densidade (0,3950) e reciprocidade (0,3689) indicam que a rede apresenta aproximadamente um terço das possibilidades de interação para esta rede de agentes. O resultado dessas duas variáveis é avaliado como baixo, considerando que os valores destas

análises variam de 0 a 1. Porém, há uma interação maior de um pequeno grupo de agentes de apoio e vitivinicultores, principalmente aqueles localizados na região onde se situa a sede da governança do APL. Neste vértice, é possível considerar que a disposição geográfica dessa rede interfere nestas relações. A região de São Joaquim (onde se situa a sede da governança deste APL), possui 22 (vinte dois agentes) e 13 (treze) vitivinicultores, sendo que somente dois estão fora da cidade mencionada. Há uma distância bastante considerada entre esta região e o outro núcleo, compreendido pelas cidades de Videira, Treze Tílias, Monte Carlo, Caçador e Água Doce. Este segundo, na qual possui cidade central Videira, em razão da Estação Experimental da EPAGRI, está à uma distância de 269 quilômetros da cidade sede do APL. Neste segundo núcleo é composto por 16 (dezesesseis) agentes de apoio e somente 4 (quatro) vitivinicultores. Portanto, um núcleo um pouco disperso localmente considerando o raio de distância entre ela e a cidade de Videira.

Percebe-se, dessa forma, que alguns agentes de apoio como Agências de Desenvolvimento Regional e algumas Prefeituras Municipais apresentam pouca ou não possuem qualquer interação com o APL, como Prefeitura de Monte Carlo, Prefeitura de Caçador, Prefeitura de Urupema, Agências de Desenvolvimento Regional de Caçador, Campos Novos, Joaçaba e Lages. Agentes como ABRASEL e FIESC possuem uma relativa participação em razão da sua finalidade e atribuição junto a este Arranjo Produtivo Local, na qual possuem um papel de articuladores e não de executores propriamente dito. Apesar disso, a reciprocidade e densidade tem possibilitado a organização de algumas ações conjuntas nesse arranjo por possuir um núcleo forte e articulado, haja vista os resultados apresentados nas demais variáveis já apresentadas.

A grande maioria das vinícolas e os agentes SEBRAE, SANTUR, Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Prefeitura Municipal de São Joaquim, Embrapa Uva e Vinho, EPAGRI, UFSC, UDESC e IFSC (apesar de ser recente) são os agentes que possuem maior reciprocidade e densidade na rede de agentes do APL de vinhos de altitude. Analisando individualmente são os agentes que apresentam maior envolvimento e contribuição efetiva para a realização das ações conjuntas desenvolvidas pelo grupo de agentes. Dessa forma, as ações que apresentam maiores médias de envolvimento e efetividade são: campanha de marketing, desenvolvimento de produtos e processos, capacitação de recursos humanos, participação conjunta de feiras e eventos, organização de eventos e o enogastroturismo.

O percentual de centralidade da rede apresentado foi de 45,125%. Os nós mais centrais desta rede são a Governança do APL, SEBRAE e EPAGRI, os quais possuem 29 (vinte e nove) apontamentos cada, individualmente cada um apresenta 69,05% dos laços totais possíveis. Complementarmente a essa avaliação, a maioria dos agentes avaliou que a tomada de decisão e participação nas decisões são tomadas conjuntamente (50,05% das respostas), o APL possui uma capacidade de articulação (7,25) e o sucesso obtido por meio das reivindicações (7,41). Esses dados demonstram um bom nível de capital social na qual reflete ações conjuntas de interesse comum a uma grande parte dos agentes deste APL (7,18) e há uma boa parte das demandas provenientes dos agentes que são concretizadas em ações conjuntas (7,03). Neste sentido Putnam (1996) ressalta que a multiplicação das relações de confiança provoca o fortalecimento de seus componentes horizontais e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento de suas redes verticais e, que o associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que a verticalidade causa a obstrução da ação coletiva. Acrescenta ainda que sociedades baseadas no associativismo horizontal tem um grau elevado de engajamento cívico e auto-organização superior às sociedades verticalizadas. Além de terem um elevado desempenho econômico, as horizontalizadas conseguem garantir o bem-estar social de seus cidadãos (PUTNAM, 1996).

Igualmente, o reflexo direto do capital social em ações conjuntas também é conferido quando analisamos o grau de autoridade e capacitação (empoderamento), que apresentou uma média de 7,19, confrontadas com as questões que analisam a avaliação das demandas e interesse comum das ações conjuntas, com média de 7,18 e 7,03, conforme Tabela 16. Considerando que a maioria dos agentes entende que a forma de participação no APL acontece de forma democrática e voluntária, bem como há um bom grau de articulação e de sucesso nas reivindicações realizadas por este grupo, estas questões tem refletido em ações conjuntas que refletem o interesse comum e que as demandas sugeridas pela maioria dos agentes têm gerado ações conjuntas.

Tabela 16 - Resumo da análise das ações conjuntas realizadas nos últimos 05 (cinco) anos de existência do APL.

AÇÕES CONJUNTAS	N (%)	Média
Envolvimento dos agentes nas ações conjuntas desenvolvidas pelo APL	37,39	6,98
Avaliação das ações conjuntas realizadas pelo APL	36,32	6,88
Resultados e ganhos competitivos obtidos com as ações conjuntas	72,31	5,80
As ações conjuntas refletem o interesse comum de todos os agentes do APL	84,62	7,18
Demandas sugeridas refletem em ações conjuntas	76,92	7,03
MÉDIA GERAL		6,77

Fonte: Elaborada pelo autor (2016).

Os resultados e ganhos competitivos gerados pelas ações conjuntas são provas de que o capital social é um elemento muito presente no APL de vinhos de altitude, pois a média geral desta avaliação é considerada boa, com possibilidades ainda de aumentar ainda mais estes resultados. Portanto, a pesquisa aponta para a existência de um capital social “bom” para um pequeno grupo de agentes de apoio e vitivinicultores, principalmente àqueles organizados em torno da sede da Governança do APL, e que tem possibilitado muitas ações conjuntas para o fortalecimento da atividade na região pesquisada. Um dos grandes desafios apresentados, como mostra a análise de reciprocidade e densidade da rede é possibilitar a proximidade maior entre os dois grandes núcleos formados, na região do planalto e meio-oeste catarinense, e buscar unir interesses comuns para o fortalecimento da atividade de vinhos de altitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arranjos Produtivos Locais têm sido uma das formas de promoção do desenvolvimento regional por propiciar ambientes de fortalecimento às atividades econômicas, principalmente naqueles compostos por micro e pequenas empresas, pois buscam o aumento da competitividade por meio da coletividade. Nesse sentido, há algumas características básicas e essenciais para caracterizá-los como tal. Marini, *et al* (2012) a partir da proposta de configuração de matriz de interdependência em APL, apresenta os principais componentes internos: políticas públicas, governança local, capital social, ações conjuntas, externalidades incidentes, eficiência coletivas vantagem competitiva.

O APL de vinhos de altitude apresentou-se como o objeto de estudo deste trabalho. Dessa forma, os estudos prévios apontaram para um APL consolidado no estado de Santa Catarina. Primeiramente, pelo estudo realizado por meio do Índice de Concentração Normalizado onde evidenciou que as cidades que abrangem vinícolas de altitude apresentam um índice de especialização, propício para formação de arranjos produtivos locais. Segundo, a análise documental evidencia que os organismos como REDESIST, BNDES, FEPES, UFSC, SEBRAE e Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina. Terceiro, há trabalhos acadêmicos reconhecendo este Arranjo Produtivo Local.

Os trabalhos de pesquisa realizados pela EPAGRI e, sequencialmente, UFSC e EMBRAPA, apresentam-se como um fator propulsor para os investimentos iniciais nesta atividade. Apostando num segmento de mercado vitivinicultor incipiente no Brasil, de fortes investimentos financeiros e de retornos mais longos, empresários consolidados em outros segmentos e profissionais liberais, apostam em produtos diferenciados dentro da vitivinicultura. No entanto, ressalta-se que é um ramo de bastante competitividade, principalmente frente aos produtos nacionais e importados mais consolidados. Este APL, aliado às características já destacadas, busca o fortalecimento da atividade vinícola de altitude por meio do associativismo e da cooperação entre os diversos agentes desta região. Neste sentido, este trabalho debruçou-se a analisar as relações entre o capital social e ações conjuntas desenvolvidas pelos agentes do Arranjo Produtivo Local de vinhos de altitude catarinense.

O ótimo índice de confiança e o bom nível engajamento e envolvimento dos agentes do APL de vinhos de altitude têm contribuído para o aumento da participação e da efetividade das ações conjuntas. Os agentes que apresentam os maiores índices, tanto confiança como envolvimento e engajamento, são aqueles que apresentam maior participação em ações conjuntas. O envolvimento das instituições de pesquisa e educação tem apresentado relevância nas ações conjuntas de desenvolvimento de produtos e processos e na capacitação de recursos humanos, por estarem ligados diretamente ao cultivo, manejo da uva, desenvolvimento de novas variedades, produção e elaboração do vinho e aperfeiçoamento. Os projetos de pesquisa e convênios pactuados, trazendo confiança e obrigações mútuas entre entidades e vitivinicultores, têm propiciado ações conjuntas para melhoria da atividade na região pesquisada. O SEBRAE tem sido apontado também como um ótimo parceiro pelas vinícolas nas questões administrativas, em eventos e projetos específicos para a promoção da vitivinicultura, como por exemplo, a obtenção da Marca Coletiva à ACAVITIS, em conjunto com EPAGRI e EMBRAPA.

A governança do APL é evidenciada neste trabalho como uma grande articuladora entre os agentes de apoio. O contato semanal ocorre com aproximadamente dois terços destes (57,15%), portanto possui uma interação muito grande com o grupo de agentes de apoio e vitivinicultores, servindo de intermediação entre os dois grupos. Conseqüentemente, um bom nível de troca de informações reflete no envolvimento e efetividade dos agentes nas atividades conjuntas, haja vista que existe um núcleo de agentes que possuem uma interatividade muito grande.

Entretanto, a densidade (0, 3950) e reciprocidade (0, 3689) indicam que a rede apresenta aproximadamente um terço das possibilidades de interação para esta rede de agentes. O resultado dessas duas variáveis é avaliado como baixo, considerando que os valores destas análises variam de 0 a 1. Outrossim, há uma interação maior de um pequeno grupo de agentes de apoio e vitivinicultores, principalmente aqueles localizados na região que situa-se a sede da governança do APL. Neste vértice, é possível considerar que a disposição geográfica dessa rede interfere nestas relações. O percentual de centralidade da rede apresentado foi de 45,125%. Os nós mais centrais mais centrais desta rede é a Governança do APL, SEBRAE e EPAGRI, na qual possuem 29 (vinte e nove) apontamentos cada, individualmente cada um apresenta 69,05% dos laços totais possíveis.

Esta pesquisa contribui para o conhecimento científico na medida em que propõe um constructo para mensuração do capital social e ações conjuntas em Arranjos Produtivos

Locais e a análise de suas relações. Por outro lado, os dados aqui apresentados servirão de análise para o Arranjo Produtivo de vinhos de altitude na busca de avaliar os aspectos positivos das relações estabelecidas entre os agentes e buscar melhorias em aspectos que possam aumentar o capital social entre estes agentes na busca de fortalecimento do APL e da atividade vinícola de altitude como um todo.

A limitação deste trabalho centra-se na análise momentânea dos elementos do capital social e das ações conjuntas. Em razão do tempo e da quantidade de questionários aplicados, as questões que compõem os questionários deste estudo não possibilitam trazer elementos qualitativos e históricos ocorridos no Arranjo Produtivo Local que oportunizassem um aprofundamento maior da análise qualitativa do binômio capital social e ações conjuntas. Outra limitação do estudo, em razão da abrangência locacional deste arranjo, foi a identificação inicial de todos os agentes envolvidos e dos entrevistados que representassem adequadamente cada um dos agentes de apoio selecionados na pesquisa, bem como a dificuldade para entrevistar todos os agentes deste APL durante o tempo proposto.

Para estudos futuros, sugere-se repetir esta análise no mesmo Arranjo Produtivo Local, dentro de um espaço de tempo a fim de para traçar um comparativo frente aos dados coletados nesta pesquisa, além de expandir este mesmo constructo em outros APLs semelhantes a fim de traçar dados comparativos e identificar melhorias no instrumento de coleta.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.
- ACAVITIS. Associação catarinense dos produtores de vinhos finos de altitude. Disponível em: <www.acavitis.com.br>. Acesso em: agosto de 2015.
- ALBAGLI, Sarita; BRITO Jorge. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. 2003. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 11 abr. 2005.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo local. In: Proposição de Políticas para a promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. Redes de Sistemas Produtivos Inovativos Locais. UFRJ, 2002.
- ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. IPEA: Revista Planejamento e Políticas Públicas. N. 23, jun, 2001.
- AMARAL FILHO, Jair do. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. Planejamento e políticas públicas. n. 36, jan./jun, 2011.
- AMATO NETO, J; FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Capital Social: contribuições e perspectivas teórico-metodológicas para análise de redes de cooperação produtiva e aglomerações de empresas. Revista Gestão Industrial. Ponta Grossa, v. 5. n.1.p. 18-42, 2009.
- AMATO NETO, João. Rede de cooperação produtiva e clusters regionais. São Paulo: Ed. Atlas, 2000. 164 p.
- ANÉSE, Rogério Luis Reolon. Arranjos Produtivos Locais e Capital Social no Vale do Jaguarí-RS, 2009 – Tese - Programa de Pós-Graduação de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.
- ARAGÃO, Aline Menezes de. Governança e Cooperação no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: Estudo de casos múltiplos de APL em Sergipe, 2011. Dissertação - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, Universidade Federal de Sergipe, 2011.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Vitivinicultura em Santa Catarina: situação atual e perspectivas. Florianópolis, BRDE, 2005.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.
- BENETTI, Estela. Rota dos vinhos de altitude levam riqueza para a Serra de SC. Diário Catarinense, Florianópolis, SC, 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2016/03/rotas-dos-vinhos-de-altitude-levam-riqueza-para-a-serra-de-sc-5110895.html>>. Acesso em: 24 abr. 2016.
- BITTENCOURT, Jackson Teixeira. Inovação e cooperação em Arranjos Produtivos Locais, 2011. Tese - Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- BITTENCOURT, Pablo Felipe; RAPINI, Márcia Siqueira. Política Industrial e Arranjos Produtivos Locais: uma análise das políticas estaduais de Santa Catarina e Minas Gerais. XV

- Seminário sobre a economia mineira – Economia, História, Demografia e Política Públicas. Diamantina (MG), 29 a 31 de agosto, CEDEPAR 2012.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.
- BORGATTI, S.P. 2002. NetDraw: Network Visualization. Analytic Technologies: Harvard, MA.
- BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. 2002. Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies.
- CAMPOS, Antonio Carlos de. Estrutura de governança: o caso do Arranjo Produtivo Local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). Textos de Economia, Florianópolis, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun.2009
- CAMPOS, Renato Ramos (Coord.). Os arranjos produtivos locais no Estado de Santa Catarina: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Primeiro Relatório da Pesquisa “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjo Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”. Florianópolis: UFSC, 2009. 59p. (Contrato Fepese-BNDES.)
- CAMPOS, Renato Ramos; VARGAS, Marco Antônio.; Stallivieri, Fábio; MATOS, Marcelo. (Orgs.) Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; AMATO NETO, João. Cooperação entre pequenas empresas, garantia mutualista e desenvolvimento regional: reflexões sobre sistemas de garantia de crédito. REAd – Revista Eletrônica de Administração. Ed. 57, vol 13, N. 3, set-dez, 2007.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 2001
- COLEMAN, James S. Foundations of social theory. Cambridge, Mass./ London: The Belkness Press of Harvard University Press, 1990.
- COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. The American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure. p. S95- S120, 1988.
- CORDEIRO, Wilton Carlos. A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova atividade no município / Wilton Carlos Cordeiro – Florianópolis, 2006.
- COSTA, Aquiles Barcelos da.; COSTA, Beatriz Morem da. Cooperação e capital social em arranjos produtivos locais. (2005). Trabalho apresentado no XXXIII Encontro Nacional de Economia, 6 a 9 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.
- COSTA, Eduardo José Monteiro da. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional – Governo do Estado do Pará - IDESP. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.
- CROCCO, Marco Aurélio; GALINARI, Rangel; SANTOS, Fabiana; LEMOS, Mauro Borges; SIMÕES, Rodrigo. Metodologia de Identificação de arranjos produtivos locais potenciais. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, jul. 2003 (Texto para discussão).

- CUERVO GONZÁLEZ, Luis Maurício. Desarrollo Económico Local: Leyendas y realidades. *Territorios*, enero (1), Universidad de Los Andes, Bogotá, p. 9-24, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *Capital Social*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.
- DENZIN, Norman K. Denzin; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da Pesquisa Qualitativa – Teoria e abordagens. Porto Alegre: ARTMED BOOKMAN. 2ª Ed. 2006.
- DURSTON, John. Construyendo Capital Social Comunitario. *Revista de la CEPAL* n.69, Diciembre, p.103-118,1999.
- DURSTON, John. Qué es el capital social comunitario? Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales, 38)
- EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy, *Revista World Development*, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.
- FOX, J. How does a civil society thicken? The political construction of social capital in rural México. *World Development*, v. 24, nº 6. 1996, 1089-1103pp.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GRANOVETER, M.S.; CASTILLA, E; HWANG, H. GRANOVETTER, E. Social networks in Silicon Valley. In: LEE, C.M.; MULLER, W.L.; HANCOCK, M.G. ROWEN, H.S. (Eds.). *The Silicon Valley edge*. Stanford University Press, 2000. p. 217-247.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*. v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, Issue 6 (May, 1973), 1360-1380.
- HADDAD, Paulo Roberto. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. In: FÓRUM INTERAMERICANO DA MICROEMPRESA, V. *Anais...* Rio de Janeiro: BID, 2002. p. 1-10.
- HATALA, John-Paul. Social Analysis in Human Resource Development: A New Methodology. *Human Resource Development Review*. Mar 2006; Vol 5, 1, P 49-71.
- HILHORST, Jos G. M. *Planejamento Regional*. ZAHAR EDITORES. 3. Ed, 1981.
- In: H. Wallace and W. Wallace (orgs.) *Policy-Making in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2000, 4 ed., p. 373-400.
- LEBARCKY, Fernanda da Vitória. *Topologias de Redes para estratégia relacional: um estudo no setor de calçados e bolsas*, 2013. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- LIMA NETO, Evaristo José de. A noção de capital social e seu lugar na pauta de agências de desenvolvimento. *Revista Ideas*, v. 1. N. 1, p 44-59, jun-dez, 2007.
- LOSSO, Flavia Baratieri; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O Turismo e a Produção de Vinhos Finos na Região de São Joaquim (SC): Notas Preliminares. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – saberes e fazeres no turismo: Interfaces*. Jul, 2010.
- LOSSO, Flavia Baratieri; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. A vitivinicultura de altitude em Santa Catarina (Brasil): espaços privilegiados para o turismo. *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 7, n. 3, p. 418-445, julho de 2014. Dossiê sobre Enoturismo.

- MALAGOLLI, Guilherme Augusto. Rede Política no Arranjo Produtivo Local Calçadistas de Jaú, 2010. Tese - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da Silva . Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR • v. 8, n. 2, p. 107-129, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.
- MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da Silva; NASCIMENTO, Décio Estevão do; STRAUHS, Faimara do Rocio. Avaliação da contribuição de Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento local. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 17, n. 996, 2012.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, Set. 2002.
- MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. Atuação do Brasil no Mercado Vitivinícola Mundial: Panorama 2012. Comunicado Técnico 138 – EMBRAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ISSN 1808-6802. Bento Gonçalves-RS, 2013.
- MINAYO, M. C. de S. (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MULS, Leonardo M. Desenvolvimento local, espaço e território: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre os organismos e instituições locais. Economia, v. 9, nº1, jan/abr 2008.
- NAZZARI, Rosana Kátia; LAZZAROTTO, Elizabeth Maria; SILVA, José Otacílio da. Capital Social e Cooperativismo: Desenvolvimento e Exclusão no Brasil. In: Capital social, comportamento político e desenvolvimento, 2006.
- NUNES JÚNIOR, Carlos Luiz; FERREIRA, Núbia Alves de Carvalho; MINUZZI, Josiane MINUZZI; CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise do APL de vinhos de Altitude do Planalto Catarinense. VI Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Recife (PE), abril, 2010.
- PEREIRA, Matheus Baldessar. Estruturas de governança no apl de vinhos finos de altitude de Santa Catarina. Monografia do Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013.
- PIORE, M. The emergenceroel of social intermediaries in the new economy. Annal of Public and Cooperative Economics. V.72, n.3, p. 339-350, 2001.
- PROTAS. José Fernando da Silva. A marca coletiva como estratégia organizacional: o caso dos vinhos finos de altitude de Santa Catarina. Documentos, n.77. Embrapa. Maio, 2012.
- PUTNAM, Robert. Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society. New York: Oxford University Press, 2002.
- PUTNAM, Robert. 'The prosperous community: social capital and public life' in the *American Prospect*, 4:13, 1993.
- PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Italia Moderna. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 257 p.

- PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 4ª ed., 2005.
- QUEIROZ, Timóteo Ramos. Esboço de uma rede de cooperação em um Arranjo Produtivo Local na Indústria Calçadista Paulista, 2012. Tese - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2012.
- REDESIST. Glossário, 2003. Disponível em : <www.redesist.ie.ufrj.br>.
- REIS, Ana Paula dos; AMATO NETO, João. Aprendizagem por cooperação em rede: práticas de conhecimento em arranjos produtivos locais de software. *Produção*, v. 22, n. 3, p. 345-355, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132012005000023>. Acesso em: 03 fev 2015.
- ROMANO, Jorge O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Documento de apoio apresentado no International Workshop Empowerment and Right Based Approach in Fighting Poverty Together. 4th to 6th Sept. 2002, Rio de Janeiro, Brazil.
- ROSIER, Jean Pierre. Novas regiões: vinhos de altitude no sul do Brasil. In: X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, 2004.
- ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: *Excerpta*, Universidade do Chile. Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/biblioteca/docs/excerpta/excerpta7.pdf>. Acesso em 01 mar 2016.
- SAMPAIO, Gustavo C.; MARINI, Marcos J. ; SANTOS, Gilson D. Concentração espacial da atividade vinícola no sul do Brasil. In: VII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 2015, Santa Cruz do Sul -RS. Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território, 2015.
- SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e vantagens Competitivas Locacionais. *REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO*, V. 11, N. 22, P. 151-179, DEZ. 2004.
- SANTOS, Valcir Bispo. Capital Social em áreas de Arcordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, 2007.
- SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. IDS Working Paper 50, Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, March 1997.
- SCMIDT, Carla Maria. Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos, 2010. Tese – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de São Paulo, 2010.
- SCOTT, Allen J. A perspective of economic geography. *Journal of Economic Geography*. Vol. 4, nº 5. Oxford University Press, 2004.
- SCOTT, John. *Social network analysis: a handbook*. 2. Ed. 2000.
- SENGENBERGER, W. Economic and social perspectives of small enterprises. *Labour and Society*, v. 13, n. 3, 1988.
- SILVA, Carlos Alberto da; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. *Revista Angolana de Sociologia*

(RAS). <http://ras.revues.org/361>. Edição (11/2013): Sociologia e prática social 160 páginas, p 91-106.

SILVA, Marcelo Kunrath; CÔRTEZ, Soraya Vargas. Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na Região Metropolitana de Porto Alegre. Cadernos Metr pole 21, p 155-172, 1º Sem 2009.

SIQUEIRA, Samara Silva. A import ncia dos Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Local: o caso da aglomera o produtiva ap cola no munic pio de Picos – Piauí, 2010. Disserta o - P s-gradua o em Geografia. Universidade Estadual Paulista, 2010.

SUZIGAN, Wilson. (Coord.). Identifica o, mapeamento e caracteriza o estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil. Relat rio Consolidado, IPEA-DISET, out. 2006.

TEIXEIRA, Ana Fl via. Capital Social em um Arranjo Produtivo Local: Estudo da Ind stria T xtil e de confec o do munic pio de Americana e regi o, 2010. Disserta o - Mestrado em Administra o, Pontif cia Universidade Cat lica – SP, 2010.

TIZZIOTTI, Catarine Palmieri Pitangui. A fragilidade do ambiente organizacional do Arranjo Produtivo Local cal adista de Franca-SP, 2013. Tese - Programa de P s-gradua o em Engenharia de Produ o, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na Am rica: leis e costumes de certas leis e certos costumes pol ticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democr tico. 2 ed. S o Paulo: Martins Fontes, 2005.

VERSCHOORE, Jorge Renato; BALESTRIN, Alsones. Fatores Relevantes para o Estabelecimento de Redes de Coopera o entre Empresas do Rio Grande do Sul. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1043-1069, Out./Dez. 2008.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. Social network analysis: methods and applications. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1994

WOOLCOCK, Stephen. European Trade Policy: Global Pressures and Domestic Constraints.

ZACHOW, Marlowa. An lise da evolu o e competitividade das empresas de tecnologia da informa o e comunica o do APL Iguassu-IT no Oeste do Paran , 2012. Disserta o - Programa de P s-gradua o Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agroneg cio, Universidade Estadual do Oeste do Paran , 2012.

ZAMBADINI, Marcos Eduardo. Inova o, coopera o e rela es entre empresas: um estudo sobre o projeto APL Metalmec nico na Regi o do Grande ABC, 2010. Disserta o - Programa de Mestrado em Administra o, Universidade Municipal de S o Caetano do Sul, 2010.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA VITIVINICULTORES

SEÇÃO I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

01. Nome do agente (vitivinicultor): _____.

02. Tempo de atividade na vitivinicultura: _____ anos.

03. Tempo de participação ativa no APL de vinhos de altitude (ACAVITIS): _____ anos.

04. Qual a periodicidade de sua participação das reuniões do APL ?

A	Entre 0 e 25% das reuniões do ano.
B	Entre 26% a 50% das reuniões do ano.
C	Entre 51% a 75% das reuniões do ano.
D	Entre 76% a 100% das reuniões do ano.

SEÇÃO II – DADOS SOBRE CAPITAL SOCIAL

A. CONFIANÇA

05. Avalie o grau de CONFIANÇA em cada um dos agentes do APL, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 para baixa confiança e 10 para alta confiança. A confiança avaliada nesse quesito está relacionada em poder relatar problemas da empresa, liberdade em trocar informações confidenciais e estabelecer parcerias. Caso não haja proximidade suficiente com esta ENTIDADE ou ASSOCIADO, para emitir opinião a esse respeito, favor assinalar a primeira coluna (NP = Não há proximidade).

NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SANTUR
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SEBRAE
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EPAGRI
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EMBRAPA Uva e Vinho
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Prefeitura Municipal
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Agência de Desenvolvimento Regional
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	FIESC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SINDIVINHO - SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Universidade Federal de Santa Catarina
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UDESC (Lages)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	IFSC (Urupema)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UNOESC (Videira)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	VITIVINICULTORES ASSOCIADOS

06. Como você avalia o grau de CONFIANÇA entre os associados e AGENTES DE APOIO do APL de vinhos de altitude em relação aos últimos 05 anos de existência da ACAVITIS? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para baixo nível e 10 para elevado nível de CONFIANÇA.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

B. ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO

<p>07. Avalie o grau de engajamento e envolvimento dos AGENTES integrantes do APL, considerando uma escala de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto comprometimento. Caso não haja proximidade suficiente com esta ENTIDADE ou ASSOCIADO, para emitir opinião a esse respeito, favor assinalar a primeira coluna (NP = Não há proximidade).</p>											
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SANTUR
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SEBRAE
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EPAGRI
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EMBRAPA Uva e Vinho
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Prefeitura Municipal
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Secretaria de Desenvolvimento Regional
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	FIESC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SINDIVINHO - SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Universidade Federal de Santa Catarina
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UDESC (Lages)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	IFSC (Urupema)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UNOESC (Videira)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	VITIVINICULTORES

<p>08. Avalie o seu nível de contribuição com recursos financeiros numa escala de 01 a 10, sendo 01 para uma baixa e 10 para uma alta contribuição, caso uma determinada atividade do Arranjo Produtivo em questão não lhe beneficia diretamente, mas tem benefício para a atividade em geral:</p>										
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

<p>09. Avalie o seu nível de contribuição com dedicação de tempo de serviço numa escala de 01 a 10, sendo 01 para uma baixa e 10 para uma alta contribuição, caso uma determinada atividade do Arranjo Produtivo em questão não lhe beneficia diretamente, mas tem benefício para a atividade em geral:</p>										
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

C. TROCA DE INFORMAÇÕES

<p>10. Avalie a capacidade do APL em disseminar as informações entre os vitivinicultores, considerando uma escala de 1 a 10, onde 01 corresponde a inexistência e 10 a um elevado nível de DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES.</p>										
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

<p>11. Avalie a capacidade de sua empresa em receber informações provenientes dos AGENTES DE APOIO do APL, considerando uma escala de 1 a 10, onde 01 corresponde a inexistência e 10 a um elevado nível de RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES.</p>										
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

12. Como você considera qualidade e utilidade de informações disseminadas entre os integrantes do APL? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a baixa e 10 para elevado nível QUALIDADE E UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

13. Qual a periodicidade de troca de informações com os AGENTES abaixo relacionados, considerando os seguintes parâmetros: (1) Semestralmente; (2) Trimestralmente; (3) Mensalmente; (4) Quinzenalmente; (5) Semanalmente.					
01	02	03	04	05	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
01	02	03	04	05	ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
01	02	03	04	05	SANTUR
01	02	03	04	05	SEBRAE
01	02	03	04	05	EPAGRI
01	02	03	04	05	EMBRAPA Uva e Vinho
01	02	03	04	05	Prefeitura Municipal
01	02	03	04	05	Secretaria de Desenvolvimento Regional
01	02	03	04	05	FIESC
01	02	03	04	05	SINDIVINHO - SC
01	02	03	04	05	Universidade Federal de Santa Catarina
01	02	03	04	05	UDESC (Lages)
01	02	03	04	05	IFSC (Urupema)
01	02	03	04	05	UNOESC (Videira)
01	02	03	04	05	VITIVINICULTORES

14. Quais são os meios de comunicação utilizados pelos ASSOCIADOS e AGENTES DE APOIO para estabelecer comunicação.			
	REUNIÕES		BOLETINS INFORMATIVOS
	EVENTOS		E-MAIL
	VISITAS		OUTROS _____

D. NORMAS E SANÇÕES

15. Como você considera a organização e a gestão do APL em relação às normas e diretrizes buscando a melhoria desta entidade? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível em relação à NORMAS E DIRETRIZES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

16. Como você avalia os encaminhamentos do APL em relação às cobranças e exigências para atendimento às normas e diretrizes estabelecidas pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA E EXIGÊNCIAS para atendimento às normas e diretrizes estabelecidas pelo grupo.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

17. Qual a probabilidade de um vitivinicultor do APL que não participe em atividades do APL seja criticada ou cobrada pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA dos VITIVINICULTORES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

18. Qual a probabilidade de um agente de apoio do APL que não participe em atividades do APL seja criticada ou cobrada pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA dos AGENTES DE APOIO.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

E. DENSIDADE

19. Considerando a interação social do APL, quais são os AGENTES que você possui contato e interação?		
ACAVITIS (GOVERNANÇA)		ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC		ADR Lages
SANTUR		ADR São Joaquim
SEBRAE		ADR Videira
EPAGRI		Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO		Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA		Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)		Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)		Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)		Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC		Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC		Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce		Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador		Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo		Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul		Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim		Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias		Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema		Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira		Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador		Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos		

F. HORIZONTALIDADE (CENTRALIDADE DA REDE)

20. Nas atividades desenvolvidas pelo APL, cite os AGENTES que você considera mais PROATIVOS e que são importantes articuladores das ações coletivas efetivas para o desenvolvimento da atividade vinícola (vinhos de altitude).		
ACAVITIS (GOVERNANÇA)		ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC		ADR Lages

SANTUR	ADR São Joaquim
SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos	

G. RECIPROCIDADE (OBRIGAÇÕES E EXPECTATIVAS)

21. Dos integrantes do APL e agentes de apoio, assinale quais deles você se sente muito próximo, ou seja, possui afinidade para trocar informações e estabelecer relações além das reuniões formais da entidade.

ACAVITIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
SANTUR	ADR São Joaquim
SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)

	Prefeitura Municipal de Urupema		Vinícola Santa Augusta (Videira)
	Prefeitura Municipal de Videira		Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
	ADR Caçador		Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
	ADR Campos Novos		

H. AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO (EMPOWERMENT)

22. Como é escolhido o presidente do APL?	
A	Pelo consultor ou entidade de fora.
B	Cada líder escolhe seu sucessor.
C	Por decisão de alguns membros.
D	Por decisão de voto de todos os membros.

23. Como você define a maneira de tomada de decisão na APL?	
A	Os agentes de apoio ou a governança impõem as decisões.
B	A participação ocorre somente a partir de alguns projetos trazidos por agentes de apoio ou governança.
C	A decisão é tomada pela governança ou pequeno grupo de agentes e depois repassado essa decisão aos demais.
D	A participação nas decisões e reuniões da maioria dos agentes só ocorre quando tem algo material por recompensa.
E	A participação da maioria dos agentes ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL.
F	A maioria dos agentes participa por iniciativa própria, independentemente de agentes de apoio, estabelecendo relações com demais agentes na busca de melhorias para o APL.

24. Considerando uma escala de 1 a 10, avalie a capacidade de articulação do APL junto aos AGENTES DE APOIO, sendo 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

25. Considerando uma escala de 01 a 10, avalie o grau de sucesso obtido junto à AGENTES DE APOIO ou perante outros Órgãos Públicos em relação à reivindicações realizadas pelo APL nos últimos 05 anos.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

SEÇÃO III – DADOS SOBRE AÇÕES CONJUNTAS

01. Avalie a participação das práticas cooperativas realizadas nos últimos 5 anos pelo APL de Vinhos de Altitude.

Práticas cooperativas	Grau de envolvimento da entidade ou empresa										Avalie a ação, considerando uma escala de 01 a 10, sendo 01 para ação com baixa efetividade e 10 para alta efetividade.									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Compra de insumos e equipamentos																				
Venda conjunta de produtos																				
Campanha de marketing																				
Desenvolvimento de produtos e processos																				
Design e estilo de produtos																				
Captação de recursos humanos																				
Capacitação de recursos humanos																				
Obtenção de financiamento																				
Reivindicações																				
Participação conjunta em feiras/eventos																				
Organização de eventos																				
Enogastroturismo																				

02. Avalie os resultados e ganhos competitivos gerados pelas ações conjuntas realizadas no APL de Vinhos de Altitude nos últimos 5 anos, considerando uma escala de 01 a 10, sendo 01 para um baixo resultado e 10 para um alto resultado, nas seguintes questões:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Melhoria na qualidade dos produtos										
Desenvolvimento de novos produtos										
Melhoria nos processos produtivos										
Melhoria da infraestrutura da empresa										
Melhor capacitação de recursos humanos										
Melhoria nas condições de comercialização										
Novas oportunidades de negócios										
Promoção do nome da empresa no mercado										
Maior inserção da empresa no mercado externo										
Aumento da rentabilidade da empresa										

03. Avalie se as ações conjuntas do APL de vinhos de altitude refletem o interesse comum de todas as empresas/entidades deste arranjo, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 não reflete e 10 para reflete completamente.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

04. Avalie as demandas sugeridas pela vossa empresa/entidade relacionando com as ações conjuntas desenvolvidas, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 corresponde a um baixo atendimento e 10 para alto atendimento

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO PARA GOVERNANÇA

SEÇÃO I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

01. Nome do agente: _____.

02. Tempo de atuação na Governança do APL de vinhos de altitude (ACAVITIS): _____ anos.

03. Qual a periodicidade de sua participação das reuniões do APL ?

A	Entre 0 e 25% das reuniões do ano.
B	Entre 26% a 50% das reuniões do ano.
C	Entre 51% a 75% das reuniões do ano.
D	Entre 76% a 100% das reuniões do ano.

SEÇÃO II – DADOS SOBRE CAPITAL SOCIAL

A. CONFIANÇA

04. Avalie o grau de CONFIANÇA em cada um dos agentes do APL, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 para baixa confiança e 10 para alta confiança. A confiança avaliada nesse quesito está relacionada em poder relatar problemas da empresa, liberdade em trocar informações confidenciais e estabelecer parcerias. Caso não haja proximidade suficiente com esta ENTIDADE ou ASSOCIADO, para emitir opinião a esse respeito, favor assinalar a primeira coluna (NP = Não há proximidade).

NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SANTUR
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SEBRAE
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EPAGRI
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EMBRAPA Uva e Vinho
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Prefeitura Municipal
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Agência de Desenvolvimento Regional
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	FIESC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SINDIVINHO - SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Universidade Federal de Santa Catarina
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UDESC (Lages)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	IFSC (Urupema)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UNOESC (Vieira)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	VITIVINICULTORES

05. Como você avalia o grau de CONFIANÇA entre os associados e AGENTES DE APOIO do APL de vinhos de altitude em relação aos últimos 05 anos de existência da ACAVITIS? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para baixo nível e 10 para elevado nível de CONFIANÇA.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

B. ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO

06. Avalie o grau de engajamento e envolvimento dos AGENTES integrantes do APL, considerando uma escala de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto comprometimento. Caso não haja proximidade suficiente com esta ENTIDADE ou ASSOCIADO, para emitir opinião a esse respeito, favor assinalar a primeira coluna (NP = Não há proximidade).

NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SANTUR
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SEBRAE

NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EPAGRI
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	EMBRAPA Uva e Vinho
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Prefeitura Municipal
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Secretaria de Desenvolvimento Regional
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	FIESC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	SINDIVINHO-SC
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Universidade Federal de Santa Catarina
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UDESC (Lages)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	IFSC (Urupema)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	UNOESC (Videira)
NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	VITIVINICULTORES

07. Avalie o seu nível de contribuição com recursos financeiros numa escala de 01 a 10, sendo 01 para uma baixa e 10 para uma alta contribuição, caso uma determinada atividade do Arranjo Produtivo em questão não lhe beneficia diretamente, mas tem benefício para a atividade em geral:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

C. TROCA DE INFORMAÇÕES

08. Como você considera qualidade e utilidade de informações disseminadas entre os integrantes do APL? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a baixa e 10 para elevado nível QUALIDADE E UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

09. Qual a periodicidade de troca de informações com os AGENTES abaixo relacionados, considerando os seguintes parâmetros: (1) Semestralmente; (2) Trimestralmente; (3) Mensalmente; (4) Quinzenalmente; (5) Semanalmente.

01	02	03	04	05	ACAVITIS (GOVERNANÇA)
01	02	03	04	05	ABRASEL-SC
01	02	03	04	05	SANTUR
01	02	03	04	05	SEBRAE
01	02	03	04	05	EPAGRI
01	02	03	04	05	EMBRAPA Uva e Vinho
01	02	03	04	05	Prefeitura Municipal
01	02	03	04	05	Secretaria de Desenvolvimento Regional
01	02	03	04	05	FIBSC
01	02	03	04	05	SINDIVINHO-SC
01	02	03	04	05	Universidade Federal de Santa Catarina
01	02	03	04	05	UDESC (Lages)
01	02	03	04	05	IFSC (Urupema)
01	02	03	04	05	UNOESC (Videira)
01	02	03	04	05	VITIVINICULTORES

10. Quais são os meios de comunicação utilizados pelos ASSOCIADOS e AGENTES DE APOIO para estabelecer comunicação.	
REUNIÕES	BOLETINS INFORMATIVOS
EVENTOS	E-MAIL
VISITAS	OUTROS _____

D. NORMAS E SANÇÕES

11. Qual a probabilidade de um vitivinicultor do APL que não participe em atividades do APL seja criticada ou cobrada pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA dos VITIVINICULTORES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

12. Qual a probabilidade de um agente de apoio do APL que não participe em atividades do APL seja criticada ou cobrada pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA dos AGENTES DE APOIO.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

E. DENSIDADE

13. Considerando a interação social do APL, quais são os AGENTES que você possui contato e interação?	
ACAVITIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
SANTUR	ADR São Joaquim
SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FED. DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos	

F. HORIZONTALIDADE (CENTRALIDADE DA REDE)

14. Nas atividades desenvolvidas pelo APL, cite os AGENTES que você considera mais PROATIVOS e que são importantes articuladores das ações coletivas efetivas para o desenvolvimento da atividade vinícola (vinhos de altitude).	
ACAVITIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
SANTUR	ADR São Joaquim

SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FED. DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos	

G. RECIPROCIDADE (OBRIGAÇÕES E EXPECTATIVAS)

15. Dos integrantes do APL e agentes de apoio, assinale quais deles você se sente muito próximo, ou seja, possui afinidade para trocar informações e estabelecer relações além das reuniões formais da entidade.

ACAVITIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
SANTUR	ADR São Joaquim
SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FED. DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos	

H. AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO (EMPOWERMENT)

16. Como você define a maneira de tomada de decisão na APL?

A	Os agentes de apoio ou a governança impõem as decisões.
---	---

B		A participação ocorre somente a partir de alguns projetos trazidos por agentes de apoio ou governança.
C		A decisão é tomada pela governança ou pequeno grupo de agentes e depois repassado essa decisão aos demais.
D		A participação nas decisões e reuniões da maioria dos agentes só ocorre quando tem algo material por recompensa.
E		A participação da maioria dos agentes ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL.
F		A maioria dos agentes participa por iniciativa própria, independentemente de agentes de apoio, estabelecendo relações com demais agentes na busca de melhorias para o APL.

17. Considerando uma escala de 1 a 10, avalie a capacidade de articulação do APL junto aos AGENTES DE APOIO, sendo 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

18. Considerando uma escala de 01 a 10, avalie o grau de sucesso obtido junto à AGENTES DE APOIO ou perante outros Órgãos Públicos em relação à reivindicações realizadas pelo APL nos últimos 05 anos.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

SEÇÃO III – DADOS DOBRE AÇÕES CONJUNTAS

01. Aponte quais são os AGENTES que participam das seguintes ações conjuntas realizadas pelo APL de vinhos de Altitude Catarinense nos últimos 5 anos.												
	Compra de insumos e equipamentos	Venda conjunta de produtos	Campanha de marketing	Desenvolvimento de produtos e processos	Design e estilo de produtos	Captação de recursos humanos	Capacitação de recursos humanos	Obtenção de financiamento	Reivindicações	Participação conjunta em feiras/eventos	Organização de eventos	Enogastroturismo
ACAVITIS (GOVERNANÇA)												
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC												
SANTUR												
SEBRAE												
EPAGRI												
EMBRAPA UVA E VINHO												
UFSC												
UDESC (LAGES)												
IFSC (URUPEMA)												
UNOESC (Videira)												
Prefeitura Municipal de Água Doce												
Prefeitura Municipal de Monte Carlo												
Prefeitura Municipal de Campo Belo												
Prefeitura Municipal de São Joaquim												
Prefeitura Municipal de Treze Tílias												
Prefeitura Municipal de Urupema												
Prefeitura Municipal de Videira												
SDR Caçador												
SDR Joaçaba												
SDR Lages												
SDR São Joaquim												
SDR Videira												
VITIVINICULTORES												

02. Avalie a capacidade de participação dos vitivinicultores nas ações conjuntas promovidas pelo APL de Vinhos de Altitude, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 corresponde a uma baixa participação e 10 para uma alta participação.										
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	

03. Avalie o envolvimento dos agentes de apoio e a capacidade desses em contribuir com as ações conjuntas desenvolvidas no APL de Vinhos de Altitude Catarinense, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 corresponde a uma baixa participação e 10 para alta participação.

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE										
SANTUR										
SEBRAE										
EPAGRI										
EMBRAPA UVA E VINHO										
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA										
UDESC (LAGES)										
IFSC (URUPEMA)										
UNOESC (Videira)										
Prefeitura Municipal de Água Doce										
Prefeitura Municipal de Monte Carlo										
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul										
Prefeitura Municipal de São Joaquim										
Prefeitura Municipal de Treze Tílias										
Prefeitura Municipal de Urupema										
Prefeitura Municipal de Videira										
SDR Caçador										
SDR Joaçaba										
SDR Lages										
SDR São Joaquim										
SDR Videira										

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO PARA AGENTES DE APOIO

SEÇÃO I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

01. Nome do agente: _____.

02. Tempo de participação ativa no APL de vinhos de altitude: _____ anos.

03. Qual a periodicidade de sua participação das reuniões do APL ?

A	Entre 0 e 25% das reuniões do ano.
B	Entre 26% a 50% das reuniões do ano.
C	Entre 51% a 75% das reuniões do ano.
D	Entre 76% a 100% das reuniões do ano.

SEÇÃO II – DADOS SOBRE CAPITAL SOCIAL

A. CONFIANÇA

04. Avalie o grau de CONFIANÇA em cada um dos agentes do APL, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 para baixa confiança e 10 para alta confiança. A confiança avaliada nesse quesito está relacionada em poder relatar problemas da empresa, liberdade em trocar informações confidenciais e estabelecer parcerias. Caso não haja proximidade suficiente com esta ENTIDADE ou ASSOCIADO, para emitir opinião a esse respeito, favor assinalar a primeira coluna (NP = Não há proximidade).

NP	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	
											ACAVITIS (GOVERNANÇA)
											ASSOC. DE BARES E RESTAURANTES DE SC
											SANTUR
											SEBRAE
											EPAGRI
											EMBRAPA Uva e Vinho
											Prefeitura Municipal
											Secretaria de Desenvolvimento Regional
											FIESC
											SINDIVINHO - SC
											Universidade Federal de Santa Catarina
											UDESC (Lages)
											IFSC (Urupema)
											UNOESC (Videira)
											VITIVINICULTORES ASSOCIADOS

B. ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO

05. Avalie o seu grau de engajamento e envolvimento dentro do APL, considerando uma escala de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto comprometimento:									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

C. TROCA DE INFORMAÇÕES

06. Avalie o APL em relação ao recebimento de informações sobre a sua condução, considerando uma escala de 1 a 10, sendo 1 para baixo e 10 para alto nível de recebimento:									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

07. Como você considera qualidade e utilidade de informações disseminadas entre os integrantes do APL? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a baixa e 10 para elevado nível QUALIDADE E UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

08. Quais são os meios de comunicação utilizados pelos ASSOCIADOS e AGENTES DE APOIO para estabelecer comunicação.									
	REUNIÕES					BOLETINS INFORMATIVOS			
	EVENTOS					E-MAIL			
	VISITAS					OUTROS _____			

D. NORMAS E SANÇÕES

09. Como você considera a organização e a gestão do APL em relação às normas e diretrizes buscando a melhoria desta entidade? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível em relação à NORMAS E DIRETRIZES.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

10. Como você avalia os encaminhamentos do APL em relação às cobranças e exigências para atendimento às normas e diretrizes estabelecidas pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA E EXIGÊNCIAS para atendimento às normas e diretrizes estabelecidas pelo grupo.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

11. Qual a probabilidade de um membro do APL que não participe em atividades do APL seja criticado ou cobrado pelo grupo? Considerando uma escala de 1 a 10, assinale 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de COBRANÇA dos PARTICIPANTES DO APL.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

E. DENSIDADE

12. Considerando a interação social do APL, quais são os AGENTES que você possui contato e interação?	
ACAFTIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
SANTUR	ADR São Joaquim
SEBRAE	ADR Videira
EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
ADR Campos Novos	

F. HORIZONTALIDADE (CENTRALIDADE DA REDE)

13. Nas atividades desenvolvidas pelo APL, cite os AGENTES que você considera mais PROATIVOS e que são importantes articuladores das ações coletivas efetivas para o desenvolvimento da atividade vinícola (vinhos de altitude).		
	ACAVITIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
	ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
	SANTUR	ADR São Joaquim
	SEBRAE	ADR Videira
	EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
	EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
	UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
	UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
	IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
	UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
	FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
	SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
	Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
	Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
	Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
	ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
	ADR Campos Novos	

G. RECIPROCIDADE (OBRIGAÇÕES E EXPECTATIVAS)

14. Dos integrantes do APL e agentes de apoio, assinale quais deles você se sente muito próximo, ou seja, possui afinidade para trocar informações e estabelecer relações além das reuniões formais da

entidade.		
	ACAVTTIS (GOVERNANÇA)	ADR Joaçaba
	ASSOC. DE BARES E REST. DE SC	ADR Lages
	SANTUR	ADR São Joaquim
	SEBRAE	ADR Videira
	EPAGRI	Abreu Garcia (Campo Belo do Sul)
	EMBRAPA UVA E VINHO	Leone Di Venezia (São Joaquim)
	UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA	Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda (São Joaquim)
	UDESC (LAGES)	Quinta Santa Maria (São Joaquim)
	IFSC (URUPEMA)	Villa Francioni (São Joaquim)
	UNOESC (Videira)	Villaggio Conti (São Joaquim)
	FIESC	Villaggio Grando (Água Doce)
	SINDIVINHO – SC	Villaggio Bassetti (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Água Doce	Vinhedos do Monte Agudo (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Caçador	Vinícola D'Alturi (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Monte Carlo	Vinícola Hiragami (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul	Vinícola Kranz Ltda (Treze Tílias)
	Prefeitura Municipal de São Joaquim	Vinícola Pericó (São Joaquim)
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Vinícola Pizani (Monte Carlo)
	Prefeitura Municipal de Urupema	Vinícola Santa Augusta (Videira)
	Prefeitura Municipal de Videira	Vinícola Santo Emílio Ltda (Urupema)
	ADR Caçador	Vinícola Suzin Ltda (São Joaquim)
	ADR Campos Novos	

H. AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO (EMPOWERMENT)

15. Como você define a maneira de tomada de decisão na APL?		
A		Os agentes de apoio ou a governança impõem as decisões.
B		A participação ocorre somente a partir de alguns projetos trazidos por agentes de apoio ou governança.
C		A decisão é tomada pela governança ou pequeno grupo de agentes e depois repassado essa

		decisão aos demais.							
D		A participação nas decisões e reuniões da maioria dos agentes só ocorre quando tem algo material por recompensa.							
E		A participação da maioria dos agentes ocorre de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento do APL.							
F		A maioria dos agentes participa por iniciativa própria, independentemente de agentes de apoio, estabelecendo relações com demais agentes na busca de melhorias para o APL.							
16. Considerando uma escala de 0 a 10, avalie a capacidade de articulação do APL junto aos AGENTES DE APOIO, sendo 01 para a inexistência e 10 para elevado nível de CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

SEÇÃO III – AÇÕES CONJUNTAS

01. Avalie a participação das práticas cooperativas realizadas nos últimos 5 anos pelo APL de Vinhos de Altitude.																				
Práticas cooperativas	Grau de envolvimento da entidade ou empresa										Avalie a ação, considerando uma escala de 01 a 10, sendo 01 para ação com baixa efetividade e 10 para alta efetividade.									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Compra de insumos e equipamentos																				
Venda conjunta de produtos																				
Campanha de marketing																				
Desenvolvimento de produtos e processos																				
Design e estilo de produtos																				
Captação de recursos humanos																				
Capacitação de recursos humanos																				
Obtenção de financiamento																				
Reivindicações																				
Participação conjunta em feiras/eventos																				
Organização de eventos																				
Enogastroturismo																				

02. Avalie se as ações conjuntas do APL de vinhos de altitude refletem o interesse comum de todas as empresas/entidades deste arranjo, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 não reflete e 10 para reflete completamente.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

03. Avalie as demandas sugeridas pela vossa empresa/entidade relacionando com as ações conjuntas desenvolvidas, considerando uma escala de 01 a 10, onde 01 corresponde a um baixo atendimento e 10 para alto atendimento.									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nosso estudo CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS: UM ESTUDO DE CASO NO APL DE VINHOS DE ALTITUDE CATARINENSE, que tem como objetivo analisar as relações entre o capital social e as ações conjuntas desenvolvidas no APL de Vinhos de Altitude Catarinense.

A pesquisa, utilizando a metodologia de pesquisa de exploratória, consistirá na realização de entrevistas por meio de questionários estruturados junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados.

Trata-se de uma Dissertação, desenvolvida por **Gustavo Cristiano Sampaio** e orientado pelo Prof. Dr. Marcos Junior Marini e Prof. Dr. Gilson Ditzel dos Santos, do curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco - PR.

A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante/pesquisado ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante selecionado ou selecionada poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa a esse estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de Dissertação ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

GUSTAVO CRISTIANO SAMPAIO

Mestrando PPGDR/UTFPR

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “CAPITAL SOCIAL E AÇÕES CONJUNTAS: UM ESTUDO DE CASO NO APL DE VINHOS DE ALTITUDE CATARINENSE”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Pesquisado (a)

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos, entrar em contato com os responsáveis pelo estudo:

Marcos Junior Marini e-mail: marini@utfpr.edu.br telefone: (46) 3220-2541 (Laboratório de Estudos Regionais – PPGDR)

APÊNDICE V – CRONOGRAMA DE ENTREVISTAS

Nome do agente	Cidade Sede	Data	Horário
Prefeitura Municipal de C. Belo do Sul	Campo Belo do Sul	16/11/2015	9h
UDESC – CAV	Lages	16/11/2015	11h
IFSC Urupema	Urupema	16/11/2015	15h
Prefeitura Municipal de Urupema	Urupema	16/11/2015	16h
Vinícola Santo Emílio Ltda	Urupema	16/11/2015	17h
Villaggio Bassetti	São Joaquim	17/11/2015	8h
Leone Di Venezia - Saul Bianco	São Joaquim	17/11/2015	9h
Vinhedos do Monte Agudo	São Joaquim	17/11/2015	10h
Villa Francioni	São Joaquim	17/11/2015	14h
EPAGRI	São Joaquim	17/11/2015	15h
Prefeitura Municipal de São Joaquim	São Joaquim	17/11/2015	17h
ADR São Joaquim	São Joaquim	17/11/2015	18h
Vinícola Suzin Ltda	São Joaquim	18/11/2015	8h
Vinicola Hiragami	São Joaquim	18/11/2015	9h
Universidade (UFSC)	Florianópolis	19/11/2015	10h
Quinta da Neve Vinhos Finos Ltda	São Joaquim	19/11/2015	14h
ACA VITIS	São Joaquim	19/11/2015	14h
SEBRAE	Florianópolis	19/11/2015	16h
Abreu Garcia	Campo Belo do Sul	18/11/2015	21h
Assoc. de Bares e Restaurantes	Florianópolis	19/11/2015	17h
Vinícola D'Alturi	São Joaquim	20/11/2015	10h
SANTUR	Florianópolis	19/11/2015	15h
SDR Lages	Lages	20/11/2015	15h30
Vinicola Santa Augusta	Videira	24/11/2015	10h
UNOESC	Videira	24/11/2015	17h
SINDIVINHO	Videira	24/11/2015	8h
Epagri	Videira	24/11/2015	11h15
Villaggio Grando	Água Doce/Caçador	25/11/2015	8h
Prefeitura de Caçador	Caçador	25/11/2015	13h
SDR Caçador	Caçador	25/11/2015	14h
SDR Videira	Videira	25/11/2015	17h
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Treze Tílias	26/11/2015	8h
Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	26/11/2015	11h
SDR Joaçaba	Joaçaba	26/11/2015	14h
Prefeitura de Monte Carlo	Monte Carlo	26/11/2015	16h
SDR Campos Novos	Campos Novos	30/11/2015	E-mail
Vinícola Pizani (SDR Campos Novos)	Monte Carlo	30/11/2015	E-mail
Villaggio Conti	São Joaquim	30/11/2015	E-mail
Prefeitura Municipal de Videira	Videira	30/11/2015	E-mail
FIESC	Florianópolis	30/11/2015	E-mail
EMBRAPA Uva e Vinho	Bento Gonçalves	30/11/2015	E-mail
Quinta Santa Maria	São Joaquim	30/11/2015	Sem resposta
Vinícola Pericó	São Joaquim	30/11/2015	Sem resposta
Vinicola Kranz Ltda (SDR Joaçaba)	Treze Tílias	30/11/2015	Sem resposta